

UFRRJ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS DE SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

DISSERTAÇÃO

**O território com recurso arqueológico para o turismo. Reflexões sobre a
prática política ao redor de Choquequirao no Peru**

EDITHA LISBET JULCA GONZA

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS - PPGDT**

**O TERRITÓRIO COM RECURSO ARQUEOLÓGICO PARA O
TURISMO. REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA POLÍTICA AO REDOR
DE CHOQUEQUIRAO NO PERU**

EDITHA LISBET JULCA GONZA

*Sob a Orientação da Professora
Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio*

*Sob a Coorientação do Professor
Robson Amâncio*

Dissertação apresentada como requisito
parcial para obtenção do título de
**Mestre em Desenvolvimento
Territorial e Políticas Públcas.** Área
de concentração Desenvolvimento
Regional e Políticas Públcas.

Seropédica, RJ
Abril de 2017

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G642t Gonza, Editha Lisbet Julca, 1990-
O território com recurso arqueológico para o
turismo. Reflexões sobre a prática política ao redor
de Choquequirao no Peru / Editha Lisbet Julca Gonza.
2017.
124 f.

Orientadora: Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio.
Coorientador: Robson Amâncio.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Desenvolvimento Territorial
e Políticas Públicas (PPGDT), 2017.

1. Mundialização dos espaços. 2. O imaginário
andino. 3. Práticas Cotidianas. I. Amâncio, Cristhiane
Oliveira da Graça, 1975-, orient. II. Amâncio, Robson,
1961- , coorient. III Universidade Federal Rural do
Rio de Janeiro. Desenvolvimento Territorial e
Políticas Públicas (PPGDT). IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS**

EDITHA LISBET JULCA GONZA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRE, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, área de concentração Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 24 /04 /2017

Prof. Dra. Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio - UFRRJ
(Orientadora)

Prof. Dr. Robson Amâncio - UFRRJ
(Coorientador)

Prof. Dr. Andre Luiz Videira de Figueiredo - UFRRJ

Prof. Dr. Fabricio Pereira da Silva - UNIRIO

Aos que lutam pela sua subsistência nos territórios periféricos e que acreditam numa política alternativa de uso dos recursos onde prevaleça o bem-estar social.

CELEBRACIÓN DE LA FANTASÍA

(Eduardo Galeano)

Fue a la entrada del pueblo de Ollantaytambo, cerca del Cuzco. Yo me había despedido de un grupo de turistas y estaba solo, mirando de lejos las ruinas de piedra, cuando un niño del lugar, enclenque, haraposo, se acercó a pedirme que le regalara una lapicera. No podía darle la lapicera que tenía, por que la estaba usando en no sé que aburridas anotaciones, pero le ofrecí dibujarle un cerdito en la mano.

Súbitamente, se corrió la voz. De buenas a primeras me encontré rodeado de un enjambre de niños que exigían, a grito pelado, que yo les dibujara bichos en sus manitas cuarteadas de mugre y frío, pieles de cuero quemado: había quien quería un cóndor y quién una serpiente, otros preferían loritos o lechuzas y no faltaba los que pedían un fantasma o un dragón.

Y entonces, en medio de aquel alboroto, un desamparadito que no alzaba más de un metro del suelo, me mostró un reloj dibujado con tinta negra en su muñeca:

-Me lo mandó un tío mío, que vive en Lima -dijo

-Y anda bien -le pregunté

-Atrasa un poco -reconoció.

AGRADECIMENTOS

Neste processo de aprendizados se torna evidente que “somos o fruto de nossas relações e do que lemos”, por esta razão considero que este trabalho é uma forma realizável de uma etapa de formação acadêmica a qual não teria sido possível sem as pessoas com as quais compartilhei experiências de trabalho e conversas, desde antes de minha vinda ao Brasil e durante todo o período de permanência aqui. Todo este acervo, contribuiu para gerar as reflexões ao assunto apresentado. Agradeço aos professores Danielle Araujo, Renata Peixoto, Luis Eduardo Prada e Fabricio Pereira, durante período de Unila; a Cristhiane Amancio, Cesar Da Ross, Robson Dias, Betty Rocha, Marcelo e Camila Rodrigues que trouxeram questionamentos dos mais variados temas que atingem de forma cabal os territórios de nossa América Latina. A eles agradeço muito pelos debates e as leituras sugeridas nas aulas durante o período de mestrado.

Aos colegas que contribuíram no debate do assunto e auxiliaram diretamente ou indiretamente na realização desta dissertação: a André de Barros, Sergio Lima, Andressa Santos, Patrícia Matias, Ericson Brito e Adriana Chaves, devo a eles longas conversas nesta etapa ‘ruralina’. A João Pedro Silva, Besna Yacovenco, Julien Demelenne e a Luiz Phelipe Pimenta grandes amigos que auxiliaram à conclusão deste trabalho, tenho muito a agradecer. A Geni Matsuda, pelo seu carinho nesta etapa última da dissertação.

Agradeço à Celia Muniz, uma grande amiga e exemplo de luta contínua para contribuir do nosso cantinho à nossa sociedade, ainda com limites e fronteiras que nos atingem cada dia, muito obrigada! Agradeço também pelo apoio em minha chegada ao Rio de Janeiro, a Alessandra Stropp, Izabel Bellizzi e Anderson Lucas.

Agradeço a Rogerio Gomes, aquele que nestes últimos anos tem sido o companheiro de todos os momentos nesta etapa, pelo seu ânimo, e seu entusiasmo, e, agradeço ainda a seus pais e seu suporte.

Quero agradecer a minha família, minha mãe e meu pai, minhas irmãs e meus irmãos. Sem eles seguramente não teria sido possível cada linha escrita aqui. Eles têm sido o alicerce e a motivação de meus estudos dentro e fora do Peru. Agradeço ao resto da família, que comemoram cada vitória de cada um de nós. Especialmente a minha irmã Melissa, que tem contribuído com indicações na elaboração dos mapas utilizados ao longo do trabalho.

Quero destacar de maneira especial a todos que colaboraram durante minha estadia em San Pedro de Cachora, pois se disponibilizaram a abrir a porta de suas casas para longas conversas e trocas de experiências, que, certamente, não couberam todas ao longo do texto. Devo agradecer a Gladys Atuaje e família, sempre me recebendo nas minhas idas a Abancay. Muito obrigada!

Meu agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de pós-graduação que me deu a oportunidade de cursar esta etapa dos meus estudos.

RESUMO

GONZA, Editha Lisbet Julca. **O território com recurso arqueológico para o turismo. Reflexões sobre a prática política ao redor de Choquequirao no Peru.** 2017. 124 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

A presente dissertação busca debater a utilização do território no âmbito do turismo nas políticas de promoção e de fortalecimento da identidade das populações que moram nos arredores de um ícone arqueológico inca. Choquequirao, localizado ao sul do Peru é considerado um recurso potencial turístico e também uma importante fonte de renda para os que moram próximo a sua imponente estrutura arqueológica. Esta pesquisa apresenta como problemática Choquequirao como protagonista de turismo cultural que tem reestruturado o território que o contém, seja pelo exercício da política nacional na procura de fomentá-lo ao turismo receptivo, seja pelas atividades cotidianas da população do distrito de San Pedro de Cachora. Nesse sentido, o objetivo desta dissertação é a de trazer na compreensão de totalidade histórica de mundialização dos recursos dos territórios a uma realidade concreta de territorialidade na região andina. A partir da construção de materialismo-dialético, cuja abordagem consiste em captar as estruturas da dinâmica social no olhar na história nas relações dos homens estabelecidos por essas estruturas, e a fim de contra restar a teoria na prática o estudo de caso e as entrevistas semiestruturadas serviram para aprofundarmos no tema de território e turismo que trata este trabalho. Assim, podemos considerar que nenhum lugar do mundo fica isolado das ações mundializantes na organização do capitalismo, e de sociedade de massa característica própria do turismo receptivo circula nos lugares específicos dos países das regiões periféricas como América Latina, Ásia e África.

Palavras-chave: Mundialização dos espaços. O imaginário andino. Práticas Cotidianas.

ABSTRACT

GONZA, Editha Lisbet Julca. **The territory with an archaeological resource for tourism. Reflections on the political practice around Choquequirao in Peru.** 2017. 124 p. Dissertation (Master in Territorial Development and Public Policies). Institute of Human and Social Sciences. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017.

The present dissertation aims to discuss the use of the territory in the scope of tourism in the promotion policies, and to strengthen the identity of the populations that live around an Inca archaeological icon. Choquequirao, located in the south of Peru is considered a potential tourism resource and also an important source of income for those who live near its imposing archaeological structure. This research presents as problematic the Choquequirao as protagonist of cultural tourism that has restructured the territory that contains it, either by the exercise of the national policy in the search to foment it to receptive tourism, and by the daily activities of the population of the district of San Pedro de Cachora. In this sense, the objective of this dissertation is to bring in the understanding of historical totality of globalization of the resources of the territories to a concrete reality of territoriality in the Andean region. From the construction of materialism-dialectic, whose approach consists in capturing the structures of social dynamics in the look in history in the relations of men established by these structures, and in order to counteract the theory in practice case study and semi-structured interviews Served to deepen the theme of territory and tourism that deals with this work. Thus, we can consider that no place in the world is isolated from the globalizing actions in the organization of capitalism, and that of characteristic mass society of receptive tourism circulates in the specific places of the countries of the peripheral regions like Latin America, Asia and Africa.

Keywords: Globalization of spaces. The Andean imaginary. Everyday practices.

RESUMEN

GONZA, Editha Lisbet Julca. **El territorio con recurso arqueológico para el turismo. Reflexiones sobre la práctica política alrededor de Choquequirao en el Perú.** 2017. 124 p. Tesis de maestría (Maestría en Desarrollo Territorial y Políticas Públicas). Instituto de Ciencias Humanas y Sociales. Universidad Federal Rural de Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2017

La presente tesis de maestría busca debatir la utilización del territorio en el ámbito del turismo en las políticas de promoción y de fortalecimiento de la identidad de las poblaciones que viven en el entorno de artefactos arqueológicos inca. Choquequirao, localizado al sur de Perú es considerado un recurso potencial para el turismo y también una importante fuente de generación de ingresos para los que viven cerca de su imponente estructura arqueológica. Esta investigación presenta como problemática a Choquequirao como protagonista de turismo cultural que ha estructurado el territorio que lo contiene, sea por el ejercicio de la política nacional para promocionarlo al turismo receptivo, y por las actividades cotidianas de la población del distrito de Cachora. Por tanto, el objetivo de esta tesis de maestría es la de traer a la comprensión de la totalidad histórica de mundialización de los recursos de los territorios a una realidad concreta de territorialidad de región andina. A partir de la construcción de materialismo- dialectico, cuyo abordaje consiste en captar las estructuras de la dinámica social de ver histórico en las relaciones de los hombres establecidas por esas estructuras, y a fin de contrarrestar la teoría y la práctica, el estudio de caso y las entrevistas semiestructuradas sirvieron para profundizarnos en el tema de territorio y turismo que trata este trabajo. De esa manera, podemos considerar que ningún lugar del mundo queda aislado en las acciones mundializantes en la organización del capitalismo, y la de sociedad de masa características propia del turismo receptivo circula en los lugares específicos de los países de las regiones periféricas como América Latina, Asia y África.

Palabras-clave: Mundialización de los espacios. El imaginario andino. Prácticas cotidianas.

LISTA DE GRÁFICOS, FOTOS, DIAGRAMAS E MAPAS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Destinos no mundo mais visitados pelos turistas internacionais, e milhões de dólares arrecadados.	30
Gráfico 2. Países destinos na América Latina mais visitados pelos turistas internacionais, e milhões de dólares arrecadados.	31
Gráfico 3. Os departamentos mais visitados pelos turistas estrangeiros aos monumentos arqueológicos.	45

LISTA DE FOTOS

Foto 1. Vista à praça principal de Choquequirao e setores.	73
Foto 2. Capulyoc, parte do caminho na rota Cachora – Choquequirao	75
Foto 3. Praia Rosalinas, o rio Apurímac na rota Cachora – Choquequirao.	76
Foto 4. Guarita para o registro e entrada a Choquequirao desde San Pedro de Cachora (conhecido como Sunchupata)	77
Foto 5. A arte figurativa nos murais no Setor VIII ou Setor das Lhamas.	79
Foto 6. San Pedro de Cachora desde Waqchaq.	80
Foto 7. Uma Associação de Arrieros	82
Foto 8. Mulas de um arriero voltando de Choquequirao.	87
Foto 9. A única placa sobre a rota San Pedro de Cachora-Choquequirao.	97
Foto 10. A rota San Pedro de Cachora-Choquequirao desenhada na parede de uma casa na via principal.	98
Foto 11. Limpando Quinoa	100
Foto 12. Em uma das ruas principais de San Pedro de Cachora.	101

LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1. A lógica do Fetiche do Território.	25
Diagrama 2. Descrição geral das ações de PromPerú.	47
Diagrama 3. Institucionalização do Setor Turismo no Peru.	61
Diagrama 4. Síntese dos quatro capítulos desenvolvidos sobre o uso do Território	109

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Países como piores e melhores destinos turísticos	30
Mapa 2. As seis rotas de acesso à Choquequirao	75

LISTA DE ABREVIAÇÕES

AP - Alianza del pacífico

APEC - Foro de Cooperação Económica Ásia-Pacífico

CAATUR - Comité Andino de autoridades de Turismo

CAN - Comunidade Andina de Nações

CEBAF - Centros binacionais de atenção em fronteiras

CONACAMI - Coordenadora Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineira

COPESCO - Comissão Especial para Coordenar e Supervisar o Plano Turístico e Cultural Peru-Unesco

CST - Cuenta Satélite de Turismo

INC - Instituto Nacional de Cultura

INEI - Instituto Nacional de Estatística

MINCETUR - Ministério de Comercio Exterior e Turismo

OMT - Organização Mundial de Turismo

PENTUR - Plano Estratégico Nacional de Turismo

PERTUR - Plano Estratégico Regional de Turismo

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PROMPERU - Comissão de Promoção do Peru para a Exportação e Turismo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNMSM - Universidad Nacional Mayor de San Marcos

UNSAC - Universidade Nacional de Santo Antônio de Abad de Cusco

WEF - Fórum Econômico Mundial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I. O UNIVERSO POLÍTICO DO TURISMO NO TERRITÓRIO	17
1.1 - A Fetichização do Território para o Turismo	18
1.2 - A Geopolítica de Turismo nos Territórios Periféricos	26
1.3 - O Passado Andino para o Turismo	35
Considerações preliminares	40
CAPÍTULO II. A POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO PARA OS ESPAÇO (S) ESPECÍFICO (S)	42
2.1. Peru “Pais Imaginário”	43
2.2. Sobre a Atuação Estatal na Estruturação do Turismo	51
2.2.1. Revalorização de recursos ancestrais	51
2.2.2. Na promoção turística do patrimônio	55
2.2.3. Na “correspondência” institucional	59
2.3. Fricções com as políticas de turismo	63
Considerações Preliminares	67
CAPITULO III. DESCRIÇÃO DAS RUÍNAS E DO TERRITÓRIO PARA O ESTUDO DE CASO	70
3.1 - ‘Choquequirao’, Significado e Localização	71
3.2 - As Lhamas do Sol, o motivo (s) para promover Choquequirao	78
3.3 - San Pedro de Cachora, “Uma Porta de Entrada para Choquequirao”	80
Considerações Preliminares	84
CAPITULO IV. INTERPRETAÇÕES TERRITORIAIS DAS RUÍNAS E A POPULAÇÃO	85
4.1 - Ressurge a “Herança” como Oportunidade	86
4.2 - Simbolismos de convivência e de ações estatais	94
4.3 - Perspectivas de uso do território com Choquequirao	98
Considerações Preliminares	105
CONCLUSÕES	107
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112
ANEXOS	120
ANEXO A - Mapa de localização do Parque Arqueológico de Choquequirao.	120
ANEXO B - Quadro dos melhores e piores países de destino turístico, segundo a WOF (2015).	121
ANEXO C. Decreto N° 1198. Visa a conssecção e a privatização dos sítios arqueológicos como mecanismo de Gestão.	122
ANEXO D - Carta de resposta. Lei de Transparência	123
ANEXO E - Mapa de localização do Parque Arqueológico de Choquequirao e o distrito de San Pedro de Cachora.	124

INTRODUÇÃO

Ibn Battuta, é considerado “o príncipe dos viajantes”. Ele teria viajado pelos países do oriente por quase vinte anos. Suas viagens ficaram registradas em documentos escritos por ele, nos quais descreve os lugares e formas de organização social fundamentados, principalmente, no islamismo. No seu livro, *Rihla* ou A viagem, ele apresenta informações importantes para uma visão histórica e de compreensão das formas de vida do século XIV. A sua narrativa é considerada como uma espécie de referência exótica dos lugares onde esteve, apresentando características do sujeito em busca de novas experiências, e a necessidade de não se fixar em um único lugar. Porém, o destaque desta narrativa de Battuta há sete séculos atrás, é que a partir dela se desprende características das sociedades da época e aguça a percepção da vida cultural atual dos países árabes.

Alguns dados históricos e geográficos aparecem como apreciações do contexto das sociedades que ele visitava. O *Rihla*, a partir do nosso ponto de vista, é um documento que revela questões específicas de integração dos territórios fictícios, enquanto uma sociedade legitimada pela prática religiosa muçulmana e seus limites com os outros continentes como Ásia e África. Envolve também, uma questão de legitimação simbólica das sociedades, e uma visão de mundo do oriente. Pensamos, que a experiência relatada por Battuta, contribui para revelar as construções de determinadas sociedades de quando se viaja a algum lugar, e sobretudo das estruturas sócio-políticas para cruzar fronteiras.

As viagens para lazer e outras relacionadas a passeio, são consideradas inerentes a um dos setores das economias nacionais. De acordo com informações da Organização Mundial de Turismo (OMT), as viagens significaram 9% do Produto Interno Bruto (PIB) da economia mundial em 2014. No relatório 2015 da OMT, alguns dos países latino-americanos como a Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Panamá, Peru e Porto Rico, são considerados como os “mais preparados da região para as economias de turismo”.

Neste sentido o conceito de turismo e do território, são intrinsecamente vinculados à perspectiva de mobilidade espacial e temporal, pois o turismo em seu significado primordial requer que pessoas viagem para outros lugares distintos de sua moradia, e, também, infraestrutura para recepcioná-las em seus destinos escolhidos para o lazer. Ao mesmo tempo, se trata de uma relação que gera capital para as economias nacionais, as quais mediante a publicidade, realçam a suas particularidades paisagísticas e outros atrativos. O fenômeno social, para o lazer e o direito às férias é substancial para as economias nacionais no que concerne à modernidade e ao impulso no setor de serviços, o que reforça o seu PIB, e também acentua as contradições no lugar concreto onde chegam os turistas. Contradições estas, vistas como impacto negativo para uns e para outros como oportunidade de autogestão das populações desses territórios turísticos.

No âmbito acadêmico, o debate é amplo no que diz respeito à atividade turística e à utilidade do território, porque ambos geram perspectivas antagônicas no que concerne às ciências sociais. O turismo é comumente relacionado a uma forma de produção (que é o serviço), e o território como o espaço onde circulam as mercadorias. Desse modo, as perspectivas voltadas ao turismo divergem na posição disciplinar da economia, antropologia, sociologia e geografia. Mesmo porque os enfoques de estudo estão voltados para o rendimento do setor nas economias nacionais, ou mesmo nos impactos nas relações sociais dos sujeitos e, ainda, nos espaços de natureza os quais são afetados pela instalação dos resorts nesses lugares. Esta dissertação, portanto, questiona a generalização do uso do território para a atividade turística, e o processo de conformação de Choquequirao como um outro motivo

turístico nacional peruano, assim como as relações sociais tecidas entre a população de San Pedro de Cachora mediante a atividade de arrieraje. Tudo isso para compreender de que forma o território no âmbito do turismo constitui um cenário de disputa de interesse entre os atores das variadas esferas e escalas, quais sejam empresas transnacionais, organismos internacionais, Estados e populações.

De forma a contextualizar o lugar específico de estudo, mostramos o contexto nacional do caso peruano. Avalia-se que o turismo contribui em aproximadamente 3,75% do PIB da economia nacional, percebe-se então que o ritmo de crescimento relatado desde a última década do século passado, paralelamente a inserção de estruturas de governo contribuiu na transição da economia nacional para a economia neoliberal. Deste modo, o Estado e a economia têm sido decisivos na valorização e na conservação dos ícones históricos representativos da cultura Inca e pré-Inca, as quais fortaleceram a imagem do turismo no país, junto a isto houve a criação de políticas para este setor com a ideia de redução da pobreza e promoção do mesmo para o desenvolvimento do território e, consequentemente, para o fortalecimento da imagem do país.

Assim, nosso interesse de observar o Parque Arqueológico de Choquequirao, localizado ao sul do Peru – como se mostra no mapa do Anexo A, é, portanto, o de observar um dos lugares que, mais atualmente tem levantado questionamentos quanto a sua valorização como de um local turístico. Este parque, tem como atrativo principal a cidadela Inca, conhecida como “O berço de ouro”, cidadela esta considerada no discurso de políticos, funcionários e da população como um recurso potencialmente turístico tanto quanto Machu Picchu. Cabe destacar que esta cidadela, é considerada o último bastião inca e foi descoberta vários anos antes de Machu Picchu. Seu acesso difícil, tem aproximado as populações localizadas em uma jurisdição administrativa diferente daquelas das ruínas.

Percebe-se daí a relevância econômica de nível global que os “territórios” têm assumido para as economias mundiais, e mais especificamente para o setor de Turismo, onde o Peru é catalogado como uma “economia preparada” dentre os países latino-americanos para incentivar ainda mais a atividade turística com a representação dos recursos arqueológicos como Macchu Picchu, e mais recentemente, com um novo recurso como Choquequirao desde 2005. São essas colocações que norteiam o objetivo geral deste trabalho cujo objetivo é compreender o uso do território que contém o sítio arqueológico de Choquequirao para o turismo, seja na compreensão da globalização dos espaços, nos marcos institucionais, como na prática de arrieraje, que a população de San Pedro de Cachora exerce para o serviço de turismo. Nossa hipótese consiste em que este território entre Choquequirao e San Pedro de Cachora, é um território com recurso arqueológico e funciona como um outro cenário globalizante de disputa e de apropriação dos recursos contidos nesse território localizado nas margens do rio Apurímac, ao sul do Peru.

Para fazer isso, torna-se pertinente definir que o território de recurso arqueológico é nossa categoria de análise. Vale destacar que autores como Hiernaux (2008), Coriolano (2006) e Crespo (2005, 2011), são alguns dos que tem aderido interpretações ao respeito da transformação geográfica e social dos territórios para o turismo com ênfase nos ícones históricos, instalação de infraestruturas e tensões ao respeito do uso do recurso arqueológico para tal atividade. Assim, para correlacionar a teoria e a prática, exercemos caminhos e instrumentos para chegar numa compreensão da realidade de totalidade. Isto é, a fim de interpretar “relações objetivas que não podem se mostrar nem tocar”, dizia Bourdieu (2008), é preciso caracterizá-lo paradoxalmente. Por isso ressaltamos que o presente trabalho considera procedimentos através do método materialista histórico dialético, pois é uma perspectiva que abrange a totalidade e da qual o tema do turismo faz parte.

Nesta perspectiva, segundo Maribel Osorio Garcia (2005), o estudo do turismo está associado a um sentido de utilidade das paisagens que têm um custo. O turismo, que faz parte da vida social, é outra atividade que acabou sendo mecanizada e mercantilizada, e precisa de elementos do território para se desenvolver. Vários argumentos que circulam o tema, têm se dado em detrimento das contradições expostas tais como o tempo de descanso dos trabalhadores, de subdesenvolvimento, de dependência e desigualdade social. Assim, a perspectiva dialética permite, a partir de generalidades abstratas, explicar fases históricas a respeito do objeto em questão.

Deste modo, o que se faz neste trabalho, é captar as estruturas da dinâmica social histórica no que concerne conteúdos novos no uso do território para o turismo, uma vez que não há história sem conflito. Onde o procedimento tem se dado no caráter qualitativo, sem ignorar o quantitativo, a partir de fontes primárias institucionais, de população e de coleta bibliográfica. Este estudo compreendeu principalmente a interpretação histórica da utilização do território de recurso arqueológico projetado a uma realidade concreta, onde determinadas informações foram coletadas mediante entrevistas semiestruturadas durante as visitas realizadas em outubro de 2014 e novembro de 2016.

Portanto, para aproximação da realidade e ao objeto de estudo, assumimos aqui o método etnográfico para explicar esses processos políticos que são transversais no seu sentido vertical e horizontal do turismo no território específico. O método etnográfico não só seria um método, mas uma “relação social” e, portanto, de limitações no processo de interação de simbolismos que carrega o pesquisador, como a de gênero por exemplo. Em Sherry Ortner (2011) e Asad (1973), o método etnográfico se manifesta como uma forma colonial de pesquisa, mas sua abordagem constrói o conhecimento que fazemos a respeito do outro. A utilização do método etnográfico ajuda a repensar a construção do objeto que se quer apresentar. Assim, para o caso, a etnografia é direcionada para o estudo dos processos que contêm relações verticais de poder e nas horizontalidades do cotidiano das populações.

Etnografia também estimula eminentemente estudo de campo para estabelecer contato direto com os sujeitos e a realidade estudada, destinado ao terceiro capítulo das perspectivas e a relação de horizontalidade torna-se necessário rever a realidade a partir do interior. Onde as dificuldades e os limites de campo são expressos, embora seja considerado de finalidade interdisciplinar, a questão demarcada e o recorte de sentido natural irá cobrir o que importa e o que não importa, e a informação que é fornecida pelos sujeitos e o que isso deixa ver. Pois, um conjunto de assombros são ativados no campo, como foram percebidos no trabalho de campo de outubro de 2014, que serviu como etapa de proximidade com espaço e com a população próxima ao parque. E como a identificação necessária, porque eles têm a ver com o sentido da delimitação de informações e percepções.

Para criar uma imagem mais “limpa” de “verdadeira ação de imersão na realidade específica” as entrevistas foram essenciais para obtenção de informações. As mostradas neste trabalho foram feitas de maneira aleatória e serão citados principalmente seis depoimentos de seis arrieiros. Outros depoimentos aparecem ao longo do texto porque foram informações anotadas no caderno de campo. No total, foram entrevistadas vinte pessoas. Cabe destacar que, durante a segunda visita, ainda que já se tivesse uma proximidade com a população em 2014, alguns preferiram não gravar. Por outro lado, apresentou-se, na época um contexto conturbado, posto que na região havia mobilizações contra empresas mineradoras o que gerava uma certa desconfiança nos possíveis entrevistados. Desta forma, estes acontecimentos, de maneira geral, atestam as relações sócio-políticas da população. Estes eventos acabam por responder à pergunta que fundamenta o trabalho, o qual se dá sobre a utilização do território que contém Choquequirao no Peru, analisada por meio de processos de políticas institucionais.

Assim, os argumentos teóricos deste trabalho delineiam a natureza interdisciplinar deste estudo de dimensão do uso de recurso turístico. Em seu sentido particular de decisão de governo, e, seu sentido de participação social da população próxima, denota o vínculo escalar hegemônico de globalismo localizado e, também, localismo globalizado que denota o fenômeno social e de globalização do turismo. Denota também a relação escalar de “resistência”, enquanto a patrimônio comum, as que refere Santos (2011) como formas de produção da globalização e das ciências sociais, e o conhecimento de cima para baixo e de baixo para cima de lugar específico com suas circunstâncias históricas do contexto neoliberal.

Este trabalho está organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo e o segundo, compreendem a parte teórica para reaproximar ao marco histórico mundializado do turismo a uma escala nacional peruana. O primeiro capítulo, abrange três subcapítulos a fim de explicar a perspectiva de território como mercadoria a partir de uma visão marxista, a geopolítica de turismo como uma reflexão histórica de uso dos territórios periféricos, e a uma aproximação das especificidades dos países andinos que contém recursos arqueológicos pré-hispânicos. O segundo capítulo, trata sobre a política peruana para determinados atrativos turísticos, dentre eles, os territórios com recurso arqueológico, é para aproximar a essa imagem de país andino e a suas ações estatais para promover o turismo de categoria cultural, e também as formas de resistências a essas políticas.

No terceiro e no quarto capítulos se pretende a aproximação maior ao espaço específico de estudo. O terceiro capítulo, expõe a descrição de localização e significado do recurso arqueológico e a população de San Pedro de Cachora, e, ainda, a relação entre estes. O quarto capítulo, expõe as relações entre o ícone e as ruínas, enquanto ao significado cultural, de choques com as ações estatais, e de maneira geral, sobre as perspectivas de uso do território com recurso arqueológico e potencialmente turístico. Assim, de forma a explicar a lógica de cada capítulo, no final deles se expõe considerações preliminares de cada um dos quatro capítulos, os quais são conjugados nas considerações finais.

CAPÍTULO I

O UNIVERSO POLÍTICO DO TURISMO NO TERRITÓRIO

A principal tarefa, neste capítulo, é a de expor a utilização desses territórios não capitalistas, condicionados a se adaptarem permitindo investimentos lucrativos usando suas matérias-primas específicas. Essa aproximação dos territórios antes afastados do capitalismo dá origem a essa modalidade, de que sejam “mais abertos” ao consumo a partir de “outro” setor em processo de reprodução expandida mais recentemente como o turismo, o qual a partir de um olhar analítico, passa a rever a tendência da morfologia dos espaços pelo modelo de consumo massivo. O estímulo a essa prática tem início nos anos sessenta com pautas de modelo industrial, a partir da organização da prestação de serviços na própria estrutura dos espaços ofertados. Este olhar claramente geográfico dentre as preocupações formuladas nas ciências sociais foram recentemente de Barreda (1995) e Hiernaux (2008), acerca do território explorado para a atividade capitalista. As reflexões desses dois autores, na nossa perspectiva, contornam a ideia de turismo numa série de contradições ou de processos dialéticos que atendem a uma expansão territorial do capital e impacta a vida dos sujeitos e as suas formas organizativas e processos produtivos específicos.

Analisamos, num marco teórico mais amplo, o processo de capitalização dos espaços para o turismo de massa. Antes é necessário afirmar que entendemos espaço e território como sinônimos, para a sua categoria de análise. Se comprehende o território nos sentidos de recurso como mercadoria, e no seu sentido “normativo” de categoria do nacional, cuja correspondência está ligada ao sentido de *utilização* que o vincula ao mundo numa esfera nacional e esfera local das sociedades andinas. O território ou espaço, configura formas de relações materialistas e de construção social de poder o que reafirma a necessidade de analisar o fenômeno turístico que se projeta com políticas para promovê-lo. Onde as estratégias simbólicas dos Estados com prerrogativas de desenvolvimento e a resistência ou adaptações emblemáticas dos indivíduos coletivos, que sobrevivem e interagem no espaço de vida e de valor referencial, fazem parte de todo este trabalho.

A retomada do conceito de território se fundamenta na visão de Milton Santos em *O Retorno do Território* (1998) obra a qual repensa as verticalidades e horizontalidades componentes do padrão de ordem mundial e a intervenção na atividade de vida no espaço.

Entende-se também o território como “o lugar em que desembocam todas as ações”, em *Espaço e Método* (1985), como aquele em constante mudança. Cabe mencionar a definição de que

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistema de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. **O território usado é o chão mais a identidade.** A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O território em si não é uma categoria de análise em disciplinas históricas, como a geografia. **É o território usado que é a categoria de análise.** Aliás, a própria ideia de nação, e depois a ideia de Estado nacional, decorrem dessa relação tornada profunda, porque um faz o outro, à maneira daquela célebre frase de Winston Churchill: “Primeiro fazemos nossas casas, depois nossas casas nos fazem”. Assim é

o território que ajuda a fabricar a nação, para que a nação depois o afeiçoe. (SANTOS, 1998, p. 8)¹

O território, portanto, comprehende processos relacionados diretamente com o lugar e sua própria realização. Trata-se das relações sociais nele desenvolvidas e do seu valor de uso e de troca. O território se fundamenta na sua dinâmica de produção de bens e de serviços, e de produção de identidade própria, elemento o qual converge na dinâmica histórica da cultura. Examina-se o território no turismo, como o destino das viagens que detém especificidades geográficas, e, ainda, uma carga histórica de civilizações passadas representadas por monumentos e ruínas, como de práticas cotidianas que aparecem como alternativas de experiência turística cultural. O turismo, sob nosso ponto de vista, é uma outra forma na qual o capital se insere nos territórios para torná-lo mais produtivo, e sobretudo para explorá-lo, aumentando o rendimento econômico das nações.

Cabe destacar, que as “verdades científicas” serão sempre, no campo turístico, divergentes enquanto a tentativa de explicação integral no seu caráter epistemológico e na procura de sustento teórico que abarque o que estiver em questão². Nesta colocação de Woog (1989), para o turismo não tem se formulado teorias no seu sentido estrito e provavelmente não se possa formular. Porém há como descortinar elementos essenciais de sua composição e suas características, pois o caráter de fenômeno do turismo no geral e a sua relação com o território, só podem ser compreendidos a partir de procedimentos específicos voltados a uma realidade específica. A partir deste ponto de vista se justifica o desenvolvimento dos capítulos seguintes. Antes apresentamos o território como aquele que adquire característica mercantil para sua utilização ao turismo que atende a fatos históricos, e se projeta a regiões periféricas como outra forma de colonização, acabando por resultar numa espécie de dependência econômica, acarretando, sobretudo, um certo estranhamento cultural na circulação e percepção de turistas que provêm dos países centrais.

Estruturamos este primeiro capítulo em três momentos no intento de desenvolver questões mais gerais a respeito do uso do território: para a atividade turística enquanto valor de uso e valor de troca a partir da perspectiva marxista; para nos inserir numa reflexão de território usado nos países periféricos numa perspectiva histórica, e por último, para uma aproximação com o território andino e seus recursos arqueológicos específicos promovidos como ícones turísticos e de adequações para a atividade de turismo internacional ou receptivo.

1.1 - A Fetichização do Território para o Turismo

Durante uma palestra em 1999 de Milton Santos, ele afirmava que “o valor de cada pedaço de chão lhe era atribuído pelo próprio uso desse pedaço de chão”, pelas relações sociais que nele aconteciam². Com a expansão histórica do capital e a razão das trocas, o uso do território tem a ver com a sua capacidade de produção de mais-valia. Portanto, o turismo aparece como uma espécie de aprofundamento do uso do território. Este, garante trocas que remanejam o comércio internacional e também nacional, e avalizam, ainda a razão das trocas que se sobrepõem à lógica dos territórios pelo seu valor de uso. Ao mesmo tempo, esses territórios não deixam de ser valorizados pela sua construção de vida material-cultural enquanto possam ser inseridos como valor adicional de aspecto mercadológico, mas são pouco ou nada compreendidos como espaços de vida social que os dinamiza.

¹ Destaque nosso.

² Esta colocação do autor teria sido durante a palestra realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), em março de 1999. A palestra teria sido digitalizada e depois adequada para a publicação como *O dinheiro e o Território*, segundo o rodapé desse texto.

Um dos termos relacionados ao turismo é o das férias, e este ao período de descanso do trabalho. O tempo de descanso e/ou de lazer, é uma oportunidade para o capital se aprofundar de modo que não possa se deixar de consumir e talvez se apoie ao tempo de “restauração de forças” do trabalhador – do contrário “em vez de turismo seriam necessárias clínicas ou sanatórios”, disse Krippendorf (2009). Segundo o mesmo autor, “a necessidade de viajar é, sobretudo, criada pela sociedade e marcada pelo cotidiano”, que apoiados na infraestrutura monótona gerada pelo desenvolvimento industrial e o uso de elementos que expressem liberdade, é uma espécie de mecanismo “modernizado” para a mercantilização mais profunda do território. O mecanismo de descanso do trabalho intensifica a exploração do território, porque se faz acreditar que a viagem é uma necessidade e é prometida a experiência de verdadeiros paraísos que atuam transversalmente aos outros setores econômicos, e especificidades territoriais.

O turismo, uma indústria da diversão e do prazer, em expansão permanente, assume de forma completa a necessidade de lazer e de férias. É a indústria das agências de viagem, das empresas aéreas, ferroviárias, rodoviárias e marítimas; dos hotéis e alojamentos; dos restaurantes e dos estabelecimentos de diversão; das empresas de construção; dos construtores de casas de campo e de trailers; dos fabricantes de equipamentos para acampamentos; dos escritórios de planejamento e consultoria; dos conselheiros econômicos e publicitários; dos arquitetos; dos construtores de teleféricos e dos fabricantes de esqui e roupas; dos vendedores de suvenires; dos cassinos e parques de diversão; do setor automobilístico; dos bancos; dos seguros; etc. uma indústria que tem dinâmica própria, [...]. **O espaço rural, as mais belas paisagens e as mais interessantes culturas do nosso globo estão ao alcance de todos, cheios de promessas. A concorrência é grande, mas a demanda também. “O turismo é um comércio, e não uma obra de beneficência” e “que se danem os paraísos”,** é o que pensam alguns profissionais da área. (KRIPPENDORF, 2009, p. 39)³

Segundo Krippendorf (2009), o turismo é definido como uma indústria porque comprehende um arranjo de atividades correlacionadas para configurarem uma espécie de modernização do mercado. Ou seja, o turismo apresenta-se como uma dinâmica transversal aos demais setores econômicos na utilização dos produtos das indústrias e de serviços diversos, se expande não só nos territórios onde tradicionalmente o capital investe – o urbano, mas também intensifica a mercantilização do espaço rural. Os espaços rurais são comercializados pelas suas paisagens e culturas. Se oferecem símbolos típicos de férias para ganhar favores dos turistas, pois a concorrência dos que atuam na indústria aumenta cada dia, porque aparece como o espaço promissor para fazer negócios. As motivações das viagens são diversas.

O autor refere-se ao turismo como uma forma de fuga em massa em relação às vivências cotidianas, aos imaginários e as liberdades, onde se sai da prisão que é o mundo do trabalho. Esta condição dos sujeitos no contexto, a projeção dos espaços pré-fabricados pela publicidade, contribuem para a formação de uma “pessoalidade própria” não como um mero sistema de “modo de reprodução de um processo”, mas sim, como uma forma de fato social de totalidade, no contexto histórico concreto, depois da segunda guerra mundial adquiriu vantagens sem precedentes com a utilização de bens naturais ou culturais, sem ter que transformá-los e como potencial setor de desenvolvimento econômico num continente destruído pela guerra.

³

Destaque nosso.

A produção do espaço está intimamente vinculada ao processo de produção propriamente dito por Santos (1985), onde a circulação de mercadorias tem sido dada como característica principal aos territórios. A circulação se estende com as exportações aos lugares mais distantes. Portanto, os territórios são fundamentais para manter essa circulação das mercadorias, circulação esta fortalecida pela prática turística. O transporte, a alimentação e a hospedagem, são em grande medida, os que geram condições mínimas que demandam os turistas nos territórios que visitam. O motivo pelo qual isso ocorre depende das qualificações múltiplas, variadas segundo as considerações materiais e simbólicas de conteúdo de cada território ofertado.

Não se trata de uma forma determinista enfocar o turismo de modo econômico, porque encobriria as relações principais do processo de produção, mas sim de compreender o sentido que os territórios assumem quando são ofertados como destinos turísticos e a verdadeira essência dos espaços que é ocultado quando eles são vendidos. Faz-se necessário, segundo Daniel Hiernaux-Nicolas (2008), configurar espacialmente o processo do turismo com o argumento ao ideário de progresso associado à expansão do capitalismo industrial, uma ideia do crescimento econômico e o progresso em aproveitamento da mobilização das pessoas para as férias e o lazer.

A condição de utilidade das coisas se configura primordialmente no fruto do intercâmbio com a natureza, onde todo o valor de troca se impõe sobre o valor de uso. As adaptações de elementos da natureza e do passado em coisas úteis ao homem se submetem ao regime de trocas mercantis, passam a ser percebidas no seu valor de troca. Aqui nos deparamos que o valor de utilidade da mercadoria se efetiva no ato do consumo, com sua característica quantitativa que mistura a oferta e o uso. Fomentar o turismo como produto como mistura de intangíveis, que se consome quando se concreta a compra da oferta. Pois, ainda que não exista nada concreto que o turista possa levar quando compra a oferta turística, como acontece com os produtos dos outros setores, é consequentemente uma outra forma de consumo, porque ocorre no lugar de destino turístico ao que se decidiu viajar e quando ele concretiza a compras de passagens (BOULLÓN, 2012, p.10). Nesta perspectiva,

“El concepto de consumo ayuda a entender el papel de cada uno de los tres actores implicados en la actividad turística: los consumidores, el producto que será consumido y los encargados de vender el destino. **Los consumidores no solo adquieren el producto en sí sino lo que este representa.** Por tanto, su rol es esencial debido a que su acción no se limita a elegir entre un viaje u otro, sino que también proyecta sus expectativas sobre él: aventura, descanso, exotismo, etc. El encargado de la venta del producto –en este caso, la empresa de turismo– se alimenta de las expectativas de los consumidores y las reinterpreta para producir un viaje que cumpla con sus deseos. Así, el Cuzco promete experiencias místicas, Máncora diversión, la reserva del Manu paisajes intocados y así sucesivamente”. (FULLER, 2008, p. 18-19)⁴

A lógica de compra-venda, segundo Fuller, no turismo, está alimentada pelas expectativas e desejos dos turistas. Onde o consumo atua na abstração do que representa o espaço que se vende, e que não é material mas precisa de um lugar específico e de alguém que o projete como lugar perfeito. Os consumidores do produto de destino e os que vendem o destino, enriquecem a definição de consumo. Uma vez que o concreto da lógica de mercado acontece quando o turista está no lugar ofertado, e quando este efetua a compra das passagens, ele não está isento da oferta do conjunto de tangíveis dos outros setores, porque eles

⁴

Destaque nosso.

conformam a oferta turística até os lugares prometidos e até porque proporcionam condições de comodidade ao turista.

Na visão marxista, a consideração da totalidade do espaço social é o lugar onde acontecem as múltiplas contradições da acumulação e da maturidade histórica do sistema capitalista. Onde se dão as forças produtivas e desenvolve o capitalismo, e neutraliza suas próprias contradições. O mercado mundial é reconfigurado na medida em que a sociedade que produz e consome os valores de uso e amplia seu raio territorial de ação no território abarcado ressalta a importância de revisar o modo que se redefinem os territórios produtores de matérias primas e com ele a renda da terra (BARREDA, 1995, p. 133), uma vez que este processo de mobilização de massas até os lugares de destino turístico, cujo fim é a recreação, não promove qualquer modo de produção especializada de produtos básicos, e sim adaptações organizativas que promove sua imagem para se comercializar.

Barreda (1995), reflete sobre o papel do espaço e propõe ver os problemas do espaço, território e acumulação do capital. Que se interpreta no campo da prática turística, como uma posição de análise quanto ao significado de posse e controle dos territórios como “forças produtivas” para o turismo. A insistência de “funcionalidade” dos espaços como mercadoria consiste numa “sociedade que produz e consome valores de uso”. Essa funcionalidade se sujeita ao desenvolvimento industrial ou a de fornecedor de “matérias-primas”, e especialmente de ambivalências entre “espaço desenvolvido” e “espaço explorado”, que têm como base a “forma de controle dos costumes e espaços domésticos”, que são estratégicos no “jogo de desenvolvimento da hegemonia do capital”. Desse modo, o aspecto de “produção dos espaços” para a “indústria do turismo” configura o território como mercadoria que é promovido por uma espécie de mistificação ou idealização, deixando de compreender todo o conjunto de significados de relações sociais que o constituem.

Para Barreda (1995), o território está para a dinâmica capitalista ‘implicada um complexo processo de subsunção real do espaço ao capital’, pois, assim como as mercadorias e o dinheiro se movimentam no território, ele mesmo é considerado mercadoria, como tem sido a terra, o subsolo, o ar e tudo o que contém cada extensão territorial (1995, p. 136). Na dinâmica de turismo, poderíamos qualificar a fetichização do território como o processo de idealização de lugar, com imagens de paraísos e de experiências únicas, sem deixar ser um elemento principal na circulação das mercadorias. A fetichização, segundo o mesmo autor, *O Capital* de Marx trata da coisificação do sujeito, e, com ele os elementos de identidade, como objeto, e vice-versa. Isto é, a necessidade das ‘coisas’ se torna mais importante que a relação social detrás dela. Desconsidera-se o caráter social no processo de agregação do valor à mercadoria e o objeto passa-se a ser de adoração. Embora esta denominação de Marx, no capítulo *A Mercadoria do Capital* refere-se aos objetos na circulação que tem como objetivo a mais-valia, as mercadorias não são triviais pois seu caráter místico não é de seu valor de uso.

Na condição mercadológica para o turismo, o território é fetichizado mediante mecanismos específicos como a publicidade, por exemplo, que realça seus elementos particulares e os recria de forma fantasmagórica transformando-o em destino turístico que tem valor de troca, inseparável da circulação do capital, cujo processo da mistificação é interpretada no seu sentido de encanto e singularidade que é projetada nos anúncios de publicidade aos destinos turísticos, e oculta significados humanos. Não obstante, o território na categoria de turismo, reafirma que

[...] todos los espacios materiales concretos de la riqueza, las superficies terrestres, marinas, etc., se fetichizan, es decir, se sobre significan, de la misma manera como acontece a cualquier mercancía equivalente que presta su valor de uso como cuerpo para la representación del valor. La configuración mercantil

capitalista de la riqueza **promueve por ello una mirada mistificada sobre el espacio, volviéndose incapaz de leer y descubrir en él el conjunto de significados humanos, relaciones sociales y procesos históricos que lo califican cualitativamente**. De esta manera se produce la "imagen" de los territorios capitalistas como espacios abstractos y homogéneos, apenas diferenciados por las fronteras que marca la propiedad privada y el proceso de explotación del plusvalor. **Tal es la vacua y engañosa imagen del espacio** geográfico mundial que aprendemos a leer en los mapas de nuestras clases de geografía, o **que asiduamente consumimos como hermosas fotografías de paisajes del mundo** que promueven las tarjetas postales, las revistas de turismo, la televisión y el cine (BARREDA, 1995, p. 139-140)⁵

Na verdade, a forma mercantil dos espaços, de acordo com Barreda, baseia-se na “forma de controle dos costumes e do doméstico”, uma vez serem estratégicos no jogo do desenvolvimento de hegemonia do capital. Então, no aspecto da produção do espaço para a indústria do turismo, se assume a configuração de mercadoria promovida por uma espécie de mistificação do espaço, cujo valor de troca é também diversificado na produção de outros setores de indústria como a fotografia e dos filmes. Sobretudo na relação de encontro ou de desencontro entre os sujeitos que fazem turismo, e os sujeitos que reificam o espaço no seu valor de uso.

Estes marcos de referência sobre o território, o espaço como mercadoria assume um caráter dúplice, porque é expressão de valor de uso e representação do valor. O valor dos espaços se significam com valor técnico criado pelos homens e um valor de mistificação que o torna a mercadoria mais complexa. Tem sido a consolidação da sociedades pós-modernas, segundo Krippendorf (2009), que tornou possível conceber o mercado para satisfazer os turistas, ‘pois é preciso produzir o que se pode vender’, onde a troca acontece independente de seu valor de uso para se “desligar, relaxar”, “fugir da vida diária” e “recuperar forças”. Representações de consumo de paisagens no mundo como praias, montanhas, e de símbolos culturais e da vida social específica desses espaços, aparecem como produtos.

Em outras palavras, o valor de uso dos territórios para o turismo compreende o valor dele mesmo que se mantém constante, suas qualidades materiais não dependem de nenhum tipo de transformação e sim de mudanças físicas e sociais. A representação do valor ou também valor de troca, vai depender da escassez dos elementos específicos destes territórios, sejam materiais ou simbólicos, que lhe outorgam elementos especiais que os fazem territórios únicos. A imagem dos territórios, modificada pela publicidade, atribuem a eles qualidade de utilidades (experiências) únicas, assim como mercadorias raras podem parecer escassas e satisfazem necessidades humanas com experiências de viagens ‘fantásticas’.

O espaço é generalizado aos processos de trocas mercantis, a sua imagem geográfica supera qualquer utilidade a ser universalmente de consumo. O espaço aparece como aquele onde ocorrem processos de troca, em Hiernaux-Nicolas (2008), o turismo configura-se pontualmente no final dos anos sessenta como “fordista”, encarnado como mercadoria e como meio de circulação num período caracterizado pelos padrões de modelo industrial, portanto representaria universalmente o valor de troca. Assim, em termos da organização do serviço e a estruturação do espaço, claramente se colocam na linha dominante. A ausência do valor de uso como de qualquer mercadoria acontece para se elevar unicamente à categoria de valor de troca, fazendo com que seja criada a impressão de que o serviço e a estruturação dos territórios são algo intrínseco ao turismo e a modernidade do espaço.

⁵

Destaque nosso.

Tudo tende a se tornar objeto de troca, valorizado cada vez mais pela troca do que mesmo pelo uso. **O papel que a troca começa a ganhar é uma enorme mudança na história dos lugares e do mundo, deslocando da primazia o papel do uso, e até mesmo comandando o uso, ao revés do comando anterior da troca pelo uso.** Isso é fundamental tanto para entender as mudanças que o mundo conhece, como para produzir toda a possibilidade de interpretação do que existe como se fosse um resultado de relações mecânicas imediatas entre o grupo e o seu entorno, entre o homem e o que ainda se chamaria a natureza. (SANTOS, 1999, p. 9)⁶

No ideário da modernidade a ideia de relacionar o turismo à indústria teria sido para a reposição da força de trabalho industrial. Existe, portanto, no seu sentido de turismo de massa uma forte orientação econômica e mecanizada que envolve a essência do valor dos territórios a ponto de fetichizá-lo. Como já mencionado, é a partir das viagens que o território se cristaliza na forma de mercadoria o que dá o valor conferido ao território. Entretanto, essa criação de valor se torna possível quando ser dá lugar à organização circular de consumo de espaços como essência do valor de mercadoria, quando se a representa na sua mistificação.

Evidentemente, o papel fetichizante que o território assume, no âmbito do turismo, acontece quase da mesma maneira que a mercadoria na esfera econômica, e se constatam sequelas como por exemplo a consequência das transformações dos territórios que podem ser observadas e interpretadas. De início, o reconhecimento de que o território é amplamente acolhedor e na medida em que não oferece perigo a livre circulação de visitantes, não terá amparo para ser ofertada. A mercadoria que reifica o turismo aparentemente encontra sua antítese no particularismo das relações dominantes por elementos específicos que apontam precisão de serem espaços queridos a partir da imagem projetada e da vontade de um processo social que carrega o cultural tais como o turismo arqueológico, o natural, o ecoturismo, entre outros.

Por outro lado, a forma de valorização tem o condão de transformar em coisas o que ainda não é mercadoria e, consequentemente, como coisas apropriáveis. Pensamos nas significações dadas ao território pelos sujeitos mediante a prática cotidiana neles, especialmente os que têm estado localizados na periferia do capital e se adequam às transformações turísticas porque aparentemente não tem outra forma de sobrevivência se não a de aceitar o que o capital pode oferecer na sua posição de utilizar o território e seus recursos internos, especialmente em lugares aparentemente isolados, aos que se prometem empregos aos moradores. O território se torna o portador de infraestruturas que se inserem nas relações de investimento os quais podem ser proporcionados por atores privados e governos, mas não pela população.

À condição do território como mercadoria, se somam significados simbólicos que criam valor agregado na oferta. São inseridos nos pacotes turísticos experiências de aproximação ao nativo e aos elementos de identificação social desse território, expressando a condição de poder exercido daquele que paga pela experiência e os residentes que devem recepcioná-los. Assim, refere-se à crescente oferta dos espaços locais plenos de imagens e sensações de especificidades, e submetem à totalidade do espaço a condições de oferta, ‘o seu chão mais a sua identidade’ sob o poder vertical e horizontal que exerce o turista. Em outras palavras, enquanto mercadoria os territórios são essencialmente necessários para o setor de turismo e incrementam seu valor de troca segundo as alegorias construídas socialmente e reforçadas artificialmente. Assim, o formato dos territórios e seu cenário cultural, tem um preço a ser pago e obtém um caráter competitivo.

“Unido al creciente carácter competitivo en el que se encuentra sumido el turismo a escala mundial, la característica más significativa del turismo contemporáneo no es sólo la incorporación de nuevos lugares como destinos turísticos o la ampliación de la periferia del placer, también **hay que contar con la creciente demanda de nuevas experiencias y espacios singulares, que ha propiciado que todos los rincones del planeta sean potencialmente turísticos**, sobre la base de su especificidad” (BRENES LEIVA, 2006, p.26)⁷

Por conseguinte, assim como todas as mercadorias são submetidas ao regime da equivalência pela mercadoria do dinheiro, a conformação de todo e qualquer espaço como mercadoria reduz o produtor de mero portador de território indiferenciado, consequentemente a circulação existe como representação de mercadoria. Por isso, a importância dos espaços como “acumulação flexível” que supera a “rigidez da indústria e mobilização de massas”, trazem consequências ao transformar os territórios como bens físicos (paisagem e centros históricos) ao fornecimento de serviços para dar sentido de produção.

O “turismo de massas” como forma configura-se no equivalente universal a das relações com as coisas, onde o fetiche de mercadoria, através da venda da imagem dos lugares explora suas especificidades que contem identidade, um recurso importante para a imagem projetada. A forma de turismo no espaço, “pense globalmente e haja localmente”, influencia na estética do lugar como última forma de impacto, ajudada por forças estratégicas de ações políticas e de mercado, onde se fortalece o localismo e o nacionalismo devido à acumulação.

“Las perspectivas están abiertas, y **no cabe duda que la expansión pero quizás más aun la diversificación de las experiencias turísticas** en América Latina, tales como el turismo de naturaleza, el turismo en áreas indígenas, el ecoturismo pero también las nuevas formas de turismo urbano **asociado a la revitalización de los centros históricos** por ejemplo, **apelan a la comunidad geográfica a extender sus ámbitos analíticos a esos nuevos temas**” (HIERNAUX, 2008, p. 185)⁸

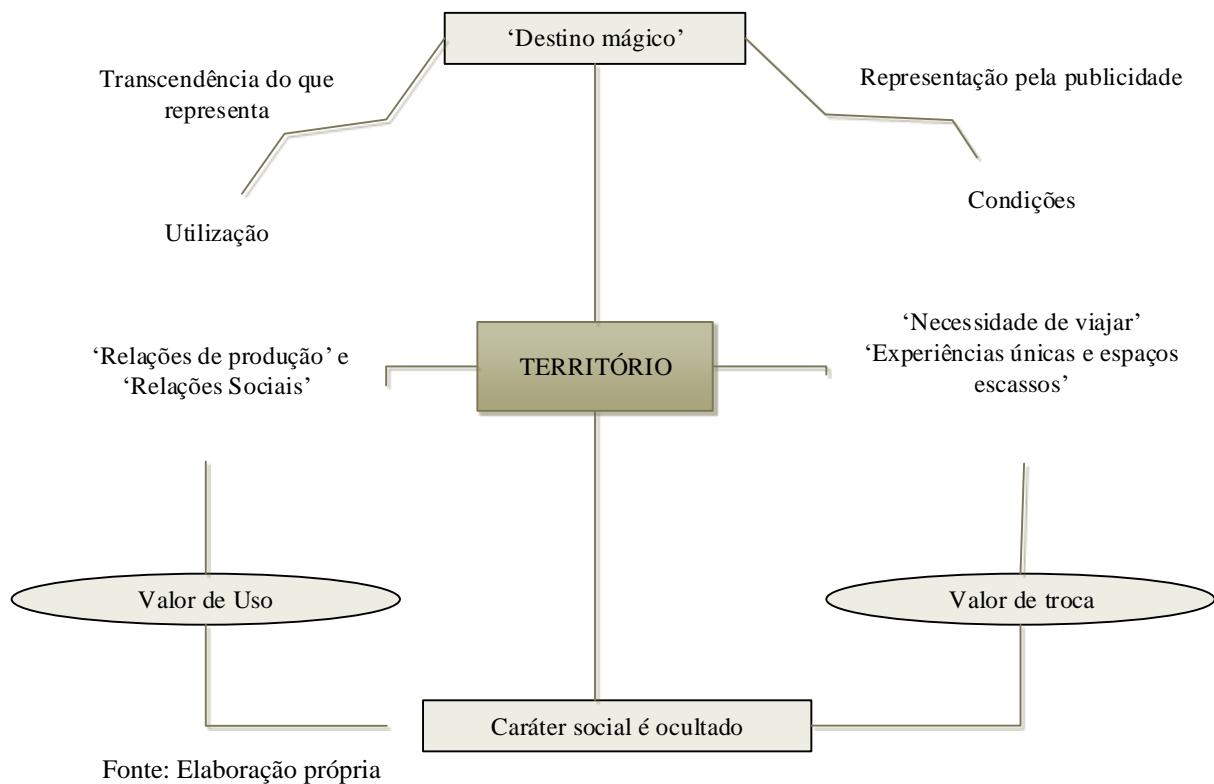
A compreensão de fenômeno estratégico é importante para entender a ênfase dos espaços a serem visitados na sociedade capitalista, são esses os espaços “escassos”. Sem dúvida, não há como destruir ligações desses espaços produzidos como mercadoria sob o relacionamento intrínseco da escala internacional e regional, como indivisíveis à produção de serviços. O que acontece com o turismo é uma nova forma de produção do espaço onde os serviços são atividades voltadas às produções. Assim, “o turismo é um dos serviços de suporte para a reprodução da força de trabalho” e contribui para uma nova forma de “relações industriais” dos mercados internacionais (turismo receptivo). Se enfatiza “o papel do espaço na produção da atividade”, porque esta atividade é abstrata e “materializa os recursos”, mas acima de tudo ela precisa de um território que se torna mercadoria (CORIOLANO, 2012, p. 4-6).

O fetiche do território é interpretado como a necessidade de compreender a dimensão estrutural na que o turismo é acionado como mercadoria. Isto é, o território específico ofertado transfigura uma forma de materializar o que se consome, pois, a condição de destino mágico, que oculta seu caráter social cotidiano dos territórios para serem vendidos para lazer e novas experiências, confere o diagnóstico contraditório da lógica capitalista entre o valor de uso e o valor de troca que se associa a influências políticas e sociais da representação. Tentamos fazer essa interpretação gráfica a seguir:

⁷ Destaque nosso

⁸ Destaque nosso.

Diagrama 1. A lógica do Fetiche do Território.



Como apresentado acima, o momento da circulação dos visitantes é fundamental para que os territórios-mercadorias sejam considerados potenciais para a atividade de turismo, afinal, é somente neste momento que o valor pode se realizar como tal. Historicamente esta funcionalidade mercadológica do espaço para o turismo sugere considerar a articulação das escalas econômicas que o adequam para tal função. Portanto, o diagrama, tenta representar a dimensão mercadológica do território, na que o seu caráter de *destino mágico* se associa com a *representação pela publicidade* sem deixar de utilizar elementos simbólicos próprios para dar a esse território um valor agregado.

Consequentemente, o *caráter social que é ocultado*, enquanto a seu valor de uso (relações de produção e relações sociais) também transcendem a condição de seu valor de troca quando é influenciada pela superestrutura. A *necessidade de viajar e as experiências únicas* dos espaços escassos é sem dúvida um processo de alienação para a ampliação do raio territorial de consumo. Desse modo, a utilidade do território atribuída a seu valor de uso e as condições para seu valor de troca colocam ao território no seu sentido abstrato e concreto como o centro de influências da dinâmica capitalista, e de fricções coloniais entre encontros e desencontros dos sujeitos.

Para concluir neste ponto de fetiche do território e sua duplidade de valor de uso e valor de troca, como base ideológica, uma vez que os territórios são comprados com o dinheiro – pelo qual o fetiche dele é dado – não só acontece pela compra-e-venda de terras, mas também pela sua importância de manter as empresas e seus produtos em circulação. A essa condição se soma a forma projetada desses territórios que passam a ter outros significados e a ocultar seu lado social, especialmente como acontecem nas comunidades indígenas e povos do terceiro mundo.

Nesse sentido, em termos de não obstaculizar o turismo como possibilidade de nova “produção de indústria pós-moderna”, no seguinte ponto o apresentamos no âmbito político como “possibilidade” de um setor que se desenvolve sob “atividades efêmeras” que se afronta como estrutura concreta no território específico, cuja condição é complementada com as construções de edificações e adaptações da força de trabalho, como condição de estrutura econômica da sociedade. Se produz os territórios como bens de consumo sem necessidade de extraí-los e transformá-los.

1.2 - A Geopolítica de Turismo nos Territórios Periféricos

Feitas as considerações acerca do território para o turismo e sua compreensão de condição ao capital como mercadoria e de indústria de terceiro setor, se analisa a política no turismo. A formação histórica do território que esteve intimamente ligada com o processo de colonialidade dos territórios. Em Louis Turner e John Ash (1991), o turismo na expansão do poder e de influência esteve envolvido diretamente em questões políticas. Sendo a sua relação ligada à infraestrutura implementada em determinados territórios, que fundamentava “não só uma presença de capital do imperialismo britânico no Egito, mas foram essenciais para que o imperialismo fosse plenamente operativo” (1991, p. 7). Esta inflexão histórica com a colonialidade em âmbito econômico e geográfico constituem a garantia de poder nos territórios. O turismo operava como movimento geopolítico de ocidente, que envolvia a construção de infraestrutura hoteleira na frente dos monumentos de um dos impérios mais antigos.

O turismo funcionou como um instrumento para promover a colonialidade do território, reforçou a imagem do lugar como “Mil e uma noites” que projetava conforme a imagem de obsessão do Cairo e também como “terapia no oriente”. Nesta retrospectiva de fundamentação histórica a qual não é abordagem estatística ou mercadológica, porém explica a sua dimensão política em vigor do “desenvolvimento do turismo”, na transculturação e colonialidade de localização geográfica e de relações domésticas. Em Hoerner (2011), o turismo é como uma atividade essencialmente política, pois o desenvolvimento dos países “pode provocar rivalidades de poder e de influência entre populações locais ou entre os territórios tornados turísticos”. Assim, no seu sentido geopolítico, admite-se que o turismo movimenta recursos financeiros e culturais.

Um processo como este que começou com a constituição de América e de capitalismo colonial moderno e eurocentralizado como padrão de poder mundial, iniciou uma nova configuração de globalização em curso, deu partida a um processo de convergências e associações na produção de espaços que eram incorporados ao novo mercado mundial, e dominadas no seu curso de colonização. Para tanto, se articulavam numa cadeia de transferência de valor e de benefícios que favorecia a Europa Ocidental. Segundo Quijano (2000), a colonialidade determinou a distribuição geográfica de cada uma das forças integradas no capitalismo mundial pela qual se articulam o trabalho, os recursos e demais formas de controle.

Neste sentido, a mistificação constituída aos territórios do terceiro mundo é interpretada a partir da perspectiva de Arturo Escobar (1998, p. 24), como um termo não natural, posto que o imaginário outorgado não é banal ao respeito do “outro”, cuja magia tem um sentido assimétrico e de desigualdades onde transitam elementos de submissão, seja pelos investimentos nas infraestruturas e adequações da força de trabalho quando lhe são inseridos um valor comercial. Para os territórios é como se estivessem sob uma instituição corporativa de estilo ocidental, porque mediante afirmações dos espaços como “geografias imaginárias” inevitavelmente contém desenvolvimento médio de terceiro mundo sob os padrões ocidentais.

Em termos de política e de turismo, dentro do contexto capitalista, padroniza estruturalmente o capital e o impacto cultural entre visitantes e populações, assim também a banalidade dos espaços turísticos são vinculados à memória e à identidade de determinadas sociedades na direção da globalização. Cabe deixar claro que, não é possível pensar ao turismo separado do processo de transnacionalização de capitais e dos modos de vida, menos ainda os espaços periféricos do sistema capitalista de condição de ‘não explorados na sua potencialidade’. Isso porque o novo padrão de poder mundial na condição de centro, onde a Europa podia impor seu domínio colonial sobre as regiões periféricas na produção de formas de nível de desenvolvimento político e cultural (intelectual). A reviravolta expressiva é dada quando Quijano, afirma:

“En verdad, a estas alturas de la investigación histórica sería casi ridículo atribuir a las altas culturas no-europeas una mentalidad mítico-mágica como rasgo definitorio, por ejemplo, en oposición a la racionalidad y a la ciencia como características de Europa, pues aparte de los posibles o más bien conjeturados contenidos simbólicos, las ciudades, los templos y palacios, las pirámides, o las ciudades monumentales, sea Machu Picchu o Boro Budur, las irrigaciones, las grandes vías de transporte, las tecnologías metalíferas, agropecuarias, las matemáticas, los calendarios, la escritura, la filosofía, las historias, las armas y las guerras, dan cuenta del desarrollo científico y tecnológico en cada una de tales altas culturas, desde mucho antes de la formación de Europa como nueva id-entidad. Lo más que realmente puede decirse es que, en el actual período, se ha ido más lejos en el desarrollo científico-tecnológico y se han hecho mayores descubrimientos y realizaciones, con el papel hegemónico de Europa y, en general, de Occidente” (QUIJANO, 2000, p.7)

Para o autor, que considera o enfoque das heranças coloniais fundadas no papel da colonialidade e num padrão cognitivo, o não-europeu era o passado e desse modo sempre seria primitivo. Neste caso ao atribuído a elementos específicos e de localização das culturas da periferia são a matriz dessas realizações maiores. Não é possível pensá-las como combinação de ingredientes para conformação de ‘uma alta cultura’, sim para pensá-las como processo de expropriação de conhecimentos e de repressões sob padrões de condenação como subculturas, porque passam a ser ‘uma espécie de operação mental para todo poder mundial’.

Segundo Quijano (2000), a colonialidade determinou a distribuição e a integração geográfica para dar condições ao capitalismo mundial, onde se articula principalmente a força de trabalho, os recursos e demais formas de controle. Também, em Lander (2000), Mignolo (2010), Said (1990) e Santos (2002), outros aspectos como o cientificismo dominante, na essência epistemológica se produzia capital e colonialidade e as transformações dos territórios na conformação de transnacionalização de capitais e de modos de vida, tem se dado no padrão de poder mundial na condição de centro. Neste cenário, a Europa podia impor seu domínio colonial sobre as regiões e populações do planeta na produção de formas de nível de desenvolvimento político e cultural (intelectual), tomando para si o papel de oriente com carga de dignidade de ser o outro e ser imaginado a partir do outro.

É preciso acrescentar nessa lógica de transnacionalização de capitais e de formas de vida, na perspectiva de Felipe Cuamea Velázquez (1989), diz que de acordo com Cristaller (1963), ‘as atividades recreativas tendem a ser localizadas em lugares periféricos e relativamente subdesenvolvidos. No caso da França, periferia imediata da Europa no século XIX, aludiu às áreas geográficas e econômicas’. Esta situação começou a ter aplicações práticas no início dos anos setenta, e parece ter-se estabelecido como uma estratégia do setor de turismo dos países periféricos, depois de estabelecer o centro capitalista e a sua margem periférica (1989, p. 36). De modo que quando falamos de turismo, nele aparece as relações

econômicas e a suposição de uma estratégia de articulação espacial e de representações de espaço terrestre para o deslocamento turístico.

Alguns apontamentos importantes sobre esse uso capitalista são levantados em crítica da configuração dos espaços como produtos de geração de renda, além significam a possessão e o controle dos territórios como forças produtivas na sua forma concreta, onde a insistência da sua funcionalidade subordinada ao desenvolvimento industrial, se manifesta especialmente na ambivalência entre espaço explorado e espaço desenvolvido, no sentido da interação social e superação da pobreza. Além disso, ambas abordagens, de espaço e de natureza associados a centros históricos, são o tipo de turismo ou modalidade de práticas de turismo com formatos de produtos variados “visíveis a este setor em Espanha, Portugal, Egito, México, Peru, Bolívia, Itália, Grécia e outros” (VELOSO; CAVALCANTI, 2007 p.159).

Por outro lado, essa perspectiva de poder de padrão mundial de relações intersubjetivas hegemônicas, como a trajetória de uso dos territórios no sentido concreto e abstrato, configuraram uma única lógica de estrutura estabelecida no processo de formação e desenvolvimento da globalidade. Contudo, quando se fala do turismo, diz Hoerner (2011, p. 28), “supor que se trata de uma estratégia concebida nas altas esferas de poder, seria um absurdo”, o que se pode afirmar, diz ele, é que “as centenas de milhões de turistas que viajam pelo mundo não estão em harmonia com seu contexto econômico seria provavelmente irrealista”. Assim, essa mobilidade esporádica permite observar que existe ‘um abismo que se abre entre os turistas, ávidos por se divertir livremente nos paraísos a ele devotados, e as populações locais, transformadas em serviços sob o olhar perplexo de seus antepassados’.

Porém, as relações de assimetria no turismo são condições genéricas da atividade internacional, o que leva a uma constatação geopolítica, segundo Hoerner (2011), dada pela migração de turistas do norte ao sul, as considerações suscetíveis de antigas expressões como “colônias de férias” utilizada por ocasião da conquista da Argélia pela França no século XIX. Se expressa nesses movimentos esporádicos dos turistas, uma espécie de colonialidade que mantêm uma regra durante as visitas massivas nos países do terceiro mundo e a serem suscetíveis às adaptações sob as exigências dos turistas, ‘porque os do norte são consumidores que pagaram’. Dessa perspectiva, os fluxos de migração turística dentre o movimento constituído pela dominação do capital ocidental ‘aproxima aos territórios muito diferentes e frequentemente muito distantes’ por meio dos instrumentos de mobilidade e outros que possibilitem os “tours”.

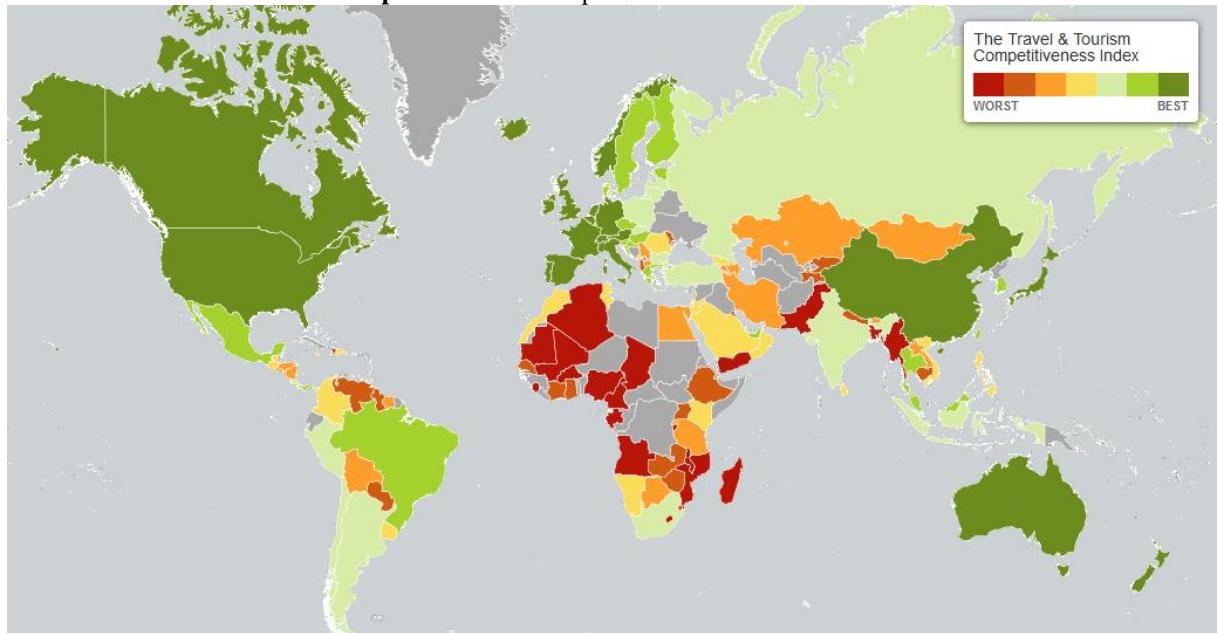
As consequências imediatas no mercado mundial iniciaram-se no século XIX com a independência política dos países, momento no qual deixaram de ter o caráter colonial. Este fato teve consequências econômicas e sociais e a atividade turística, ‘reveia antes de tudo, a justaposição de dois mundos que se ignoram’ (HOERNER, 2011, p. 32). Agrega-se elementos, disse o autor, que são uma espécie de ‘corpos estranhos’ à consequência das ‘garantias de segurança e publicidade turística’, como os encarregados de cobrir os riscos fornecidos pelos serviços das empresas turísticas, e sobretudo pelos Estados quando aplicam medidas de controle migratório e outras de serviço nacional (2011, p. 146).

No Fórum Econômico Mundial (WEF)⁹, a partir de condições específicas apresenta em seu relatório sobre a reunião em Genebra em maio de 2015, algumas características que apontam aos países como potencialmente preparados para o turismo em todos os continentes, e todos os países como o melhor ou o pior para a atividade turística, como mostrado no mapa

⁹ Teria surgido em 1971, e segundo informações de seu site oficial tem a finalidade de avaliar as condições de negócios em nível mundial para promover a competitividade comercial entre as economias. Desde 1999, existe um pacto internacional com a ONU, a fim de compartilhar princípios nas esferas que atua comercialmente: ‘direitos humanos, normas laborais e meio ambiente’.

a seguir. Onde a competitividade dos países como destinos, considera fatores socioeconômicos e políticos que permitem o desenvolvimento deste setor em cada um dos países. O grau 1 (da cor vermelha refere-se aos piores destinos) e o grau 7 (da cor verde, refere-se aos melhores destinos), determinando assim a condição favorável e não favorável para 141 economias (ANEXO B). A barra gradativa do grau estabelecida para os países, aparece na parte direita superior do mapa que segue:

Mapa 1. Países como piores e melhores destinos turísticos.



Fonte: The Travel & Tourism Competitiveness Index. WEF. 2015. Disponível em: <<http://widgets.weforum.org/ttcr2015/>>

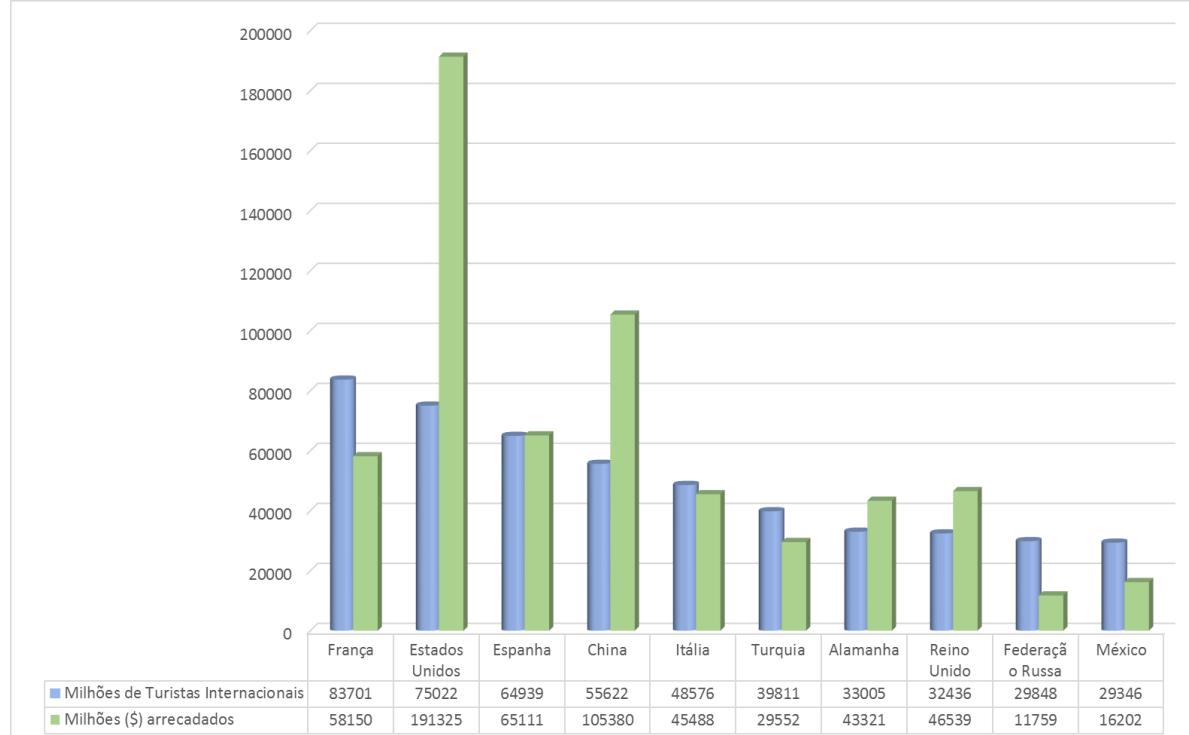
Neste mapa os países como Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, estão na cor verde na escala gradativa, consequentemente como aqueles países com melhores condições de competitividade na recepção de viagem para turismo. Na América Latina, os países que se apresentam como os mais preparados para o turismo é o Brasil (28), México (30), Panamá (34), Costa Rica (42), Chile (51), Porto Rico (55), Argentina (57), o **Peru (58)** e Colômbia (68), na classificação global. Os países como a Venezuela (110) e Paraguai (110) como países quase piores, e considerado como o único pior país de destino o Haiti (133), da região latino-americana (WEF, 2015).

Cabe destacar que os países do continente africano como o Congo, Eritréia, Djibuti, Líbia, Níger, República Democrática do Congo, Ruanda, Somália, Sudão não aparecem como avaliados nesta escala gradativa. Os países da Europa oriental como Afeganistão, Lituânia, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão, também não foram avaliados. Assim como Papua Nova Guiné e Coreia do Norte como único não avaliados das suas regiões, da Oceania e Ásia, respectivamente.

O critério desta classificação de destinos competitivos baseia-se nos condicionantes internos dos territórios compreendidos como países, no seu “patrimônio cultural” e “cenários de natureza”, considerados produtos centrais para o desenvolvimento da atividade. São produtos que promovem viagens de turismo e sua própria geração de recursos de preservação ou conservação. Entre os primeiros dez mais visitados pelos turistas internacionais em 2014 -

além de Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido; estão a China, Itália, Turquia, Rússia e México, como representado no Gráfico 1.

Gráfico 1. Destinos no mundo mais visitados pelos turistas internacionais, e milhões de dólares arrecadados.



Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos em: Panorama OMT do turismo internacional. Edição 2016.

Esses dados demonstram que são os países do eixo ocidental que estão inseridos nesse importante número de visitantes internacionais nos seus países o que significa uma flutuação de dinheiro circulando nos seus territórios nacionais. França, Espanha, Itália e Alemanha, são os países da Europa com mais chegadas internacionais no ano 2014. Segundo o WEF, em parte se deve “aos recursos culturais, infraestruturas de serviço de turismo, condições de saúde e higiene sólidas, notadamente, ao espaço Schengen”, que os qualifica como melhores destinos. Os atrativos destes países ostentam recursos culturais e naturais, e, sobretudo, infraestrutura de transporte bem montada. Assim, o crescimento de visitantes internacionais, a Federação Russa, na sua grande variedade de patrimônio cultural apresenta a saúde e higiene como potencial, “mas tem de superar os desafios em matéria de segurança e proteção” e “ambiente de negócios” (REPORTE WEF, 2015).

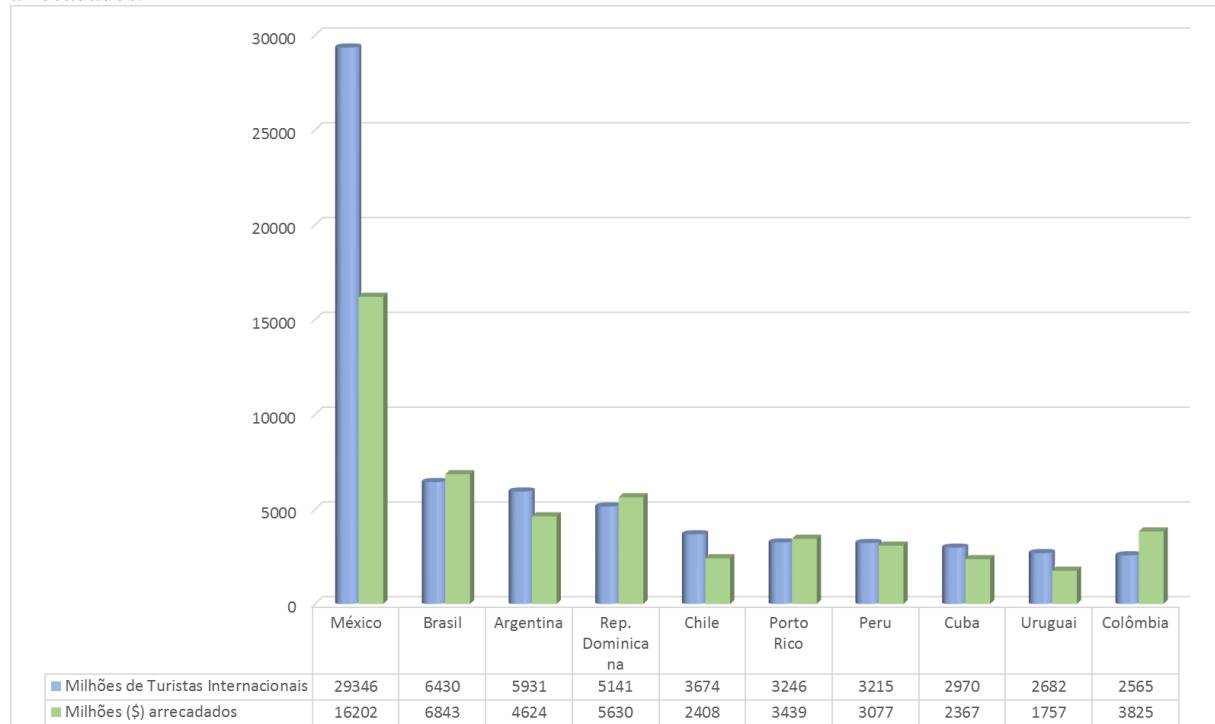
Os Estados Unidos é o segundo país mais visitado pelos turistas internacionais, mesmo com as restrições de vistos, segundo a WEF, com os acordos bilaterais com serviço aéreo apresenta uma alta de atrações de recursos naturais. Nesse mesmo relatório de WEF, a China atrai turistas pelos recursos turísticos e as reuniões de negócios são motivos dessa quarta colocação enquanto a quantidade de chegadas de turistas internacionais, mas ainda falta investir na infraestrutura de transporte aéreo e terrestre como os transfers de hotéis. E por fim, o México, único país latino-americano dentre os dez mais visitados na classificação pela OMT e o trigésimo melhor país para ser visitado segundo o WEF, pois tem um catálogo de patrimônio natural e cultural da Unesco. Mas ainda falta melhorias na segurança e sustentabilidade ambiental. (REPORTE WEF, 2015; UNWTO, 2016).

Cabe mencionar que toda esta circulação dos visitantes internacionais varia dependendo ‘das flutuações do tipo de câmbio, da baixa do preço do petróleo e de outros

produtos', porque as oscilações econômicas destes influencia na demanda turística de países exportadores, assim como a preocupação com a segurança (UNWTO, 2016, p. 4). Assim, a Europa apresenta um desempenho econômico de quase 51% da arrecadação de ingressos pelo turismo internacional.

No seguinte gráfico (2), mostra-se os países latino-americanos e caribenhos considerados como os mais preparados, representando também como principais destinos pelos turistas internacionais também em 2014 (UNWTO, 2016).

Gráfico 2. Países destinos na América Latina mais visitados pelos turistas internacionais, e milhões de dólares arrecadados.



Fonte: Elaboração própria. Dados obtidos em UNWTO, 2016.

No gráfico, o México lidera a contagem de turistas internacionais que chegaram no seu território, e também um pouco mais de 16 202 milhões de dólares arrecadados em 2014. O México desempenha uma destacada diferença em relação aos países sul-americanos e caribenhos. Brasil, Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Colômbia, segundo o WEF, em geral o são deficiência infraestruturais na mesma intervenção política, seja na questão de transporte, a segurança e a questão ambiental. República Dominicana, Porto Rico e Cuba, dependem das suas praias. Assim, o ingresso em dólares arrecadado pela chegada de turistas na América Latina, aparece como um setor significativo de ingresso de divisas nas economias nacionais.

Podemos observar que entre a segunda colocação e a décima, não há tanta disparidade em relação a primeira (México). Além disso, no relatório de 2015 da WEF, a posição de segundo lugar que ocupa o Brasil é consequência da realização da Copa do Mundo em 2014 o que arrecadou um número significante de turistas internacionais. A infraestrutura para esse evento, hoje, seria parte da condição de um dos melhores países que ocupa o vigésimo oitavo lugar de mais visitados no mundo. (WEF, 2015)

Além desses dados de caráter estatístico pela quantidade de turistas nos territórios nacionais, acrescenta-se o interesse de enfatizar ao turismo como indústria, na qualidade de atividade econômica e a ideia de possibilidades de desenvolvimento entre os países no

terceiro mundo. Isto é, em Coriolano (2006), a atividade traz consigo contradições das relações políticas e das configurações geográficas mediante estratégias para transformar os atrativos em mercadorias de tendências globais a partir dos condicionantes internos das nações.

Para que isso aconteça se requer do controle governamental e de “participação social”, que se vem organizando, ‘consegue até nos convencer de que as populações dos países pobres deveriam sentir orgulho de seu passado glorioso’ (HOERNER, 2011, p. 29). Esta estratégia se caracteriza pelo seu elemento cultural e provoca proporção relevante de visitantes para este motivo de orgulho nacional e de dimensão multifacetada de elementos políticos e sociais. Os que trabalharemos no segundo capítulo desta pesquisa, numa perspectiva de contexto de participação do Estado.

O grau de “melhor” ou “pior”, no mapa indicado acima, compreende uma ampla gama de circunstâncias geográficas apresentadas em suas formas políticas nacionais específicas, que vão significar além do seu produto turístico para o consumo aquilo que se torna necessário para o turismo funcionar: necessita sobrepor condicionantes ao mercado de mistificação dos recursos alinhados a potências da época. Para isso, os governos e sobretudo as economias dos demais países devem interagir globalmente para que sejam competitivos, diferenciados e atraentes ao turismo e aos investimentos externos. Somente quando a globalização do turismo para o capital se fragmenta de acordo com a localização dos produtos e começam a ser encarados como carentes de regulamentação, aí sim, o reflexo do local emerge com a necessidade de práticas globais e de idealização dos lugares.

Lembramos que os melhores países para o turismo, Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido, desenvolveram, ao seu momento, políticas de emergência de reajuste econômico para impulsionar a atividade turística, objetivando a recuperação econômica depois da segunda guerra mundial. Mais especificamente Espanha e França ganharam “força econômica” e tiveram intervenção do Estado para promover o turismo. Na França, na metade do século XX, se estabeleceu um escritório nacional para incrementar essa atividade, que foi se modificando sob outras administrações com a finalidade de regular o comércio turístico (BERTRAM, 2002, p. 132).

Nos outros países, o turismo tem assumido grande parcela nas suas economias. Em estatísticas da OMT, a Europa vem assumindo grande dianteira neste setor. É o continente que recebe mais visitas de estrangeiros e ingressos reportados em 2015. Na primeira classificação a França aparece como o mais importante destino que recebeu 84 milhões de turistas, seguido por Estados Unidos com 78 milhões, em terceiro lugar vem a Espanha com 68 milhões, em quarto a China com 57 milhões e num quinto lugar a Itália com 51 milhões. Numa segunda classificação pela OMT, também em 2015, os maiores ingressos gerados pelo turismo aparecem estes mesmos países. Estados Unidos aparece com \$ 205 bilhões registrados em 2015, seguido pela China com ingressos de \$ 114 bilhões, em terceiro lugar, Espanha que recebe \$ 57 bilhões, em quarto a França com \$ 46 bilhões reportados em 2015, e Reino Unido com \$ 45 bilhões de dólares (UNWTO, 2015, p. 6)

Por esta razão, é necessária a articulação dos territórios do terceiro mundo e as atividades que envolvem colonialidade dos territórios nesse vínculo de escalas do global, o nacional e o local. Também entendido, em Santos (2007), como escalas com fatores sempre em ação externa e interna, que provocam mudança nos espaços. E porque o ingrediente econômico que gera este setor de turismo que se sustenta na mobilidade de pessoas é um ingrediente econômico que “muitos locais dos países considerados em desenvolvimento, que acreditam o que é bom para os países desenvolvidos é bom para os subdesenvolvidos”, porque eles sabem ‘como chegar lá’ e pode liderar o caminho para atingir o mesmo nível (MIGNOLO, 2009, p. 30).

Em seguida, as colocações de que a geopolítica do turismo é de caráter econômico e das migrações espontâneas que unem territórios distantes num contexto maior de globalização, e de maneira mais específica, os impactos no local visitado, permite ampliar as diversas relações entre o “globalismo localizado” e “localismo globalizado”, em Boaventura Santos (2011), cujo processo de sobre acumulação de fenômeno da globalização, dentro da lógica governamental se trata do domínio dos espaços e elementos específicos tornados por um lado, foco de memórias contemplativas e geradores sensoriais e imagem consumista para serem projetados por meio de lugares específicos nos países desse estudo da OMT. Algumas cidades projetam essa posição de mais visitadas pelo turista: citamos por exemplo Paris, Londres, Barcelona e algumas emergentes como Hong Kong. E por outro, demonstra locais em vantagens relativas de espaço que permite exploração de determinado ambiente como a necessidade de visitá-los num entendimento de “aldeia global” (HARVEY, 1992, p. 264).

Convenientemente na relação do local e do global, o turismo na sua forma de condição de pais e mistificação dos lugares específicos, atende as estratégias de acentuar simbolicamente alguns lugares e outros não. Então, o turismo, na sua forma de globalização desvincula “seus âmbitos de espaços e ritmos locais de origem, e correspondentemente pelo modo de como as entidades ou fenômenos dominados, depois de desintegrados e desestruturados, são vinculados aos seus âmbitos, espaços e ritmos locais de origem” (SANTOS, 2011, p. 85). Nisso, podemos referir monumentos e paisagens de lugares determinados como a Torre Eiffel ou o Arco do Triunfo em Paris, ou a Torre de Pisa, ou as Pirâmides de Egito, ou Machu Picchu, ou Taj Mahal, ou Corcovado, ou a grande muralha chinesa, ou as Cataratas de Iguaçu, para citar alguns, que metaforicamente são extraídos do território nacional para serem mistificados e depois recolocá-los no espaço para somar essa promessa turística de recorte simbólico.

O turismo na sua relação de fenômeno geopolítico tem a ver com a projeção de escalas nas que sobressaem particularidades nacionais e locais. Esses elementos são destacados pela publicidade e fomentam maior número de viagens que têm lugar pelas grandes tendências globalizantes do ocidente. O setor de produção, este considerado como “efêmero”, na tendência de lugares ressaltam particularidades culturais de valorização histórica da humanidade, e, não necessariamente tem a importância tácita para gerar visitantes. Países com cargas históricas e de patrimônio cultural de civilizações antigas, não necessariamente, projetam a sensação completa de satisfação, e, talvez por isso, não tenham a proporção suficiente de visitas como àquelas de Espanha, França, Alemanha, Estados Unidos e Reino Unido.

Atendemos as escalas de projeção de imagens dos lugares para o turismo, porque estes geram expectativas nas economias em sua categoria de rendimento no Produto Interno Bruto (PIB), tanto para os países mais visitados a nível mundial como para os países do Terceiro mundo. Para os mais visitados o setor de turismo aparece como uma sólida participação em suas economias e para os do Terceiro Mundo como uma possibilidade de crescimento econômico. Assim mesmo, essas projeções dos lugares são influenciadas pelas migrações esporádicas que transformam os territórios e a vida social das populações. O PIB e as migrações esporádicas, seriam elementos que ressalvam as assimetrias, enquanto arrecadação de divisas e quantidade de turistas que se mobilizam, porque emanam uma relação específica de condições sociopolíticas internas que interagem a condições externas.

Assim a política nacional para o turismo é determinante para a projeção de estabelecer globalidade na mistificação dos locais e de classificá-los como adequados para o exercício do turismo ou, ainda, para excluí-los na dinâmica de visitação. É um circuito que integra e exclui. Na relação turismo e política, a escala nacional e a local interatuam ajustando atividades segundo ritmos do global e do regional. Embora sejam os locais os atrativos turísticos e os

“privilegiados” ou “afetados” em termos de arrecadamento de divisas e na quantidade de visitantes recebidos, eles são organizados pelos Estados para contribuir na função de acumulação capitalista (RAMIREZ V., 2010, p. 221)

Dessa forma, os aspectos dos países do Terceiro Mundo são resultados de “geografias imaginárias” sendo catalogado como o “outro” do Primeiro Mundo, e por isso, reflete uma série de subjetividades na sua cultura e de poder social interno. São subjetividades que os tem estereotipado como países pobres e violentos e desorganizados na sua política administrativa. Escobar examina a consolidação assimétrica entre esses mundos após a Segunda Guerra Mundial, cujo marco de interpretação se sustenta nas práticas institucionais, “que resultam cruciais porque não só representam grande parte do que na verdade se cataloga como desenvolvimento¹⁰, mas porque especialmente elas contribuem a produzir e formalizar relações sociais, divisões do trabalho e formas culturais”, e criam setores “seguindo procedimentos que se apresentam como racionais e de sentido comum” (ESCOBAR, 1998, p. 191)

Neste quadro de complementaridade e/ou antagonismo entre tendências globais no local e de práticas institucionais, em Brandão (2007), há necessidade de dirigir a atenção aos processos em torno da relação entre a dimensão do fenômeno do global [turismo de massa] no espaço local [lugar de turismo] se dá a partir de processos econômicos no espaço. A homogeneização, integração, polarização e hegemonia, são questões que concretizam o universal ‘num espaço unificado’, promove a articulação social dos mercados para predominar fluxos diferenciados de acumulação e centralização, e também de submissão como consenso. São diretrizes que se perpetuam nas estruturas das políticas territoriais, porque são mecanismos de produção de riqueza capitalista.

O típico argumento de que a atividade de turismo pode ser um instrumento de desenvolvimento para os países do terceiro mundo, e mais especificamente de fomentá-lo às zonas rurais para que ‘tenham uma outra maneira de obter recursos e de conter a migração de seus jovens’, é muito frequente (FULLER, 2008, p. 30). Nessa formulação, Fuller refere-se que para fazer do turismo uma atividade que contribuía à economia é necessário: ‘contar com certo nível de produtividade que permita o tempo para o lazer’, e seja relevante também nas economias locais e para as populações, do contrário ‘acrescenta as desigualdades entre os dois mundos’. Até porque, os turistas que provêm dos países centrais têm o tempo para lazer e para pagá-lo, por isso são buscados assiduamente pelos do terceiro mundo e não acontece o contrário.

Logo, nas teorias que reconhecem a possibilidade de industrialização e de desenvolvimento, em Arrighi (1997), comprehende-se que o determinismo de países centrais e periféricos pode considerar um termo médio, ou seja, os da zona semiperiférica¹¹. Portanto, essa posição média infere a uma lógica de possibilidade de os países deixarem a sua posição periférica como caminho a serem desenvolvidos, seja pela procura de se industrializar ou mesmo mediante práticas simples de atividade econômica como a do turismo. Consequentemente, “eles não se desenvolvem”, porque “mesmo que consigam crescer, ficam no mesmo lugar em relação aos países centrais orgânicos”, vemos por exemplo alguns dos países da América Latina, como Brasil ou Chile, ou no Sul da Europa, como Itália ou Espanha.

¹⁰ Este termo, segundo Escobar trata-se de um discurso estratégico baseado na relação de dependência no conhecimento ocidental e outras manifestações de poder que reproduzem a imagem do ‘outro’.

¹¹ Em relação às posições periféricas ou de semiperiferia, o autor refere-se à definição econômica dos excedentes que entram e saem flutuando perto do zero, conforme a mesma política de vontade de melhorar a sua posição competitiva relativa. Mas foi o processo de redução de poder entre Estados e núcleo orgânico, que a periferia foram inseridos na semiperiferia.

Uma observação importante a se notar neste ponto, é que quando se começa a aprofundar na análise do espaço turístico e das relações simbólicas nesses espaços ofertados – principalmente das experiências de turismo nos países de Terceiro Mundo e exportadores de matérias-primas, a geopolítica exercida está vinculada ao comércio turístico como essência de manutenção das relações capitalistas e de manutenção das fronteiras soberanas e assimétricas. Assim, as relações entre o global e o local projetam-se nas relações entre os que querem ser atendidos [os turistas] e os receptores que se adaptam a técnicas simples para ganhar uma renda extra [populações], gera uma forma de submissão do terceiro mundo sob o primeiro mundo. Questiona-se a “força produtiva turística” aos que pretendem crescer nesta possibilidade e de submissão dos sujeitos ao serviço turístico muitas vezes não tecnicamente qualificados.

Então, nas linhas estruturantes da política internacional promove o controle dos bens naturais e instâncias institucionais, que na perspectiva de Marini (1973) na América Latina – em detrimento a categoria de países de Terceiro Mundo, pressupõe aproximações a formas de exploração que vinculam ao mercado. Isto é, a configuração da dependência da América Latina, seria dada pela intensificação e também a ampliação da exploração do trabalho para a massificação da produção e outras formas de exploração dos territórios e seus bens territoriais. Mas sobretudo para continuar sendo provedores da matéria prima. A partir dessa perspectiva específica de Marini, e associando-o a atividade do turismo na região latino-americana, o econômico e o político estão imbrincados e transformam a realidade social, e para esta forma de dependência a própria América Latina contribuiu nas formas adequadas para a inserção de investimentos. Ao mesmo tempo, é uma luta constante. Então a mundialização dos espaços produtivos mais intensivos que para outros estaria determinada pelas transnacionais e a apropriação da mais-valia relativa, são os que sugerem novos anéis da chamada dependência da América Latina no que concerne à forma de exportação.

1.3 - O Passado Andino para o Turismo

Temos visto a atribuição mercadológica do território para o turismo, que mediante sua utilização, é intensificada pela própria exploração dos bens que contém o território sem excluir seu valor de uso lhe é atribuído um valor agregado publicitário para a expansão concreta do capitalismo, o qual mediante um processo político histórico de colonialidade nos países periféricos, a talvez de mecanismos de construção respeito do outro como exótico, e sobretudo de ações de transnacionais que procuram se expandir nos diferentes setores econômicos.

Os Andes, dentre as considerações gerais, são compreendidos como a coluna vertebral da América Latina. Uma cadeia montanhosa, de geografia física accidentada que contém ecossistemas peculiares que se desenvolvem até os 7000 m. s. n. m. Trata-se de uma área ecológica e socioculturalmente relevante na parte sul do continente, pelos variados ambientes ecológicos, e, sobretudo pelas formas de organização social que as relacionam às práticas cotidianas campesinas-indígenas. Dentre este recorte de característica de relevo geográfico assinalado acima, são seis os países denominados andinos, uma vez que a cadeia montanhosa é parte de seu território nacional. Desde a costa do Caribe na Venezuela até a Terra do Fogo ao Sul da Argentina¹², sua extensão toda passa pela Colômbia, Equador, Peru, Bolívia e o Chile.

¹² A Argentina não é definida como país andino, porém, suas províncias do norte como Tucumán, Salta e Jujuy são consideradas nesta classificação de andinas. Nesse sentido, Argentina é ou não é um país andino, ainda

Além da sua expressão geográfica delimitada pelos países relacionados, através de suas expressões de convivência humana estende-se o olhar aos processos históricos do antes e depois da colonização ibérica. Estes países possuem momentos comuns marcados pela colonização num período mais recente. Alguns destes rasgos são identificadas em Guerrero *et al.* (2011), a língua e a religião católica desde o século XVI são traços comuns de uma matriz europeia. Contudo, a “organização sócio-política” e “a convivência das formas econômicas do comunitário e lógica econômica neoliberal”, são traços em “constante desequilíbrio dos espaços e o social” e de ‘dependência dos investimentos estrangeiros’.

É que a dimensão geográfica de área de montanhas tem uma dimensão social articulada por laços de sangue e de história, uma dimensão política formal e no paralelo uma semiclandestina, a dimensão cultural que tem a ver com seu entorno natural e seu aproveitamento, seu sentimento de pertença numa perspectiva comum do passado, presente e futuro. Revelam potencialidades quando estas dimensões do geográfico, social, político, cultural e ecológico se integram na dimensão de “andino” (ZUTTER, 1998, p. 152).

Esses traços e dimensões comuns resgata que ‘o mundo pré-hispânico teve que basear sua supervivência e crescimento sobre um estrito planejamento no espaço e no tempo’. Porque essas características abrem e estreitam distâncias na lógica social, cultural, política e ecológica, permitem interpretar significados dos rastros físicos. Onde o sentido histórico, científico e estético de andinos se vinculam mediante rastros concretos com o arqueológico, e mediante os rastros abstratos presentes nas relações sociais que se estreitam entre o “moderno” e o “passado”. Portanto, a sua característica geográfica e também de rasgos abstratos estruturaram o território de acordo a extração de recursos específicos (minérios e agrícolas). E onde os rastros arqueológicos reaparecem para serem ressignificados e cuidados, e também para serem “aproveitados”.

Cabe destacar que esses traços abstratos aos quais nos referimos como formas de organização social, provêm de práticas concretas de culturas passadas que se desenvolveram nesta região e seus contornos. A cultura Chavín, Paracas, Mochica, Nazca, Tiahuanaco, Wari Chimú, Chachapoyas e a Inca, se desenvolveram principalmente na parte dos andes centrais. Entre elas a cultura Inca, a última dentre elas, foi submetida ao período de colonização espanhola.

Por outro lado, dentre os rastros materiais destas culturas, o mais representativo é o Machu Picchu da cultura Inca ou Tahuantinsuyo¹³. Outros sítios considerados relevantes de representatividade arquitetônica e simbólica, e consequentemente são: a Cidade Sagrada de Caral, as Linhas de Nazca, Pisac e Ollantaytambo do Vale Sagrado, os Terraços Circulares de Moray, a Fortaleza de Sacsayhuaman, a Fortaleza de Kuelap, a Portada do Sol, os Templos de Puma Punku e o Forte de Samipata os quais são alguns rastros deixados na região andina central.

Esta perspectiva de território com rastros materiais remonta ao desenvolvimento de culturas com características específicas de construções urbanas e de sentido político-religioso, sobretudo a um processo de revalorização desses rastros que contribuem para as pesquisas científicas de verificação do histórico-cultural, e também ao seu aproveitamento de cunho turístico. O rastro arqueológico seria a evidência de uso dos territórios e acima de tudo de suposições de práticas sociais, políticas e religiosas, na perspectiva histórica e colonial das

é uma discussão dentre alguns debates no âmbito académico, pelos menos como reivindicação histórica de ‘um norte esquecido’.

¹³ Ou império Inca, e também faz alusão ao território geográfico onde se desenvolveu a cultura conformado por quatro regiões: Antisuyo, Continsuyo, Chinchaysullo e Collasuyo.

sociedades. Sendo que o desenvolvimento das civilidades só será entendido a partir de elementos visíveis, como acontece com a cultura incaica

“En este paisaje se observan elementos visibles como restos arqueológicos de la cultura incaica, producto de un espacio construido en un momento histórico donde existieron también elementos no visibles que explican la lógica de esa ocupación del espacio a través de la estructura económica y social de este imperio. La valorización de este territorio desde el punto de vista turístico surge de la explicación del contexto histórico que dio origen a estos elementos visibles como no visibles”. (GUERRERO, et al., 2011, p. 131)

Nessa lógica, os rastros como elementos materiais dão sentido de uso do espaço, porque são essas estruturas físicas que explicitam a forma de organização econômica e social das culturas. Os autores, consideram que esse processo de valorização desse território que contem ‘as formas visíveis’ e utilizadas para o turismo, na verdade surgem a partir da contextualização histórica e de suposições do cotidiano dessas sociedades que ficaram no passado, e ao mesmo tempo dão valor a esses restos arqueológicos. A dimensão do concreto reivindica o abstrato, e o abstrato revaloriza o concreto. Ou dito de outra maneira, o turismo se apoia no visível, mas se apoia ainda mais no invisível desse passado.

Em vista disso, o passado andino para o turismo seria aquele recurso que é resultado de uma mistura de elementos fantasmagóricos apoiados no mito de bons selvagens, como tem se reforçado nos relatos missionários durante a colonização e contribuiu para acentuar diferenças culturais do antigo e o moderno. Portanto, mesmo que a colonização tenha provocado acentuações de superioridade, diz Claval (2007, p. 378), ‘seria injusto reter da história da expansão europeia somente a violência, a exploração e a vontade de dominação’, porque existe um processo histórico de práticas que resistem ainda depois dessa violenta ruptura causada pela colonização hispânica. São essas práticas cotidianas de resistências que se tornam ainda mais importantes nas próprias reformulações de identidade e de conservação do “arqueológico”.

As cidades históricas, por exemplo, retratam a vida urbana do passado andino e ao mesmo tempo a vida urbana da época colonial hispânica. Cusco fundada entre o século XI-XII e declarado patrimônio mundial em 1983, Quito, Potosí e Sucre fundadas no século XVI, foram declaradas patrimônio em 1978, 1987 e 1992; respectivamente. Todas elas têm sido também incorporadas ao turismo pela sua abordagem de relações sociais na lógica de processo histórico e de mudanças territoriais e demonstram expressamente que o concreto e o abstrato de convivências sociais se tornaram novos bens para uma nova função (GUERRERO et al., 2011, p. 133). Assim, é relevante também o papel da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como organização internacional num processo de reconhecimento desses artefatos arqueológicos e suas características de convivência.

Num enfoque mais recente, em países como Bolívia, Equador e Peru, no final do século passado, ocorreram conflitos sociais, políticos e econômicos, e, por essa razão, reformulações de identidades sociais e culturais ocorreram. As guerrilhas tiveram lugar entre a década de oitenta e início da década de noventa, nos Andes peruanos com Sendero Luminoso e os Túpac Katari na Bolívia, somando-se a isso, vieram os golpes de Estado em 1992 no Peru por Alberto Fujimori e no ano 2000 o golpe de Estado contra Jamil Mahuad pelas mobilizações indígenas no Equador. São fatos expressivos porque demarcaram períodos violentos, se tornaram marcos fundamentais na formação da cena política atual desses países da região andina e Latino-americana. Estes fatos deram origem aos eixos ideológicos de

política interna e externa desses países: os chamados progressistas (Bolívia e Equador) e, por outro, o de tendência neoliberal (Peru).

Além da noção de espaço físico compartilhado de cadeias montanhosas e de território nacional desses países considerados andinos, estes mostram processos históricos com elementos inter-relacionados tanto na presença de culturas pré-hispânicas nos seus territórios como de práticas específicas que revelam sincronismos entre o passado e o presente. Novamente, o abstrato se apoia no concreto mediante os recursos arqueológicos com a possibilidade de reivindicar heranças culturais e organização social e também de reconhecimento de recursos importantes a serem guardados. Em contrapartida, o fenômeno do turismo faz uso daqueles que tem o material e o imaterial simbólico. Machu Picchu, por exemplo, é um recurso que tem se aderido a uma série de padronizações de serviços turísticos, sob investimentos transnacionais em grande escala (transportes, hotéis, restaurantes, etc.). Como conjunto de adequações e de adaptações dos ícones representativos de culturas na compreensão do espaço temporal,

“De hecho, la estandarización es parte intrínseca de las economías de escala que el turismo de masas requiere. En primer lugar, la integración vertical del sistema turístico **concentra** gran parte de la **infraestructura del rubro en unas pocas transnacionales**: sus principales poseedores son las grandes aerolíneas seguidas por los hoteles. En segundo lugar, requiere **productos confiables**, que se correspondan **con los estándares internacionales** a pesar de estar esparcidos alrededor de todo el globo. En tercer lugar, la **universalidad de sus productos** es conveniente, ya que así puede cambiar rápidamente los destinos que ofrece si sus paraísos tradicionales son golpeados por un tifón o por desórdenes políticos”. (FULLER, 2008, p. 16-17)¹⁴

Essa uniformização do turismo requer a concentração da infraestrutura em poucas transnacionais + produtos confiáveis com padronização internacional + a universalidade de produtos = processo de construção e adaptabilidade dos espaços para o capital. Isso significa que o turismo que promove a mobilização de grandes quantidades de turistas transforma o espaço numa combinação finita de estratégias das empresas nos lugares mais visitados. O transporte, a hospedagem, a alimentação ou seguros de viagens, são produtos a serem considerados dentre o lugar de origem do turista e o lugar de destino, como ação constante de consumo.

Desta maneira os símbolos materiais apoiados no imaterial e vice-versa, para o turismo são considerados dentre a categoria de turismo cultural como aquele vinculado ao histórico. Esta categoria de turismo histórico é bem definida e representa uma quantidade importante de viagens. Na modalidade de turismo receptor esta categoria de turismo cultural significa aproximadamente o 53% do motivo de viagens em 2014 e 2015 (UNWTO, 2015; UNWTO, 2016). Assim nos países emergentes¹⁵ como os andinos, a sua sensibilidade é dada pelos recursos arqueológicos como características particulares de civilidades passadas e que são usufruídas no presente, mediante uma combinação dialética entre o interesse de proteger monumentos e sítios históricos, assim como manifestações imateriais de tradições e estilos de vida e ainda de raízes de autenticidade e a de fazê-los conhecidos no mundo (FULLER, 2008, p. 35-41)

Nesta lógica, poderíamos ponderar que “o turismo cultural tem procurado no patrimônio cultural uma nova fonte de atrativos turísticos”, segundo Veloso e Cavalcanti (2007), por essa razão, o patrimônio arqueológico é parte integrante, este não é só dotado por

¹⁴

Destaque nosso.

¹⁵

Classificação baseada no Fundo Monetário Internacional (FMI) em UNWTO (2016, p. 5).

bens materiais, mas também de formas de ocupação do espaço e dos contextos ecológicos. Em um país andino como o Peru há estruturas com alta visibilidade e potencialmente capazes de movimentar fluxos turísticos, onde o turismo cultural compreende o patrimônio retratado nos monumentos e sítios arqueológicos, e estes, contribuem na formatação de destinos turísticos enquanto singularidade e autenticidade.

O espaço apresentado pelo Patrimônio integrado a um território que dá significado ao monumento é um tipo de museologia ao ar livre onde a própria paisagem assume importância. Em Veloso e Cavalcanti (2007), e Tresseras (2004), os espaços culturais abrigam o arqueológico e outros elementos significativos que se contextualizam num meio físico relevante. As características geográficas de localização desses componentes materiais, e também os elementos imateriais simbólicos são adaptados nesta prática turística do cultural, uma vez que, nos países andinos são vistos de perspectivas diversas, e complexificam a sua prática.

“Desde la Geografía del Turismo, y teniendo en cuenta las diferentes tipologías del espacio según la forma en que se hayan adaptado y transformado las estructuras territoriales preexistentes a las nuevas funciones turísticas, se puede decir que el modelo de implantación turística en la región andina corresponde a **un espacio turístico consolidado ya que se ha posicionado dentro del mercado turístico como un producto basado en el turismo cultural**. También se lo puede clasificar como **un espacio turístico espontáneo puesto que su desarrollo se ha dado de manera improvisada**, sin ningún tipo de proceso de ordenamiento territorial en forma sistematizada. Así mismo, este espacio turístico presenta características de espacio integrado ya que el turismo en general se ha constituido en un factor de desarrollo socioeconómico de las comunidades andinas” (GUERRERO, et al., 2011, p. 135)¹⁶

Nessa lógica, o espaço andino tem se tornado um atrativo turístico pela revalorização destes como paisagens naturais e áreas protegidas, e sobretudo de elementos materiais e simbólicos da época pré-hispânica e mesmo do ciclo de colonização espanhola. O espaço andino permite abordar conceitos de uso do território e seus significados inseridos na dinâmica do consumo em suas especificidades de bens arqueológicos, apoiado por mecanismos estatais de cada país sob tendências a certos modelos de conservação das áreas de natureza e também históricas “para as futuras gerações”. A experiência inicial de Estados Unidos com o Parque Yellow Stone, e em seguida, na América Latina inicialmente na Argentina com o parque Nahuel Naipi e o parque Iguacu, nos anos 1872 e 1926, respectivamente mostrou-se como eficaz para o cuidado de pedaços de território, ao mesmo tempo a necessidade de gerir esses pedaços de território como exercício de soberania territorial dos estados.

Voltemos a essa necessidade soberana de delimitação e gestão de determinados pedaços de territórios. Para o espaço andino torna-se necessário repensar as delimitações nacionais e seu sentido de raízes culturais, estas intrinsecamente vinculadas a uma memória social que precede ao processo de colonização espanhola. Para ambos aspectos, na perspectiva de Anderson (1993), o nacionalismo atribuído às comunidades imaginadas (ou a atribuição dada a uma sociedade pelos objetos e práticas), se considera que por meio dos artefatos culturais peculiares suscitam-se afetos profundos vinculados a ideia de nacionalismo, e imaginam-se, por essa razão, as nações internamente como homogêneas – principalmente aos países da região dos andes centrais, sem considerar muitas vezes a desigualdade e

¹⁶

Destaque nosso.

exploração que prevalecem em todas elas (1989, p. 16). Para tanto, a interpretação histórica dos monumentos no espaço andino se sobrepõe as raízes culturais. Estas, sobrepõem àquelas quando são revistas na atividade do turismo.

A construção de uma comunidade imaginada como nação define uma trajetória complexa de conformação das sociedades, e ao mesmo tempo propõe rever essa transferência ocidentalizada no espaço andino. Constitui também a reflexão de como a vida coletiva e a viagem para o turismo coloca em questão o significado cultural na invenção de comunidades imaginadas. Ao mesmo tempo essa força de imaginação a traves do fenômeno do turismo e a ativação do nacionalismo, e este último como um produto na que converge o primitivo e o moderno. Assim, recuperando o destaque da citação anterior de Guerrero et al. (2011), a promoção turística nos países do espaço andino tem sido improvisada e espontânea, pois em detrimento aos bens patrimoniais e, especificamente dos sítios arqueológicos pré-hispânicos os quais começam a ser considerados espaços globalizados. Eles começam a apresentar condições inadequadas de infraestrutura, porém estas podem ser melhoradas, a fim de satisfazer a essa modalidade apresentando assim, uma oportunidade de crescimento econômico.

Por outro lado, o turismo nesta categoria de visitação de sítios arqueológicos significa “uma relação de produção capitalista dissimulada”, ou talvez uma forma de garantia de intensificar a exploração do território. Na lógica de acumulação que se propaga nos territórios dos saberes indígenas, desfeitos no período da conquista e pelo longo tempo de colonialidade, ainda permanecem “nos modos de uso do espaço”, conforme afirma Escobar (1998). Assim a competência de captação pelo número de turistas do Peru com os países da China, o México, o Egito e a Índia demostram a transformação da exploração dos espaços também pela relevância de sociedade “histórica”.

A forma de turismo cultural, segundo Fuller, é uma das que mais se praticam nos países andinos, e mais especificamente no Peru. Dentre suas considerações, ele afirma que é porque o país tem reputação de “o berço da altas civilizações e tradições, que são contraste com o primeiro mundo”, que se vinculam comumente com as culturas pré-hispânicas e as vendas de experiências com “comunidades rurais com tradições ainda muito vivas nos andes”, ou mesmo pela “singularidade das paisagens” onde se desenvolveu a cultura incaica. Trata-se, de uma atividade que se desenvolve nos andes principalmente para “descobrir civilizações antigas e de contato com a natureza” que “se expande constantemente buscando novos destinos, de modo que as mais distantes regiões do mundo recebem visitantes” e onde o perfil do turista se adéqua.

Considerações preliminares

Este primeiro capítulo delimita, no sentido metodológico, o termo de território a partir de sua essência de reflexão clássica, esclarecendo que **sua definição vai mais além da definição de localização geográfica**. O território é determinante para qualquer atividade capitalista, porque nele radica sua função onde acontece a circulação de mercadorias e também onde o homem realiza atividades com a sua força de trabalho. Faz-se necessário ser entendido que território é resultado das mesmas relações humanas, e, portanto, das práticas que acondicionam impulsos determinantes para seu funcionamento. Por tudo isso, **o território também é entendido como produto mercadológico para a atividade do turismo**, o qual é relacionado a partir de sistemas simbólicos os quais estruturam de maneira fictícia a imagem dos espaços e relativiza as condições de vida das populações.

Tudo começa a assumir o valor de troca e submeter o valor de uso mediante o turismo, inclusive o mesmo território num processo histórico e geopolítico por conta da mobilização dos turistas em massa. Os espaços e seus recursos culturais e naturais são oferecidos aos turistas como objetos as serem olhados e aproveitados, para deleitá-los. Esta forma de utilização dos espaços iniciou-se em período de crise do capitalismo, a partir do pós segunda guerra mundial na periferia da Europa Ocidental, e, a partir daí, os pontos turísticos promovem as peculiaridades dos lugares, sejam elas paisagísticas, simbólicas, naturais ou históricas. Os territórios e suas características viraram mercadoria com a particularidade de que não podem ser levadas para “casa”.

O território é promovido pela publicidade, sendo retratado como um lugar “mágico”, para que os trabalhadores possam passar suas férias de maneira ímpar. Aqueles turistas que escolhem seu destino de férias através da publicidade, preferindo os locais anunciados e viagens promocionais acaba por trazer diferenciações de destino e do “capital” investido para viajar. Portanto, a perspectiva marxista, de colonialidade dos territórios e seu uso para os espaços turísticos numa amplitude teórica, é importante porque contextualiza estes territórios numa dimensão de totalidade.

Os elementos paisagísticos, de cenários naturais como os Andes, a partir das descrições dadas pela publicidade, torna-se um lugar atraente para o turismo histórico e ecológico, tendo em vista sua variedade de ecossistemas e ainda sua relevante condição histórica. A sua localização na América Latina foca o olhar no elemento cultural, e, esse enfoque aproveitado pela publicidade, “romantiza” os sítios arqueológicos ou, ainda, as pessoas com vestimentas tradicionais das culturas, por exemplo. Há bastantes espaços de monumentos históricos que trazem mais e mais turistas para “redescobrir” a civilização andina.

Portanto, a generalidade do turismo no território para este trabalho é necessária para apresentar elementos de impacto da construção dos espaços específicos e a tendência internacional nos lugares característicos das culturas andinas que trataremos no capítulo a seguir. **Consideramos, desta forma, que a perspectiva dialética do território como mercadoria para o turismo de massa, a relação de localização no terceiro mundo, e a compreensão dos rastros do passado transnacionalizam essa cultura intangível e valorizam esses recursos materiais os quais são fetichizados através da construção da “magia atribuída a estes espaços”. E que como toda atividade capitalista, o turismo requer o controle governamental e, sobretudo, participação da sociedade’** (CORIOLANO, 2006, p. 371).

Assim demonstra que a mundialização dos espaços “produtivos” para o turismo, alguns mais intensos que outros, carrega consigo a construção ou invenção das comunidades e são primordialmente destacados pela sua localização de centro e periferia, ou primeiro mundo e terceiro mundo. Ou seja, mediante a atividade de turismo – e mais especificamente nos referimos ao de categoria receptivo com motivo arqueológico, na América Andina, se aprofunda durante a primeira década deste século e repensa novas maneiras de reutilização do território pelo capitalismo. Uma delas é a mercantilização das características paisagísticas dos locais e, sobretudo, os componentes de representatividade histórico-cultural. Onde a forma geral do território como mercadoria é identificada como um elemento essencial do capital e sua categorização de localização nas dimensões entre os ‘mundos’.

CAPÍTULO II

A POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO PARA OS ESPAÇO (S) ESPECÍFICO (S)

Neste capítulo, partindo de nosso referencial teórico exposto no capítulo anterior, trazemos a realidade específica do Peru, na qual o uso dos recursos é operacionalizado pelas práticas de políticas institucionais envolvidas intrinsecamente no processo histórico/econômico do país. O desenvolvimento do turismo e de territorialização dos recursos arqueológicos no Peru se dão na forma em que se planeja o uso dos recursos para o turismo receptivo no país, atividade esta, tratada como outro espaço de utilização econômica. Assim, as perspectivas de Mariátegui (1928) e de Harvey (2014), são levantadas aqui de maneira geral enquanto processo de reflexão da realidade peruana e de contexto global, neste setor. A reflexão de Said (1990) é feita para o caso em concreto não só no sentido metodológico de "Orientalismo", mas também se faz necessária no sentido de "formular a natureza de conexão do contexto específico e suas circunstâncias históricas como conhecimento político".

Para analisarmos a construção de território e seu uso para o turismo pela ação do Estado, onde se reconhece suas especificidades territoriais para implementar políticas e aumentar seu nível de competitividade no setor em questão, e ainda, colocá-lo como país emergente na região latino-americana, é necessária uma revisão histórica de sociedade. Se torna importante fazer uma retrospectiva dos procedimentos institucionais de governos que vem configurando o setor, tomando-o como estratégico para a economia nacional. No discurso mais atual de governo há uma série de condicionantes internas que contribuem para compreensão da normativa do território, o que traz à tona a projeção imaginária e simbólica do Estado-nação peruano.

Alguns debates teóricos no campo da dialética entre arrecadamento das divisas pelo turismo receptivo e a qualidade de vida das populações fazem parte do território construído acerca do uso social dos rastros ancestrais a partir da perspectiva de Garcia Canclini (1999). **Contudo, o propósito é a de gerar um debate mais amplo sobre a conjuntura funcional do capitalismo e as forças políticas dadas em determinados períodos históricos nas especificidades dos países periféricos (HARVEY, 2014), na que se articula por qualquer forma de atuação do Estado para garantir condições sociais para a acumulação.** Neste capítulo, abordamos a projeção de país imaginário e as condições das populações ao redor desses ícones representativos de identidade. Esta projeção toma lugar na promoção do turismo internacional e faz parte da contextualização de atuação estatal, que origina o choque de interesse na dimensão de expropriação dos bens territoriais. Assim como a articulação de planos nacionais e regionais atuam em conjunto no interior do território nacional peruano no setor turismo.

Antes é necessário apontar os dados publicados pelo Ministério do Comércio Exterior e Turismo e a Cuenta Satélite de Turismo (CST)¹⁷, como considerações institucionais do setor

¹⁷ Programa de medição da incidência do Turismo. Ela funciona como uma ferramenta estatística nos países como uma extensão das *Cuentas Nacionales*. O termo aparece na França em 1979, e desenvolvida pela OMT em 1983, modificada segundo recomendações de marco metodológico em 1993, 2000 e 2008. Os dados relevantes são a partir da perspectiva do “gasto turístico, interno e emissor”, “o gasto turístico interno”,

de turismo na economia peruana. No Plano de Apoio na Formalização do setor Turismo, do vice ministério de turismo, a atividade turística representa a terceira atividade econômica mais importante do país e o responsável pelo ingresso de divisas de US\$ 4 151 milhões em 2015, representando o 3,9% do PIB nacional. O setor é considerado institucionalmente como “uma oportunidade para promover o desenvolvimento socioeconômico do país, considerando sua alta incidência na geração do emprego e aporte na luta contra a pobreza”, e segundo informações estatísticas da CST o turismo tem gerado aproximadamente 1,3 milhões de empregos diretos e indiretos em 2015 (PENTUR, 2016, p. 29)

Assim, este capítulo comprehende três eixos para estudar a política do território no seu sentido normativo, e sua utilização para o turismo vinculado aos recursos arqueológicos pré-inca e inca. Os dois primeiros eixos, tratam das formas de projeção de políticas nacionais para promover ao território-nação como destino turístico e a identificação dos recursos patrimoniais como fomento e valorização dos recursos arqueológicos. Em um terceiro momento, as consequências das condicionantes internas como resultado de um processo histórico de enfrentamento entre o papel institucional e as populações camponesas-indígenas, são refletidas como determinantes quanto ao contexto de implantação de políticas que expropriam os recursos de “todos”, como o arqueológico, para atrair mais visitantes.

2.1. Peru “País Imaginário”

Retoma-se aqui a constatação de José Carlos Mariátegui na sua obra *Sete ensaios de interpretação da realidade peruana*, quando fala do caráter colonial como rasgo da história econômica do Peru, na qual os recursos naturais têm ocupado um papel importante. O ouro e a prata foram o eixo econômico durante a colonização espanhola no século XVI, estes, por sua vez, foram perdendo poder de atração comercial frente ao Guano e o Salitre, num período em que oeste se desenvolvia como espaço de relações de produção capitalista durante o século XIX, e depois substituído pela borracha das montanhas da amazônia, o que alimentou a ilusão de ter encontrado ‘O dourado’ e o futuro do país, durante seu apogeu no final do século XIX e começo do século XX.

A localização geográfica do país e dos seus recursos revela a sua importância enquanto a sua facilidade de extração e de transporte. A costa, com o Guano e o Salitre, dominou as outras manifestações da vida econômica e o país se sentiu “rico” (MARIATEGUI, 1928, p. 16). A costa era o cenário mais dinâmico para a saída dos barcos carregados desse abono, e criaram na sua utilidade toda uma configuração de organização da propriedade no país. Na serranía do país, “o regime do salário e a propriedade da terra” se apresentaram numa escala menor e se traduziam na condição de miséria do índio.

Na introdução da *Invenção das tradições* de Hobsbawm (1984), as tradições são construções simbólicas que condizem novos comportamentos em relação ao passado. A invenção das tradições, seria um ‘processo de formalização e ritualização (p. 12). Ao mesmo tempo, ‘inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta’. A propósito das adaptações das sociedades tradicionais a uma condição moderna dentre os parâmetros são conservados os velhos modelos ou velhas tradições para novos fins. Que numa compreensão da necessidade de fazer adaptações os elementos do passado, na sua materialidade e também nas práticas são conservadas a fim de fazer frente a desafios políticos e também ideológicos de mudança

“produção das indústrias turísticas”, “valor agregado bruto e o PIB atribuído ao turismo”, “emprego”, “investimento”, “consumo das administrações públicas” e “indicadores no monetário”.

substanciais. Os elementos específicos passam a funcionar em outro contexto com funções modificadas.

Uma particularidade do Peru é que este remonta a uma personificação da história incaica. A sua constatação de raça e de tradições com características de sincretismo tem sido bastante relevante na imagem de sociedade peruana para o turismo, como um outro setor econômico mais contemporâneo que ressurge como uma idealização romântica no marco cultural e cotidiano do país. Primeiro, porque alimenta uma forma de idealização do índio como um autóctone e não como forma de vida em si mesma. Esta idealização então leva a um segundo grau de idealização, enquanto ao indígena incluído no projeto de nação e não ao índio como um sujeito político. A estas idealizações é preciso paralelamente tratar do direito ao território, ou da terra em Mariátegui como problema social.

A idealização do indígena é singular no cenário da colonização onde se apresentam as subjetividades de raça e gênero. O colonizador caracteriza o nativo como aquele que representa um vínculo com o passado e, com isso, são construídas rupturas relacionais. É talvez um sujeito, dentre os elementos, de uma forma mais fácil e com pouco investimento no turismo (GASCÓN, 2011; 2005). Assim, a forma que legítima o serviço e a exploração do índio como uma forma de evolução natural e irremediável é a desse tal intercâmbio cultural, que não aproxima do viajante a realidade do sujeito que mora no espaço turístico, pois, o autóctone as vezes ‘torna-se um espetáculo e um tema de fotografias’ (KRIPPENDORF, 2009, p. 90).

Não se trata meramente de um mecanismo de administração na sua diversidade de raças ou da sua condição cultural. Mas bem, de um processo de economia de país, que mediante a materialidade de rastros do passado projeta o que era de poucos a serem de todos. Os rastros deixados no território periférico, como no Peru são seus atrativos principais para a recepção de turistas. Assim, dentre os dados estatísticos no Perfil do Turista Estrangeiro – Programa técnico adjunto ao Ministério de Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR), mostra que os lugares mais visitados pelos turistas estrangeiros estão relacionados com centros históricos de identidade “nacional”, por isso se torna uma variável principal para ser fomentado no território peruano. Segundo, Hobsbaw (1984, p. 20), todas estas determinações enquanto a invenção das tradições, as imagens do passado utilizadas na esfera pública, atendem a um fenômeno nacional adequadamente histórico e interdisciplinar.

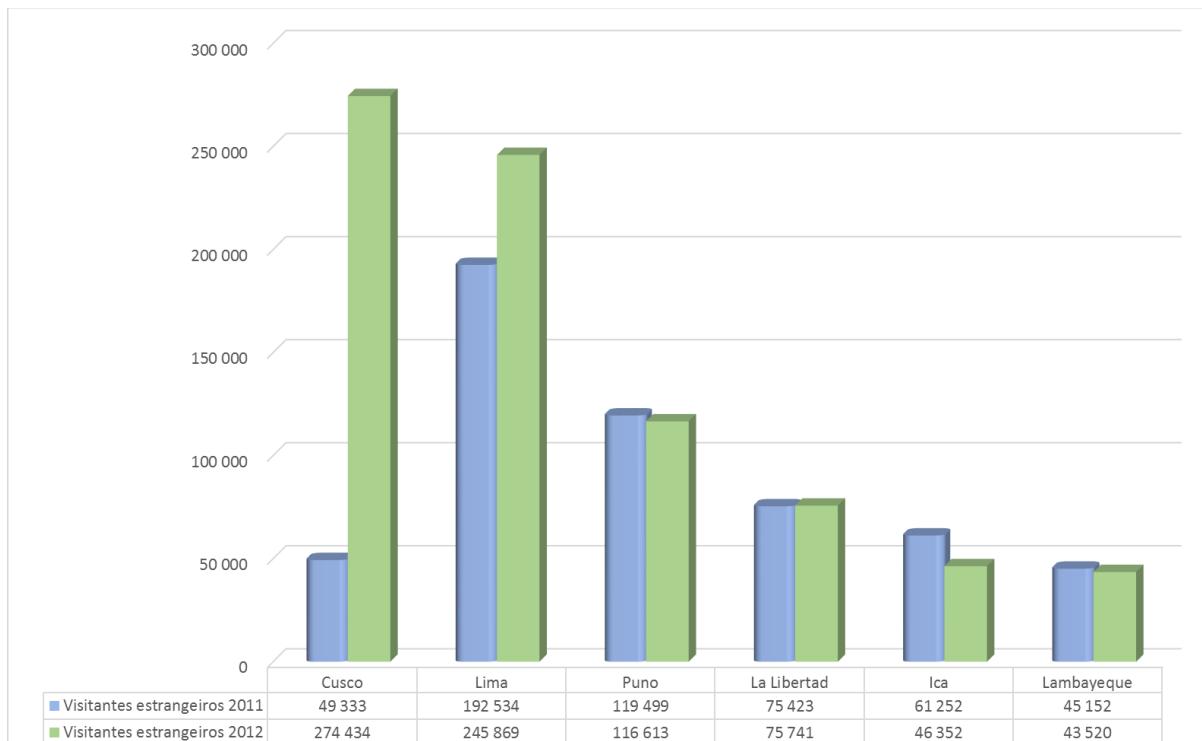
Nos andes centrais se desenvolveram civilizações originais e complexas da humanidade sem ter havido a roda ou a escrita. Os povos indígenas que se desenvolveram são comparados com as civilizações de Ásia e da Europa, disse Navarro. Onde as formas de utilização dos recursos naturais eram reaproveitados e determinavam suas formas de organização social e as suas obras de infraestrutura construídas por civilizações. No âmbito da agricultura, por exemplo, a batata e o milho eram produtos propriamente da região e eram os produtos base da alimentação dos povos localizados nos andes peruanos. Determinavam as práticas cotidianas de organização produtiva e política. Também, os aquêniós como as Lhamas, eram símbolos e vínculos com as deidades sendo representadas em algumas iconografias dos muros construídos. Daí que,

‘El patrimonio cultural del Perú es quizá uno de los más ricos de América, pues se trata del legado de distintos pueblos que alcanzaron el nivel de alta cultura en diferentes etapas y lugares, muchos años antes de la llegada de los europeos, y la herencia de uno de los virreinatos más poderosos de la América Hispana. Además, contiene los añadidos de minorías provenientes de África Asia y Europa. Sin embargo, tanto las vertientes nativas como las foráneas no han logrado integrarse de tal manera que podamos hablar de una identidad nacional coincidente con su territorio’ (NARRO, 2011, p. 13)

Revela que mediante o homem se enraízam as culturas sob as relações de poder. Alentejano (2000), aprofunda a questão de crise dos territórios enquanto a concepção de natureza política, pois é alvo de intensificação das relações sociais que envolvem as escalas mundiais e também devido a acontecimentos históricos que geraram deslocamento das relações distanciadas. Nesse sentido, a transformação no território peruano, mediante a presença de culturas passadas, e depois com momentos históricos determinantes durante e após a colonização hispânica, faz dele um território de diversidade de elementos de várias nacionalidades tais como: chineses, africanos, mestiços e indígenas, o que resulta numa condição de país considerada por Mariátegui (1928), como nação incompleta, que na sua essência de sociedade indígena se contradiz quando não os considera como sujeitos políticos.

Cabe destacar que as regiões mais visitadas do país, nas quais se localizam os sítios arqueológicos de grande simbologia e relevância cultural, na sua maioria, pertence ao sul do país. A região mais visitada é Cusco, que tem como sua atração turística mais importante Machu Picchu, este se torna “a principal razão para a viagem, especialmente nos mercados de longa distância”. Machu Picchu – Declarado Património Mundial em 1983 pela Unesco e maravilha do mundo moderno em 2007, recebe anualmente cerca de 78% do total dos visitantes estrangeiros que chegam ao Peru, motivados por “conhecer uma cultura diferente” (PROMPERÚ, 2014, p. 14-29). Outras regiões, também aparecem nas estatísticas como destinos por conta dos centros históricos da sua jurisdição, as repercussões das pesquisas e descobrimentos de elementos específicos de lugar, contribuíram para o tipo de turismo cultural e histórico das regiões, como se mostra no gráfico que segue.

Gráfico 3. Os departamentos mais visitados pelos turistas estrangeiros aos monumentos arqueológicos.



Fonte: Ministério de Cultura – Oficina General de Estadística, Tecnologia de Informação y Comunicações. Dados obtidos no site oficial INEI <<https://www.inei.gob.pe/estadisticas/indice-tematico/tourism1/>>

São identificados seis departamentos¹⁸ mais visitados pelos turistas estrangeiros, e coincidentemente são os departamentos onde se localizaram alguns dos povos originários pré-incas e Incas. A cultura Chavín, Paracas, Nazca, Chachapoyas, Mochica, Wari, Chimú, Tiahuanaco, fazem parte de um grande repertório de sítios arqueológicos e de cenário histórico de convivências culturais no processo de conformação até o império do Tahuantinsuyo ou império dos Incas. No departamento de Cusco, Machu Picchu, está ligado à instância das relações econômicas, nas formulações de políticas e identidade e de simbolismo de grandeza histórica da região e também na imagem de país. O motivo principal de viagens para turismo no departamento de Cusco, é Machu Picchu que atrai visitantes a nível internacional. Assim, se pode observar um crescimento do número de visitantes, em quase cinco vezes, entre 2011 e 2012, em Cusco.

Lima aumentou seu número de visitas por apostar no valor do Patrimônio Arqueológico da Cidade de Caral, que ‘representa a civilização mais antiga da América’. A cultura Tiahuanaco, desenvolveu-se no departamento de Puno, que faz parte do altiplano e fronteira com Bolívia, conformam neste território o lago Titicaca bastante visitado por causa do simbolismo de poder vivenciar o dia a dia das comunidades que moram sobre o lago. Neste departamento, vários estudos sobre turismo e seu impacto na convivência com as comunidades têm sido realizados, acabando por se tornarem de discussão nacional enquanto a repercussão política de representatividade. As festas da Candelária no início de todos os anos, neste departamento, transformam-no destino para turistas nacionais e internacionais, soma-se a isso, a patrimonialização dos tecidos de Taquile, transformando-os em alguns dos locais mais visitados da região.

No lado norte do país, a cultura Mochica está localizada no departamento de La Libertad e Lambayeque e são alguns dos elementos desta cultura, a Cidadela de Chanchán. A cultura Paracas foi localizada no departamento Ica, seus restos arqueológicos como ‘o candelabro’ ou ‘Tambo colorado’ e as linhas de Nazca da cultura do mesmo nome, são restos remotos principais na contabilidade dos departamentos mais visitados que representa o gráfico acima.

Machu Picchu, Cidadela arqueológica de Caral, Líneas de Nazca, Cidadela de Chanchán foram declarados patrimônio cultural da humanidade. Tal reconhecimento de patrimônio na sua realidade física de objeto é dado pelo seu valor estético que depende da “reflexão erudita e de vontade política”, relacionada à ideia de nação andina (POULOT, 2009, p. 13). Assim, a produção em massa de tradições mediante as políticas, reconhece feriados comemorativos, o que traz a ideia de nação mediante a indicação de símbolos oficiais e formais. A declaração de símbolos de nação para tornar-se uma sociedade andina em republicana, mediante a declaração de datas consideradas únicas para adesão nacional da sociedade, tal qual o vinte e oito de julho, dia da independência do país com a declaração de San Martín em 1821. Também a invenção de monumentos públicos próprios reconstitui um intento da ideia de nação, uma espécie de culto aos fundadores do país. Ao mesmo tempo o sincretismo, mediante o *intiraymi* em junho, celebrado ao sul do Peru com o intento de comemorar o solstício de ano novo andino. Esta festa transformou-se em espetáculo turístico e tem o intuito de remontar a um passado de sociedade andina, que começa a aparecer nos selos postais.

Na perspectiva de Hobsbawm (1984), a construção de tradições e seu planejamento pelos nacionalistas, utilizam temas históricos e imprimem um caráter nacional. No caso do hino peruano enfatiza a condição de nação libertada ao mesmo tempo, a mitologia e o folclore, são elementos que devemos reconsiderá-los como simbolismos que convivem com a

¹⁸

O país compreende-se em 24 departamentos, e uma província constitucional (Callao).

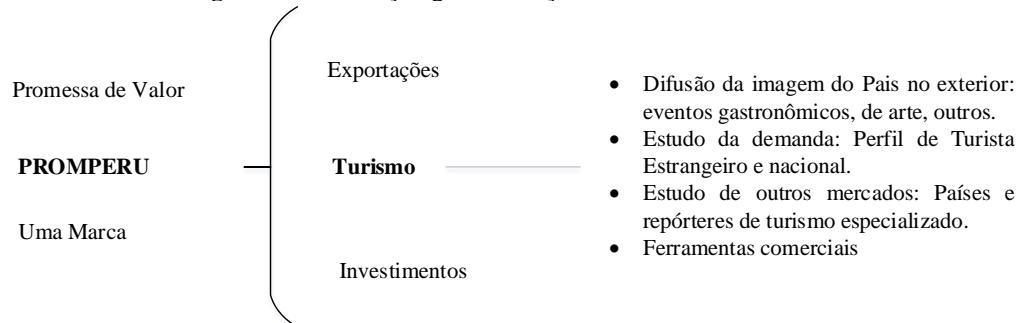
construção pelos que se sentem peruanos e aqueles que não. Primeiro porque durante a guerra do Pacífico, os dos andes não se sentiam peruanos, o pertencimento de moradia no território nacional não derivava necessariamente defender uma nação alheia. E por outro lado, porque as tradições inventadas pelos estados, com caráter comercial para o turismo acelera outra popularidade dos elementos territoriais andinos, o qual na vida pública tem sido elaborado em função de condições da função política e econômica. Porque não se pode deixar de observar, conforme disse Hobsbawm, “o desenvolvimento das subculturas e práticas autóctones de classe baixa que nada deviam às classes altas” (1984, p. 315).

Cabe mencionar que dentre a estrutura política organizativa do País, quando se fala do setor turismo, este teve uma estrutura ligada com as atividades de comércio exterior desde sua institucionalização inicial com a criação do Ministério de Turismo em 1969, quando o presidente era ainda Velasco Alvarado¹⁹. Esta estrutura tem sido sempre relacionada às atividades de comércio exterior e exportações na sua nomeação como Ministério de Indústria, Turismo e Integração (1969-1980); o Ministério de Indústria, Turismo, Integração e Negociações Comerciais Internacionais (1980-2002) e desde 2002 como Comércio Exterior e Turismo.

O órgão adjunto ao Mincetur encarregado de promover os recursos para o turismo é a Comissão de Promoção do Peru para a Exportação e Turismo – PROMPERU, cuja finalidade é a de fomentar uma imagem positiva de país. As formas culturais, históricas e também as de criatividade intelectual fazem parte de alguns elementos da corporativização de bens públicos, para serem promovidos na onda de mercados globais. A imagem em matéria turística começou desde 2009, como estratégia de promoção de país no estrangeiro, segundo o Decreto Supremo D.S. Nº 003-2007-MINCETUR.

Foi em 2011 que lançaram a “Marca País” cujo propósito de fazer conhecer o país como oferta turística o qual “tem experiência turística incomparável”, disse Eduardo Ferreyros, Ministro de Comercio Exterior e Turismo na época, durante uma entrevista no dia do lançamento da marca. A difusão de imagem positiva de país se dá para três categorias: exportações, investimentos e turismo. Cabe ressaltar que seu objetivo na categoria de turismo tem a ênfase no turismo receptivo (também turismo interno), e a utilização de ferramentas estatísticas para o estudo de mercado. Explicamos melhor no diagrama que segue:

Diagrama 2. Descrição geral das ações de PromPerú.



Fonte: elaboração própria. Informações obtidas no site oficial de Promperú: www.promperu.gob.pe

A marca com o nome do país representava a ação do Estado para a reconstituição do território que se amplia e se torna independente segundo as características específicas de país

¹⁹ Juan Velasco Alvarado, foi presidente entre 1968-1975. Durante seu governo deu-se impulso à economia externa do país. Foi desenhado um conjunto de medidas nacionalistas e de economia interna. Seu governo é considerado um governo civilista-militar, com traços populistas.

andino e de civilidades. Ele projeta a sociedade peruana dentro de um território como único e diverso e se adapta à necessidade dos turistas de querer conhecer o exótico – daí a necessidade de reconhecer o universo cultural interno e também os ícones de valores simbólicos, situação revelada em promoções publicitárias como:

“Peru, país de tesouros escondidos. Você nunca sentiu falta de algo que não sabe o que é? Todos nós chegamos a esse ponto da vida no qual necessitamos algo que nos faça conectar com uma parte nova de nós, que ainda não conhecíamos. E o Peru é o melhor país do mundo para encontrá-la”. (PROMPERÚ, 2016)

Esta projeção de imagem de país como uma singularidade cultural pré-hispânica, no que concerne ao arqueológico dialoga com o mercado de comércio para venda de artesanatos, postais, cerâmicas e outros produtos como uma forma de exportação do território. Pois, ainda que o território não pode ser levado na sua materialidade, ele é levado na representação simbólica em outros elementos que o representem. Por exemplo, as imagens de Machu Picchu ou de pessoas vestidas com roupas coloridas, são elementos que projetam lembranças da viagem, de ter visitado o lugar. Contudo a materialidade dos elementos tem valor na simbologia, pois representam o passado andino e constituem uma imagem de Peru que contém elementos antigos.

Por outro lado, os restos arqueológicos, as pessoas e suas práticas culturais andinas sempre estiveram, antes de que o Peru fosse Estado. Por que só agora tem valor para serem reconhecidos na sua representação simbólica de cultura? Inicialmente, porque o “Peru é uma metamorfose constante a partir da perspectiva econômica” e porque tem direcionado suas políticas em recursos determinados como uma espécie de salvação. Recursos como ouro e a prata, o guano e o salitre, que fizeram vislumbrar melhorias futuras, nunca chegaram se concretizar de fato. Segundo, o Peru como o território onde se desenvolveram civilidades culturais, segue uma espécie de tendência de mistificação de subjetividades. Assim, o reconhecimento dos territórios específicos dentro do mesmo país fomenta outro recurso a ser vendido, recurso esse que se apoia na singularidade desses artefatos e práticas culturais, e talvez seja uma forma “para perpetuar a globalização de toda população do mundo sob um único padrão de poder”. (MARIATEGUI, 1928, p. 127).

Esse imaginário é assumido também como uma prática social para atribuir significados a esses patrimônios, onde as imagens passam a significar mais. Os objetos, por exemplo conseguem incorporar em si próprios representações autônomas que desconhecem algumas vezes a prática social que lhes deu origem. Onde o processo de expansão coletiva de legitimação de significado das coisas, lugares ou objetos se elevam enquanto a representação que interessa para promovê-los como uma espécie de “paraísos”, e outros elementos na sua maioria de relações sociais são esquecidas ou ignoradas. Atribui-se essencialmente a construção de significados para os territórios para sua mercantilização, através das políticas de promoção do imaginário tornam-se emblemas de transformação em espaços de lazer que se globalizam.

[...] importa-se um imaginário globalizado e exporta-se o território, importa-se uma nova cena global, mas exporta-se a imagem do território que insiste em se identificar. Ao mesmo tempo em que se importa a tecnologia que torna reproduzíveis e descartáveis ambientes, modos de vida, aparência e subsistência, exporta-se o território mascarado no seus objetos e espaços pitorescos ou exóticos (D' ALESSIO FERRARA, 1998 p. 48)

Nessa lógica da exportação do ‘território mascarado’ exporta-se o Peru adaptado mediante a projeção do imaginário de sociedade andina. E se importa a cena de desenvolvimento local, com a prerrogativa de formulação e execução de uma política como instrumento de valorização e reconhecimento dos “restos andinos”, e a conformação do inventário de recursos turísticos. Argumenta-se como oportunidade do uso estratégico dos recursos específicos como potenciais turísticos, uma vez que “os viajantes procuram destinos exclusivos”. Dessa forma se incentiva o uso da materialidade das representações históricas, e também simbólicas que dão sentido de prática social andina, e ao mesmo tempo essa prática insiste em identificar ao território além do que a publicidade quer mostrar.

Entendemos que a partir dessa idealização de prática social como coletividade autóctone que é construída para o turismo não reflete a vida dessas populações, porque se pretende agregar significado a esses vestígios materiais do passado, e não necessariamente mostrar a vida cotidiana das pessoas. É uma espécie de relação ambígua que abre ao mesmo tempo contradições entre a ativação de reconhecimento dos bens materiais e a apelação de unidade cultural (CRESPO, 2005, p. 134). Esta colocação define a utilização do território como dicotômico, porque sugere disputas em cerca da incidência de ativação de um bem material para o turismo e a reivindicação cultural do território como reafirma Carolina Crespo.

Assim, a chamada intersubjetividade andina projeta-se em todos os peruanos como um grupo de identidade histórica sincrética. Pois, como disse o sociólogo Júlio Cotler, o Peru é o “lugar como museu vivo”, mas ele nunca chegou a integrar como nação, até porque nunca se reforçou o conjunto de heterogeneidades. É uma perspectiva nacionalista, em Mariátegui, é necessário o índio integrar-se como unidade para entender ao Peru como país. A vista disso, o nacionalismo aparece como conhecedor dos povos originários e dos significados ancestrais no território para o valor de troca, e, não na necessidade principalmente de reformas estruturais com o valor de uso desse território historicamente determinado pelas relações sociais na agricultura ou *Ayllu*²⁰.

O território nação heterogêneo no modo histórico de uma existência social passada ainda presente pelos elementos simbólicos, e rastros de culturas passadas é mais uma perspectiva de construção de imagem de país e de lógica política, orientada pelas configurações das formas nacionais sob o cuidado de políticas como espécie de vetores para uma “nova fonte de produção”. Outros “Machu Picchu” são projetados para o aumento de visitas aos demais emblemas do passado andino. Isto carrega outros impactos desses lugares adequando-os para receber turistas com o intuito de “descongestionar” o próprio Machu Picchu. Esses lugares conformados por recursos arqueológicos, como a Zona Arqueológica Monumental Kuelap e o Parque Arqueológico de Choquequirao, parecem perder seu significado próprio.

Mas, voltemos a essa ação de projeção de pais de civilidades, como uma forma de projeto de reivindicação étnica a que refere Mariátegui. Cabe destacá-la porque historicamente o Peru, como adverte Fabiola Escárzaga, socióloga Mexicana, é um país em que o étnico não tem chegado a ser um elemento articulador dentre a sociedade peruana. Porque apesar de ser tema central na memória coletiva indígena, aparece como um postulado da maneira equilibrada da relação entre o Estado e as comunidades campesinas produtivas. Isto é, “uma relação entre dominados e dominadores menos espoliadora e genocida da que foi inaugurada com o domínio colonial espanhol e que não tem mudado em mais de 500 anos” (2006, p. 243).

²⁰

Termo quechua. Se refere ao trabalho coletivo.

O diagnóstico de Mariátegui, para com a sociedade peruana que articula a questão étnica com a questão de classe e a da questão da terra, persiste na própria estratégia de acumulação da riqueza definidas como divisas na frente de um setor que aparece como “oportunidade de acabar com a pobreza” nos territórios onde encontram-se esses ícones arqueológicos, e motivos para serem ampliados aos mercados. Porque ainda no “país imaginário”, em distintos momentos do étnico tem aparecido uma proposta débil, e aparece novamente no âmbito de marca, para ser mistificado para o mercado turístico, onde o índio aparece como autóctone e novamente ignorado como forma de vida que se relaciona com seu entorno, e mais especificamente nos territórios que contêm ícones de seu passado cultural e que ainda coexiste no seu cotidiano, mas é usado como um agregado na experiência prometida.

A obra de Mariátegui, é considerada anacrônica por vários estudiosos, por apresentar sua teoria marxista latino-americana especificamente contextualizada no Peru atual porque traz consigo elementos contemporâneos para a sociedade como um todo. Nessa perspectiva colonial de Mariátegui, a condição de produção do capital na relação entre sociedade e natureza, revê o Peru a partir da sua condição política e o problema do índio, essencialmente como problema social que segue vigente e ocupando os territórios, ainda em um contexto mais contemporâneo. Quer dizer que a situação do índio supera qualquer questão da raça porque não se considera a vida coletiva do indígena como vida no território.

Para sintetizar o assunto deste capítulo, quando falamos de Peru, a nossa mente nos projeta ao ícone mais representativo do país: Machu Picchu. Ele possui uma configuração mágica com a capacidade de simbolizar uma cultura passada que é reforçada pela publicidade exercida principalmente pelo Estado mediante a Marca País, como uma espécie de retorno a esse passado inca. Um passado ainda no presente, que se apresenta como o exótico e único. Machu Picchu, portanto, deve a sua publicidade nacional aos reconhecimentos internacionais, que têm gerado um valor único de lugar e a necessidade de visitá-lo, assim como tantos outros do terceiro mundo.

Os artefatos culturais exercem a função de gerar afetos profundos e, através deles, é definida a nação como uma comunidade política imaginada (ANDERSON, 1993). As comunidades são distinguidas pelo estilo em que são imaginadas. Para o turismo, essa imaginação se define como elas são projetadas: como experiências inesquecíveis. Portanto, a nação é limitada pois possui fronteiras, porque “nenhuma nação se imagina coextensiva com a humanidade”. Isto é, as sociedades periféricas de determinada região, e mesmo países com características similares, demarcam suas particularidades como gerais dentro da região andina. Cada território-nação, caracteriza-se por essa limitação de fronteiras finitas e elásticas com outras nações. A nação é imaginada como comunidade, porque “sem considerar desigualdade e exploração que prevalecem em todas elas, a nação é sempre concebida como um companheirismo profundo e horizontal”, cujos sacrifícios têm local nas raízes culturais do nacionalismo (ANDERSON, 1993, p. 25)

Finalmente, a comunidade imaginada confirma-se pela réplica de nossa leitura a respeito da fetichização do território para o turismo, ainda que saibamos dos problemas que existem por trás dessa complexa réplica do modelo neoliberalismo. A representatividade de cultura e de identidade desse território, mediante os ícones pré-hispanicos implica na imaginação a partir das fotos e postais, ou, ainda, do jornal que separa a desgraça e a promessa boa de lugar, e, também o primitivo e o moderno. Mas que ainda que não importe quem seja especificamente quem mora no lugar, se pensa no corpo representativo daqueles que moram no espaço e sua cotidianidade. Segundo o autor, a coincidência do calendário (repercussões da publicidade dos lugares para período de férias), e essa publicidade como imagem dos territórios, aumenta o significado destes territórios como mercadoria, o que gera

produção em série de imagem de lugares exóticos, e de elementos fantasmagóricos, para que se tenha vontade de passar um determinado tempo nestes lugares e fugir das cidades.

Essa representação a partir da leitura de Brandão (2010), como réplica do modelo neoliberal nas culturas, em que a heteromorfia ou sistema camaleônico converge entre a expropriação e a resistência constante dos atores localizados, em detrimento dessas formas de imaginar ao outro e passar as férias nos territórios periféricos serviram de base para a formação da chamada consciência nacional. Assim, nos destinos europeus não criam campos unificados, mas um embrião de comunidade nacionalmente imaginada pelo seu passado cultural, e nos periféricos uma forma de que se sintam orgulhosos de seu passado, e ao mesmo tempo de situação primitiva a respeito da leitura de ocidente (ANDERSON, 1993, p. 37).

Contudo, o “Peru, país de Tesouros escondidos”, reproduz na sua materialidade o fetiche de seu entorno para uso do turismo e revela a importância dos territórios para o capitalismo, que traz na sua unidade dialética a própria ação do Estado quando garante intervenção neles. O Estado, através de suas atuações age por determinados setores, produz abstrações das formas de organização desse território seja pelo ordenamento territorial, ou pelo reconhecimento dos recursos da natureza e simbólicos culturais, onde a valorização dos territórios e seus componentes materiais e simbólicos são focados para acrescentar o mercado. Ao mesmo tempo, as considerações a respeito do Peru o qualificam como se ele fosse uma espécie de empresa cultural, da qual Said (1990) se referia na condição de oriental, onde as declarações e posturas colocadas de país exótico e de comunidade autóctone seriam uma espécie de padronização cultural a partir da localização de ondem se inscrevem as categorias descriptivas.

2.2. Sobre a Atuação Estatal na Estruturação do Turismo

Na ocasião do Seminário Internacional sobre a avaliação do impacto econômico do turismo, realizada em Nice, na França, em 1999; o vice-ministro da Espanha disse: “para qualquer país que busque o desenvolvimento harmonioso da sua estrutura econômica, política e social é imprescindível a intervenção de Estado com políticas”, porque seriam as próprias estruturas sociais internas de promoção ou de fiscalização da atividade de turismo que requer intervenção dos governos como qualquer outro setor das economias dos países (RATI y FIGAREDO, 1999, p. 4; GORDON, 2002, p. 132).

Nesse sentido, entendemos como necessárias algumas considerações básicas a respeito dos recursos ancestrais que são promovidos como motivo de viagens sob condições de determinadas funcionalidades do setor de turismo e de características de território nacional. A função do Estado está relacionada à execução de políticas que regulam a dinâmica transfronteiriça, e políticas que garantam estabilidade social para a “segurança do turista”. Desse modo, a revalorização dos recursos arqueológicos pré-hispânicos e as políticas para fomentá-los conjugam com o exercício político de sociedade porque influência nas formas de produção econômica.

2.2.1. Revalorização de recursos ancestrais

A preocupação de cunho intelectual a respeito do patrimônio e identidade no Peru, como na região latino-americana, é preponderante durante os processos legais na proteção da herança nacional e de reivindicações “no problema do índio”. No final do século XIX e início do XX, denúncias a respeito da condição social do índio aparecem com Manuel González Prada, e depois Mariátegui. Eles mencionam a alegoria nacional de unidade acerca da raça, e a forma organizativa da grandiosa cultura dos Incas, como o legado mais representativo para a

sociedade peruana que necessita dessa cultura para representar as habilidades de integração de um povo.

Nessa lógica, o desenvolvimento cultural pode ser truncado e também alterado a partir de determinados fatos históricos como o da colonização espanhola, e também pelas ações das elites que olhavam como referência as práticas ocidentais e não salvaguardavam essas alegorias do passado. Mas, a memória cria raízes em um espaço concreto, disse Pierre Nora (1993), onde certos elementos simbólicos do passado são vinculados à ideia de identidade e materializam a nação. São alguns elementos simbólicos do passado que pela memória e a história justificam sua patrimonialização, onde são atribuídos valores pelas “reflexões eruditas” ou “vontades políticas” para organizar os bens culturais de “valor de civilidade” sob uma “tutela estática” (POULOT, 2009; MARTORELL, 2010).

As argumentações para o patrimônio cultural definiram-se com a conservação, restauração e reconstrução de bens de país pré-colombiano. Os processos de procura da cidade perdida dos incas deram-se por meio do apoio de políticas de exploração dos recursos tangíveis nesta parte dos andes centrais. Por exemplo, as descrições do território do Peru na época do Virreinato em 1700, já consideravam os restos arqueológicos encontrados, ou mesmo as explorações estadunidenses, com o historiador Hiram Bigham, o topógrafo Clarence Hay a partir do convite do presidente B. Leguía em 1909 (LUMBRERAS, 2006, p. 34-37).

As descrições territoriais cartográficas para a prática extrativista nos andes, paralelamente emitiam informes dos antecedentes e dados dos objetos relevantes desses territórios geográficos. Na década de sessenta, os supervisores dos Patronatos Departamentais²¹, foram criados em 1929 mediante a Lei N° 6523 e tiveram a função de proteção de bens principalmente derivados da época colonial espanhola e também como vigiante das ações nas escavações. Assim, o patronato Nacional de Arqueologia coordenava a regulamentação de exportação de objetos arqueológicos, e de sanções quando acontecia de maneira clandestina.

É então o patrimônio que deriva para uma categoria do cultural com precedente da diversidade de povos dentro seu território formal. Entre alguns trabalhos de Pesquisa neste assunto, assinalamos o de Narro, em que o patrimônio cultural é dicotômico na sua valorização de identidade no Peru. Pois, a identificação do patrimônio tangível e arquitetônico, se dá com o enfoque de valorizá-los e organizá-los apoiando-se na legislação do patrimônio, mas não se projeta até a população. Em outras palavras, trata-se de uma defesa que não é totalizante, porque ainda que o Peru apresente um reconhecimento do patrimônio cultural da nação mediante a legislação, desde “a primeira constituição Política até os convênios internacionais ou binacionais ou multinacionais, o cumprimento dessas disposições nem sempre tiveram êxitos que todos desejavam”. (NARRO, 2011, p. 34)

A partir dessa perspectiva, a legislação tem sido uma espécie de ‘letra morta’, porque o que se percebe, é ‘uma constante destruição, comercialização e até desfiguração dos monumentos’. Um panorama desolador e depressivo de seu próprio patrimônio cultural, onde tem sido necessária a atuação de organismos tutelares internacionais para uma iniciativa de maior valorização de símbolos tangíveis e intangíveis, com o papel da Unesco desde 1995, quando muda em uma sede na capital do País. A Unesco, tem o papel de proporcionar apoio técnico na proteção do patrimônio cultural nas políticas públicas (de conservação, proteção e promoção) executadas pelo Estado, mas não está dentre suas ações a de se pronunciar sobre

²¹ Organizado pela sociedade “civil”, sem fins lucrativos, a fim de salvaguardar a conservação do patrimônio cultural e natural, exercendo esta função principalmente em áreas urbanas ou rurais do setor mais pobre. ([Http://www.patronatodelperu.org/patronato.htm](http://www.patronatodelperu.org/patronato.htm))

qualquer decisão a respeito, pelo menos quando não se considere risco eminente do patrimônio (UNESCO, 2017).

O debate é amplo, enquanto ao papel desempenhado da Unesco, em tanto como uma ‘nova forma política’ de ações globais e nacionais que apela para os “recursos comuns” (bens culturais e natureza), e do acesso aos bens de uso econômico de uma sociedade organizada. É uma forma de apoio internacional no nacional que insere a população na proteção do patrimônio e o uso social dele. Em José Manuel Pureza (2011), a forma de concreção da “herança comum da humanidade” referido por Boaventura de Souza Santos (2011), responde à forma hegemonic da global e sua relação com o local.

Ao mesmo tempo há uma relação de escalas pelas quais se reivindica territorialidades e espaços qualificados, na sua classificação de bens e recursos internos dos territórios. O reconhecimento desses espaços qualificados e bens qualificados são referidos como da “humanidade” pela Unesco, cuja posição se insere na jurisdição de soberania dos territórios e dos Estados. Isto é, a matriz territorial é abandonada quando esta organização internacional passa a atuar dentro do Estado, então o exercício da soberania deste é questionado.

Não se trata, obviamente de construir um patrimônio independente, de que é titular a comunidade internacional com base em bens retirados à jurisdição dos Estados. **O que se opera é antes uma transformação no modo de atuar dos Estados relativamente a esses bens e recursos. A lógica territorialista do lugar, neste novo quadro a uma gestão desses espaços e bens guiada pela noção de função social e ecológica [...] e referenciada diretamente à trans - temporalidade e à trans - espacialidade da humanidade.** O que significa nesta ‘segunda idade’, o regime de patrimônio comum da humanidade se materializa na transformação da soberania-domínio em soberania serviço. (PUREZA, 2011, p. 253)²²

Isto é, em determinações estruturais é legitimado a dimensão de proteção desses bens e recursos enquanto a forma de atuar dos Estados dentro de seus territórios, e de espaços específicos reconhecidos como patrimônio comum da humanidade. Se apresenta como uma necessidade de transformação do serviço do Estado nacional num sentido de intervenção trans - escalar para proteção do patrimônio. O Estado e soberania, estão mantidas na sua gestão específica na sua forma verticalizada na escala maior, e também de percorrer desde os âmbitos de direitos humanos como recursos com valor de uso. Assim como se globalizam serviços, se globalizam por outro lado a função social do patrimônio.

Deste modo, a tarefa do Estado com o Patrimônio cultural tem sido em primeira instância com a criação do Instituto Nacional de Cultura (INC), em 1971, durante o governo de Juan Velasco Alvarado. Onde a responsabilidade “pela promoção e conservação do patrimônio cultural da nação”, tinha a finalidade de afirmar a identidade nacional mediante suas ações de revalorização de manifestações culturais. Mas, ainda não considerava o artesanato ou mesmo as danças, como manifestações culturais, eram, na maioria das vezes consideradas como folclóricas.

Assim, o patrimônio representado pelos vestígios arqueológicos, tem sido reconhecido como uma espécie de legado cultural para humanidade, e de relevância para a identidade nacional. O patrimônio pré-hispânico e o patrimônio de colonização nos andes centrais são relevantes na memória de sociedade histórica peruana. Algumas dessas manifestações materiais de antes e depois da colonização foram declarados patrimônio da humanidade, o santuário histórico de Machu Picchu (1983) e o Sítio Arqueológico de Chavín de Huántar (1985), e também o Centro histórico de Cusco (1972) e o centro histórico de Arequipa (2000).

Quando falamos de função de regulação do Estado e sua atitude em relação aos recursos histórico-culturais, implica numa reflexão que aproxima mais ao conceito de sócio-político do início da última década do século passado. A implementação da receita do Consenso de Washington na América Latina e no Peru mais especificamente, demarcada com os ajustes neoliberais de Alberto Fujimori colocou o Estado como o legítimo e soberano sobre os recursos internos, e como capaz de decidir a respeito de uso ou de troca. Na Constituição Política (1993), dada depois do autogolpe, declara:

‘As minas e **restos arqueológicos**, construções, monumentos e lugares, documentos bibliográficos e de arquivo, objetos artísticos e **testemunhas de valor histórico**, expressamente declarados bens culturais, e provisoriamente os que se presumem como tais, **são patrimônio cultural da nação independente da sua condição de propriedade privada ou pública**’.²³

São patrimônio da nação quaisquer manifestações de valor histórico expressadas na sua condição material dentro do território nacional. Porém, a categoria de resguardo para preservar a memória do povo que provém das civilidades passadas não está dentro das suas considerações de patrimônio cultural. Em 1994, as ações do INC, são reestruturadas e descentralizadas do Ministério de Educação por meio do Decreto Supremo D.S. 50-94-ED. Depois no governo de Alan García Perez foi remetida a uma autonomia maior como Ministério de Cultura em 2010, através do Decreto Supremo D. S. 001-2010-MC, e Lei 29565.

Dentre estes alinhamentos da política Nacional ao Patrimônio Cultural, em 2006, mediante a Lei Geral do Patrimônio Cultural da Nação - Lei N° 28296, se declara a necessidade de sua identificação, proteção e difusão do patrimônio como de ‘interesse social e pública’, ainda no contexto de INC adjunto ao Ministério de Educação. Estes elementos referenciais da política peruana e a categoria cultural do patrimônio provêm de uma transcendência global até o território nacional, talvez como uma dimensão inescapável da tendência de escalas na atuação e no interesse de promover identidade e adequações do país para com os atores competentes, não necessariamente visando ao uso social destes, ainda que se ative a identidade como fator essencial quando falarmos de patrimônio ou de cultura.

É um fenômeno político por intermédio das instituições, normas e leis que servem “para a identificação, análise e explicações de fenômenos no recorte territorial definido por suas fronteiras”, e que nele é que a política se legitima e explica sua durabilidade (CASTRO, 2014, p. 87-88). Se tem no inventário mais de cinco mil sítios arqueológicos, a maioria localizada na região costeira e na região andina, eles convergem sua valorização de vestígios históricos da cultura e também de cenário de natureza²⁴.

As mudanças legais, institucionais e de infraestruturas estão inseridas no território e de “episódios violentos”, para serem incorporadas à lógica do desenvolvimento capitalista. Aconselhadas por instituições internacionais e o reconhecimento minucioso dos ativos, também podem ser vistas como um processo de acondicionamento interno de Estado-soberano, e ao mesmo tempo gerar condicionantes de interesse no patrimônio, não necessariamente como ícone para a unidade nacional, e sim como processo de reconhecimento e conseguir hierarquizar os bens relevantes que pertencem a sua jurisdição.

²³ Grifo e tradução nossa, do Artigo 21 sobre o Patrimônio Cultural da Nação que corresponde ao Capítulo II Dos direitos Sociais e Econômicos, dentre o Título I da Pessoa e da Sociedade da Constituição Política do Peru de 1993.

²⁴ Inventário até 2001, elaborado pelo Centro Nacional de Informação Cultural anexado ao Instituto Nacional de Cultura - INC.

Assim, a política de reconhecimento tangível que reivindica uma identidade incaica, não reflete no discurso político de identidade enquanto patrimônio intangível e essencial. O ex-presidente peruano Alan Garcia tem se manifestado em entrevistas sobre a condição das populações indígenas como “peruanos de segunda classe”, isto num contexto de instabilidades e manifestações na Amazônia peruana em 2011. Numa outra oportunidade, o líder faz considerações “primitivas” as populações dos andes a respeito de suas crenças e práticas. Então, é necessário rever até que ponto se pode falar de patrimônio cultural nas ações de política nacional, porque estas podem inserir ou não os territórios com especificidades, pois, a política de patrimônio contradiz posições governamentais emitidos desde a Costa do País – Centro político, e econômico do Peru. As preocupações de Manuel González Prada e Mariátegui, seguem vigentes: o problema do índio, a falta de unidade nacional, e a classe política como divisória, que cataloga o índio como inferior pelo fato de ser da raça indígena, seguem sendo um problema social.

2.2.2. Na promoção turística do patrimônio

Qual é o interesse real de promover o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural no Peru? Cabe definir o que é patrimônio cultural. Segundo Jorgi Coli (2012, p. 67), o patrimônio é “algo que se situa entre a matéria e o pensamento, que pode estar só em um desses termos”, e segundo Andrea Daher (2012, p. 113), quando se fala do caráter cultural é porque nele se “representam sensibilidades arraigadas na história social”. Portanto, a partir do item anterior e a definição de patrimônio cultural, reafirmamos que as reflexões eruditas e vontades políticas determinam o reconhecimento das manifestações ancestrais, em matéria e pensamento, com o objetivo de criar sensibilidades e corpo de nação, mas também de dar um valor econômico a esses legados históricos de culturas andinas.

Ao mesmo tempo, segundo Coriolano (2006), a promoção desses espaços materiais e imateriais para o turismo trazem contradições, porque mediante políticas estratégicas é transformado o espaço físico e as relações de produção das sociedades. Assim, o turismo se adere ao patrimônio cultural como “uma nova Cultura” de visita, porque eles têm características particulares. Interpretamos deste modo, na compreensão de Coriolano, que a promoção turística aos patrimônios culturais como uma atividade moderna absorve as culturas e a produção local, pois se argumenta que tal promoção é necessária para não à margem da tendência global, e também porque começam a aumentar o PIB nacional. Nesse sentido,

Longe da canônica definição de um patrimônio cultural coerente, a ser transmitido para a geração seguinte, vimos emergir a ideia de culturas múltiplas, próprias para alimentar e confortar identidades plurais. **Hoje, em nossas sociedades de consumo e de cultura de massa, o uso do patrimônio, a sua interpretação, e até mesmo a sua simulação, através de dispositivos virtuais, tornaram-se instrumento de um desenvolvimento nacional ou local, em função do turismo e das práticas comerciais relacionadas ao conhecimento e ao lazer.** Por todas estas razões, o patrimônio tornou-se objeto de uma ‘cruzada popular’, como a denominou David Lowenthal. (DAHER, 2012, p. 127, apud POULOT, 2006, p. 155).²⁵

Seguindo essa lógica o uso de patrimônio como instrumento de desenvolvimento nacional e local, a participação do Estado peruano no processo de valorização do patrimônio para o uso turístico, está sob atuação da Comissão Especial para Coordenar e Supervisar o Plano Turístico e Cultural Peru-Unesco (COPESCO). Este plano tem afirmado bases para o aproveitamento do recurso cultural e também natural, e precede desde 1969 com a

²⁵

Destaque nosso.

implementação de projetos para promover os recursos culturais e dinamizar os investimentos, baseada na Lei 30230 e apoiada no artigo 21 da Constituição Política de 1993, que trata sobre o Patrimônio Cultural da Nação.

Identifica-se o Plano COPESCO na atuação estatal para a categorização dos recursos arqueológicos e específicos para reorganizá-los e hierarquizá-los. Deve-se dizer é um processo de acondicionamento para a recepção de visitantes nos lugares do caráter cultural e tangível – na maioria de casos. Copesco, para o setor de turismo, é integrado ao sistema de rendimento na procura de aumentar a demanda e o número de visitantes vindos de outros países. Que junto ao Promperú, são decisivos para coordenar uma estratégia na revalorização dos restos arqueológicos e a sua promoção dentre o setor de turismo. Até porque de acordo ao Perfil do Turista Estrangeiro 2014, elaborado pelo Promperú, um pouco mais do 60% dos turistas estrangeiros tem como razão mais importante de visita os patrimônios culturais imóveis – Machu Picchu é o principal motivo de viagens (MINCETUR, 2016, p. 30,).

Neste sentido, mediante a atuação das instituições são criados e recriados os espaços para produzir capital. Em Santos (2011, p. 50-52), essa atuação provoca a dívida externa sob o sonho revertido de tirar a pobreza interna. Então o processo de investimentos em nível de escalas de governo nacional, regional e local, não são os únicos que aparecem com a tentativa de gerar divisas e “tirar a pobreza” de seus locais. Porque as instituições articulam formas de investimento estrangeiro e de organismos internacionais que acontecem com frequência em projetos de pesquisa e de interesse de aumentar o turismo receptivo.

Além da atuação institucional pelo Copesco e Promperú, outros instrumentos como a Lei para o Desenvolvimento da Atividade Turística - Lei Nº 26961, definem mecanismos de descentralização da gestão que respeita autonomia dos governos locais. A Lei Geral do Turismo – Nº 29408, para os restos arqueológicos, por exemplo, são tratados como testemunhas de valor que na procura de conservá-los e promover o uso responsável, e de “melhorar a qualidade de vida das populações locais, fortalece seu desenvolvimento social, cultural, ambiental e econômico”, assim, se tornam importantes promovê-los porque significam inclusão e combate à discriminação.

Nesta perspectiva, a estratégia da prática na política para o turismo receptivo e a sua dicotômica na relação de conservação e promoção está relacionada com as dimensões do global e do Estado-nação. Embora, a premissa de que a acumulação de capital não precisa do Estado para o desenvolvimento do turismo, que não pode explicar por si mesmo a produção do próprio espaço, **ele precisa de políticas de Estado para intervir, e ao mesmo tempo precisa dele na “melhor gestão da oferta”, enfrentando uma série de turismos “alternativos”, como resultado de processos de mobilidade progressiva de visitantes e várias conferências e reuniões apoiado pela Organização Mundial do Turismo, que emergiu em 1946** (BOULLON, 2012, p. 14-15). Porque afinal, como disse José Carlos Reis,

O patrimônio se multiplicou para ser consumido: patrimônio cultural, natural, vivo (genético), técnico. Houve uma produção de patrimônio por todo o mundo. As ruínas do passado são adaptadas à vida presente e, no futuro, serão semióforos duplicados. A arte mundial tornou-se uma herança da civilização mundial. O patrimônio é uma noção que se fortalece em momentos fortes de questionamento da ordem do tempo, fortalece-se em tempo de crise. (REIS, 2012, p. 60)

A administração da multiplicidade de patrimônios e turismos alternativos assume um papel relevante do que promover uma identidade nacional. Sua preservação como testemunhas do passado andino são adaptadas para as formas de consumo, sob o argumento de que mediante o turismo os bens reproduzem suas próprias condições de permanecer tangivelmente no tempo. Pois, ainda que o aparato institucional apoiado com normas e

mecanismos seja uma instância fundamental para compreender a determinação dos bens patrimoniais, os patrimônios “são de todos” e podem ser ofertados e apresentados como uma oportunidade de crescimento.

Além disso, o turismo receptivo no Peru tem se transformado estatisticamente em uma fonte vital de renda em moeda estrangeira, o que acabou transformando o turismo em um setor que gera emprego, que tem aberto novas oportunidades de desenvolvimento, principalmente porque representa um incremento das exportações de bens e de serviços com 7% no mundo todo durante 2015, e no Peru o aumento do turismo receptivo teria significado de 2% das exportações nesse mesmo ano. A atividade turística, foi acentuada quando se declarou como interesse nacional e se exortava a dar um foco de política de estado em 2009 com a Lei geral de Turismo N° 29408 (UNWTO, 2015; MINCETUR, 2016).

“De esta manera la riqueza de **bienes patrimoniales de un destino será el origen de una oferta y de su posicionamiento en Turismo Cultural**, con la generación de una gestión de productos, planificación de destinos, y la gestación de unos flujos de demanda. El Turismo Cultural se presenta como una oportunidad y un factor de crecimiento para determinados destinos”. (MORÈRE; PERELLÓ, 2013, p.28)²⁶

Em um estudo do turismo receptivo no Peru, no *Perfil del Turista extranjero* (2014), são aproximadamente 3.215 milhões de turistas estrangeiros que chegam ao país, sendo que 71% destes chegam na cidade de Lima – localização do único aeroporto internacional. Os outros departamentos mais visitados são Cusco, Puno, Arequipa e Ica, que tem motivos arqueológicos de grande afluência turística, como temos visto no item de *Peru, país Imaginário*; e também Piura e Tacna são considerados os outros departamentos com grande afluência turística em consequência da fronteira com Equador e Chile, respectivamente. (PENTUR, 2016, p. 100)

“Este perfil [de turista] se enmarca dentro de las nuevas tendencias internacionales como son el crecimiento de los viajes y la tendencia a programarlos sin pasar por intermediarios. Al interior del Perú, el destino más visitado es Lima seguida de Cuzco, Puno y Arequipa. Las principales actividades realizadas durante la estadía están relacionadas con el arte, la cultura, la recreación y las compras, sobre todo de artesanías, artículos de vestir de alpaca o materiales similares” (FULLER, 2008, p. 54-55)

Em que pese os aspectos artísticos e culturais, têm como principais atividades àquelas relacionadas com os objetos “do passado”, pelo seu valor estético e de valor cultural. O incentivo desses é que os ingressos pagos pelos visitantes contribuem para os “mecanismos de proteção, conservação e divulgação”. Assim, o aproveitamento do arqueológico para o turismo, constitui-se numa fonte de recursos financeiros para ele próprio permanecer e evoluir, já que o reconhecido patrimônio se torna um produto, porque é, ao mesmo tempo reconhecido pelas suas especificidades, e, se converte em potencialmente turístico no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Argumenta-se que sua reutilização dos espaços que contém estes patrimônios, no caso da Europa, por exemplo, ‘acabaram por recuperar e revitalizar também economicamente as comunidades em função ao benefício econômico’, dizem Guimarães Veloso e Alhadas Cavalcanti (2007). Dessa forma, para os países cujo patrimônio arqueológico é o principal atrativo, como Egito, Grécia, México e o Peru, esses autores apontam a possibilidade de uma

melhora de condições de vida das suas populações principalmente das que moram ao redor dos ícones patrimoniais e turísticos.

Contudo, a figura do “Estado mediador” contribui para a sua situação de espaço e motivo visitado. O Estado e a relação com o princípio do mercado supõe a relação verticalizada do seu desempenho para a exploração dos recursos turísticos no âmbito de instituições, que junto com o processo patrimonialização de ícones e cenários específicos, na dinâmica de representação albergaram outra forma de utilização econômica do território. Até porque o que se patrimonializa “já não é dele”, ele passa a ser de “todos”. Isto não quer dizer, que os Estados percam sua soberania com a patrimonialização, ou que sejam unidades de maximização do lucro. Mas, por meio de mecanismos jurídicos exercem poder no território de jurisdição que é alicerce da acumulação econômica, e não necessariamente o contrário (ARRIGHI, 1997, p. 157).

Por outro lado, o exercício governamental para a promoção turística dos bens patrimoniais tem se dado no âmbito de blocos econômicos regionais. Por exemplo, na Comunidade Andina de Nações (CAN), na qual o Peru é membro ativo desde sua origem, o turismo tem sido tratado principalmente a partir da mobilidade de pessoas, e na validade do Documento Nacional de Identidade para qualquer dos países membros, sob a política dos “direitos do cidadão andino”, desde 2001. Também, neste bloco se fizeram acordos a respeito de diminuição do preço nos ingressos para os lugares turísticos.

Cabe apontar, que a CAN, composto pela Bolívia, Colômbia, Equador e Peru, tem se considerado a utilização de seus recursos específicos como uma fonte de renda adicional às comunidades campesinas e indígenas desses países. Deste modo, o turismo rural comunitário, além das suas políticas internas dos países, é uma proposta coletiva de implementação e de assessoramento de parte comum destes países, e de uma compilação estatística dos dados deste setor mediante o Comitê Andino de autoridades de Turismo (CAATUR), instituído em 2001.

A Aliança do Pacífico (AP), instituída no ano de 2011 pelo Chile, Colômbia, México e o Peru, surgiu com intuito da circulação de capitais. Um dos pilares do bloco é a de circulação de bens e serviços, que mediante “a rota do pacífico” promove o turismo. “A experiência Milenar” e “As culturas vivas²⁷ são logotipos de promoção das viagens e surgem como de unidade, enquanto a importância de divisas geradas por este setor nessas economias. Calcula-se em 42,5 milhões de visitantes em 2015 entre os quatro países-membros com exonerações de vistos para negócios, e a eliminação de visto para colombianos e peruanos para o México (ALIANZA DEL PACÍFICO, 2016).

A CAN e a AP, são dois blocos que não necessariamente cabem a uma comparação quanto a sua política de interesse, pois os contextos de surgimento já correspondem a um trabalho de pesquisa mais amplo, e de que os países-membros de cada bloco não são os mesmos. O que destacamos são alguns rasgos comuns de política dos países ao direcionamento ao turismo, e que são compreendidos numa abrangência regional de consideração do específico de países andinos e de localização geográfica ao pacífico, tem como objetivo articular mecanismo para a circulação de pessoas e de promoção de destinos canalizada pelas instituições de cada país²⁸.

²⁷ Como experiência Milenar de cada um dos países são considerados sítios ou museus de referência: Cobá, cidade maia (México); Ilhas de Pascoa (Chile), Museu do Ouro (Colômbia) e Machu Picchu (Peru). Como experiência de Culturas vivas referem-se a: Paisagem Cultural Cafeteiro, ao redor de 42 municípios na Colômbia; Museu Nacional de Antropologia e História no México, Lago Budi no Chile e a Ilha dos Uros no Lago Titicaca no Peru.

²⁸ O conselho de Promoção Turística de México; Turismo Chile- Senatur; ProColombia e Prom-perú.

Outro espaço de atuação internacional do Peru, onde se insere o terceiro setor é o Foro de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). A Apec iniciou-se em 1989, e o Peru se inseriu em 1998 durante o governo de Alberto Fujimori. É outro cenário onde o tema turismo aparece como oportunidade de crescimento econômico somado ao tema comercial. Em novembro 2016, no XXIV encontro realizado em Lima, o tema de comercialização regional ampliou a proposta de construção de vias ferroviárias entre o Brasil, Peru, Bolívia e a China. A proposta é facilitar a circulação de produtos agrícolas (soja) e o transporte de minérios, e, ainda o transporte transnacional para turismo.

Todavia, no reconhecimento e a promoção dos bens materiais e simbólicos culturais de civilidades do passado, a atuação do Estado é vinculada ao internacional, porque falamos da atividade dinâmica de produtos e serviços de exportação, e sobretudo porque ele precisa de relações políticas que facilitem essa mobilização de visitantes de patrimônio cultural imóvel. Assim, a perspectiva orgânica do Estado em Ratzel, de que ‘o território atua como um suporte duradouro para o poder das instituições políticas’²⁹, e a perspectiva de Martorrel (2010) de que o patrimônio assume um sentido orgânico quando é reconhecido na relação homem-história-cultura, precisam ser avaliadas a partir de intervenções políticas para transformá-los em atrativos materiais com carga simbólica. A projeção dessas intervenções vincula-se às condições para o fluxo nas fronteiras, e, ainda às condições sociais para a segurança do turista, o que transforma as territorialidades.

2.2.3. Na “correspondência” institucional

Na classificação de melhores e piores países como destinos turísticos, feita pelo WOF em 2015, descrito no item *A geopolítica do turismo nos territórios periféricos* do capítulo anterior, os países são catalogados a partir de determinados critérios que garantem um ambiente de negócios no setor de turismo. A criação de emprego, as condições da infraestrutura de segurança, de saúde e de higiene, são alguns desses critérios. A partir disso, consideramos que essas condições internas dos países, se requer ver a forma histórica que se aderiram às tendências de mercado e as adequações às receitas internacionais para enfrentar crises econômicas. Isto é, o setor de turismo como qualquer outro setor está intimamente relacionado ao comércio internacional, o que tem gerado “uma nova cultura” e transformações sócio-políticas internas dos territórios.

Segundo Harvey (1992), esta nova cultura foi apoiada por um número menor de mecanismos de intervenção dos Estados-nação, adaptando-os à condição de “reprodução” e “diversificação”. Este modelo, suporia no Peru um período liberal e de subsídios ao investimento privado de hotéis e outras infraestruturas como de sistema de transporte nos períodos de governo de Odría (1948-1953) e Manuel Prado (1954-1960). (FULLER, 2008, p. 120). Assim, o Estado desempenha um papel importante na *regulação* da exploração mediante a criação de leis (para o trabalho, por exemplo, nos parâmetros de carga horária mínima e salário-mínimo).

Nessa sequência o outro papel atribuído ao Estado é a *implementação* de bens comuns e de infraestruturas sociais e físicas, que dão condições ao capitalista obter lucro, e, ainda o Estado assume um papel de administrador de crise, pois sua intervenção é necessária para agir em conta da tendência de queda da margem de lucro. Harvey, em sua obra, mostra que o

²⁹ Na sua teoria, o Estado é um organismo vivo e tem vinculação direta com o solo, que compreendido como território se torna um conjunto de signos e símbolos socialmente construídos e valorizados como patrimônio comum de um povo. O sentido de expansão, colonização ou de poder, pensam como um todo num sentido inato de poder político. Porém, a importância no território não cabe em si mesmo, enquanto não tiver quem o integre, e daí, surge o poder político como necessidade de controle e de torná-lo um recurso de poder que perdure.

Estado agrupa essas funções mínimas e ainda assume um papel de árbitro entre interesses que entram em conflito das frações na própria homogeneidade da própria classe capitalista pelo excedente obtido. Ou seja, o Estado regula a competição capitalista para o ‘bem comum’ do capital (HARVEY, 2005, p. 85)

Nas condições de infraestrutura e social para o desenvolvimento do capitalismo, analise-se o fato mais recente da guerra interna que se instalou nos andes peruanos. Foi uma guerra que colocou os campesinos em duas frentes (Sendero e o Exército), um confronto de índios contra índios (ESCARZAGA, 2006, p. 250). Mas, esta situação representou a cautela estatal mediante um processo de inteligência para aliviar os conflitos violentos, e, sobretudo de incursão de privatizações e de adoções de receitas neoliberais para orientar as exportações. Assim, o governo de Fujimori a partir da perspectiva de Aníbal Quijano, representou a implantação imediata do programa econômico neoliberal (2000, p. 17). Significou a diminuição do papel do Estado.

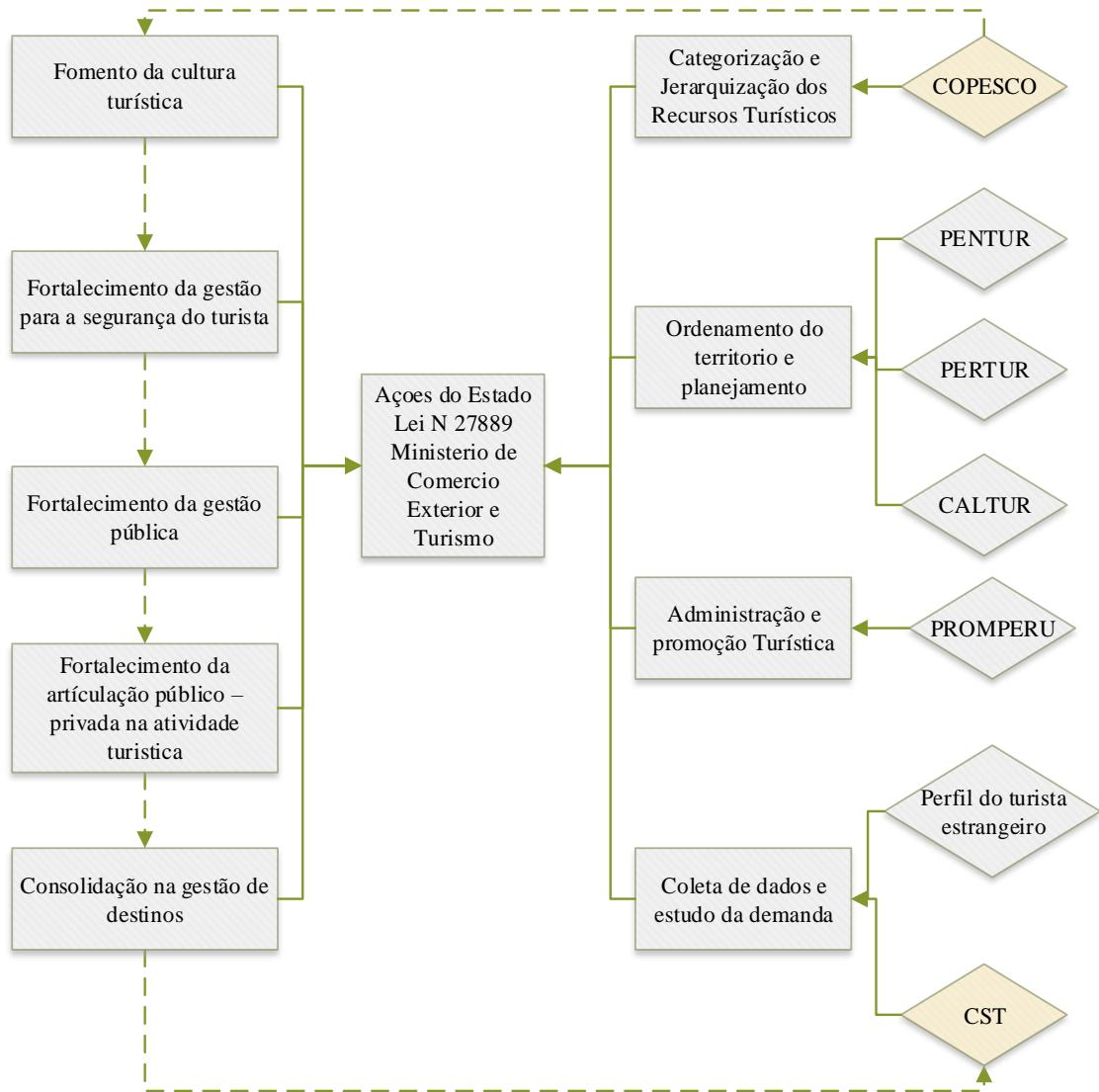
No livro de José Luis Reniqué, “A revolução Peruana”, o autor demonstra que a virada da política nacional se cristalizou com o golpe de Alberto Fujimori em 5 de abril de 1992. Entre discursos ambivalentes, a “falência estatal e a ingovernabilidade seriam capazes de propiciar uma intervenção imperialista”, o então chefe de Estado surgia como a figura que detinha “a ânsia transbordante de ordem e paz, da qual Fujimori aparecia como a mais confiável garantia”. Desse modo, o anúncio de abertura à economia global se sobrepõe a qualquer reivindicação e memória pelas vítimas na região serrana. (2009, p. 162)

Já no início do século XXI, a renúncia de Fujimori, via fax (2000), significou uma outra etapa de relações externas do país com posteriores governos e ao mesmo tempo como de continuidades. O tema do turismo parece ser uma estratégia para os posteriores governos como fonte de ingresso de divisas e incremento de participação deste setor no PIB nacional. Ações como a formulação de Leis para fomentar o turismo e uso dos recursos históricoculturais caberiam ser contextualizadas quando da implementação de projetos de desestatização e de abertura ao incentivo às exportações de matéria prima mineral e agrícola, como característica de programa neoliberal e uma sociedade mais “estável”, depois da derrota à subversão armada que tinha surgido mais fortemente no final de 1982 no centro sul do país.

Abordando a intervenção estatal e a formalização das relações de produção na estrutura reativamente acondicionada para o lucro, segundo Harvey, o Estado assume um papel de árbitro dos interesses que conflitam, pois através de suas instituições o processo de adaptabilidade do espaço e das territorialidades internas se adequam às exigências do mercado externo. A construção da imagem transversal nas ações estatais atua como um outro vetor da relação do país com o externo. Esta reflexão, que também é considerada na “Condição pós-moderna” (1992), a compreensão do espaço como “acumulação flexível” para superar a rigidez da indústria e mobilização de massa vai depender desses “giros de bens físicos” para o “fornecimento de serviços”.

O turismo depende de alguns elementos como transporte e alimentação, e, a venda da imagem do lugar, no tempo e espaço, depende das especificidades do lugar e reconstrói a identidade para agentes externos que carregam outros hábitos de consumo, uma vez que estes precisam ter condições semelhantes ao seu lugar de origem. Apresenta-se a seguir um diagrama que resume as atividades estatais do país mediante a sua legislação e atividades institucionais vinculadas entre si, ou melhor, de forma mais resumida, a forma institucionalizada do setor de turismo no Peru.

Diagrama 3. Institucionalização do Setor Turismo no Peru.



Fonte: Elaboração própria. Informações obtidas no Pentur 2016.

No diagrama, os objetivos da institucionalização do setor de turismo segundo o Pentur (2016), são: o “Fomento da cultura turística”, “Fortalecimento da gestão para a segurança do turista”, “Fortalecimento da gestão pública”, “Fortalecimento da articulação público-privada” e “Consolidação na gestão de destinos”. Estes objetivos por sua vez estão apoiados nos procedimentos das unidades executoras das estratégias de gestão do setor turismo sob o Mincetur. Desse modo, a conjunção entre o uso de recursos ancestrais ou recursos arqueológicos para o turismo, vincula a uma série de unidades executoras que compreendem o reconhecimento do recurso, o planejamento do território, a promoção turística do recurso e a coleta de dados e cálculo da demanda.

As unidades executoras dos procedimentos relacionados ao patrimônio cultural imóvel se referem um vínculo direto e de fluxo com os objetivos propostos na institucionalidade do setor de turismo. Mesmo as atividades específicas das unidades se encontram dependentes de uma institucionalidade maior um ministério. No diagrama, Copesco e a CST, ainda que

tenham um vínculo internacional, como a Unesco e a OMT, respectivamente, mantêm uma relação que se protege sob a lei nacional de criação do Ministério.

Iná Elias de Castro, no seu livro de Geografia e política: *Território, escalas de ação e instituições*, faz refletir “a política, no seu sentido institucional, porque invadiu as mais diferentes dimensões do mundo contemporâneo”, e também sobre “o problema das relações entre a política e o território, que são componentes essenciais do processo histórico de formação das sociedades” (2014, p. 21-15). Desse modo, diz Castro, é na “escala onde o fenômeno é moldado e onde ele pode ser explicado”, que se confere a problematização do fenômeno. Até porque, no turismo as relações das estruturas sociais para seu funcionamento estão sob a escala nacional, em que o passado político e a organização social conformam a simbiose que moldam condições determinadas para o desenvolvimento dos fenômenos (CASTRO, 2014, p. 26, apud, AGNEW, 2002).

Neste caso, a institucionalização do setor de turismo não pode estar conformada unicamente por elementos distribuídos num território, como paisagens, monumentos ou costumes da maneira como nos são mostrados. Assim voltamos à afirmação de que o espaço compreende as funções dadas pela sociedade e também pelas instituições estatais em determinados momentos históricos. O processo institucional e o econômico tratam de processos produtivos (produção, circulação e consumo). No turismo este processo se dá pelo jogo de fatores que transformam o espaço em representações e também de mudanças desse espaço para produção de imagem mistificada, onde os recursos patrimoniais imóveis são os atrativos.

Por isso, os territórios que contêm “patrimônio” relacionado com a sua definição, é também um espaço de tensões e negociações, principalmente os espaços de representatividade simbólica cotidiana, como Bagua, ou Acre ou mesmo Machu Picchu. De modo que, em um território específico que contém declarado um patrimônio arqueológico é atravessada por ações de três agentes representados: o privado, o Estado, e também por outros atores sociais, em interação contraditória da utilização desses espaços em certos períodos seja para sua revalorização ou promoção turística (GARCIA CANCLINI, 1999, p. 19).

Nessa perspectiva do autor, aparecem novos paradigmas sobre a valorização dos espaços e a utilização do patrimônio, entre a sua relevância histórica e a institucionalização de setor turismo. O espaço lida na sua (1) “Consideração substancialista” que mantêm essências e símbolos que não devem ser alterados, e (2) “concepção mercantilista”, cuja valorização econômica ocorre em torno do setor de turismo e também ao setor imobiliário no que se refere à infraestrutura de acesso e hospedagem do turista. O substancial e o mercantilista, então se conjugam no território como uma área de disputa na condição de “bens reunidos” e “locais preservados” para “adesão de todos”, “que pareça de todos” e “estar disponíveis para todos”.

Embora eles possuam ambivalência simbólica e material, servem para unificar a “nação” (POULOT, 2009), e justificam o “investimento” nos espaços que contêm valor simbólico. Surgem os espaços de luta e que Garcia Canclini (1999) refere, como aquele que “vem dando, ainda com pouca participação política até recentemente” no âmbito de patrimônio e de turismo. Pois, a (3) “concepção conservacionista e monumentalista” de espaços que exaltam nacionalidade e ignoram problemas contextuais desse mesmo espaço, e (4) “participacionista” que concebe a preservação com as necessidades globais da sociedade; são fundamentais para tentar responder realmente qual é a verdadeira utilização dada aos espaços que contêm patrimônio.

Recalha esta perspectiva que a função do Estado é a de fiador e responsável da ordem territorial, porque “são os governos que lidam com estes espaços que afetam os territórios, revelam conflitos de interesses”, e ao mesmo tempo atua de conciliador de conflitos entre a concepção de conservação e de participação das populações que convivem nesse território. É

justamente a ação do Estado mediante a institucionalidade do setor de turismo, porque a produção de imagem do território que se baseia na procura de uma demanda de visitantes, gera o interesse de colocar outros recursos para sua valorização. Estes procedimentos entram em divergência de interesses com as populações locais, pois o processo de reconhecimento institucional e a promoção turística dos bens patrimoniais, vai interferir nas relações sociais cotidianas, não porque as relações sejam estáticas, mas porque serão transformadas na medida que o seu valor de uso passa a significar valor de troca.

2.3. Fricções com as políticas de turismo

Em outubro de 2015, na região de Cusco, ocorreram manifestações contra o Decreto Legislativo N° 1198, decreto este que dava brecha para a administração do patrimônio sob empresas privadas e públicas num período de dez anos. O decreto N° 1198 (ANEXO C), foi publicado no Diário Oficial *El Peruano* no 22 de setembro, baseado no artigo V e VI da Lei do Patrimônio – N° 28296, pois o dever de Estado como único proprietário de qualquer imóvel dentro do território com caráter pré-hispânico é cuidar da administração deste imóvel, e, ainda, o Estado tem o dever de promover a participação privada na “conservação, restauração, exibição e difusão dos bens integrantes do Patrimônio Cultural da Nação”. O decreto previa a modificação da administração exclusiva do Estado a ser outorgada a empresas para uso turístico. O Decreto Legislativo foi revogado para todos os departamentos, dias após debates sobre a possibilidade de se excluir o departamento de Cusco.

Em uma discussão mais ampla, o Patrimônio Cultural e a obtenção de recursos para sua conservação, mediante o turismo neste processo, iniciou-se com a tentativa de delegar a função única do Estado às empresas. Temos sido espectadores de inúmeras mobilizações contra os processos extrativistas de recursos minerais e de afirmação das identidades dos povos. Quanto ao uso do território que contém esses recursos, que historicamente foram de forma incipiente parte da economia primária dos países da região, o papel do Estado foi influente na concessão por décadas e na privatização desses territórios.

Os fatos da Guerra da Água e da Guerra do Gás na Bolívia, o movimento dos Seringueiros no Brasil, as mobilizações em Bagua; “eles não queriam só os recursos ou o pedaço da terra, o que eles pleiteavam é o sentido dessa marca que esses recursos significam no cotidiano das populações”; (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 157). Nesse sentido, o olhar aos ativos patrimoniais culturais e a luta constante dessas marcas de identidade que carregam os ícones de memória desses territórios vêm sendo utilizadas para o turismo com as possibilidades de serem arranjados administrativos por empresas.

As concessões e privatizações dos “comuns” já vem acontecendo a partir do turismo para lugares específicos. Daí, que “a privatização, é o braço da acumulação por espoliação”. Isto é, um processo mediante o qual acontece “a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas”, “são recursos confiados ao Estado pelas pessoas as quais ele representa (...) apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão barbara numa escala sem paralelo na história”, em Harvey (*apud*. ROY, 2014, p. 133)

Cabe destacar, que no Peru não existem organizações de caráter étnico. Podemos destacar talvez a Coordenadora Nacional de Comunidades Afetadas pela Mineração (CONACAMI), fundada em 1999, “como defesa as comunidades campesinas abatidas pelas empresas mineiras”. Rodrigo Montoya Rojas (2006), assinala que a CONACAMI tem ampliado seu espaço de ação aos da cultura, língua e identidade. Porém, observando num processo histórico mais amplo, no país, não existe um movimento político indígena. Dentre os argumentos de Montoya, a ausência de intelectuais indígenas, a diversidade de povos quéchua, a dispersão geográfica, ausência de burguesia indígena, a massiva migração andina

sobre Lima na costa e outros processos exclusivos como o governo de Velasco Alvarado (1968-1975), a presença do Sendero Luminoso, violência política (1980-2000) e os governos anti-indigenistas de Fujimori e Toledo, tudo isso, contribui para essa não formação da autonomia indígena no País.

Cusco tem sido cenário de luta pelo Patrimônio Cultural com manifestações populares. Em fevereiro de 2008, a bandeira de luta era a mesma que a de 2015: *O patrimônio, se defende! Ele não é uma mercadoria! Nossa identidade cultural não é uma mercadoria!* O motivo era o mesmo exposto em 2015, as mobilizações eram contra a privatização de áreas adjacentes aos patrimônios culturais. Os possíveis impactos ao Patrimônio Cultural, em 2004 foram também mobilização de *salvemos Machu Picchu!* Onde se era contra a construção de um teleférico até a cidadela. Outras mobilizações de convivência com as populações do entorno do patrimônio cultural e impacto turístico têm sido frequente. A mais recente foi em Aguas Calientes ou Machu Picchu Pueblo³⁰. A greve começou em novembro 2016, às vésperas da reunião do APEC, em Lima.

O motivo da greve indefinida eram os abusos cometidos pela empresa ferroviária *Perú Rail* contra a população, eles pediam a revisão do contrato de concessão que mantêm presença desde 1999 (contrato que vai até 2029, 30 anos), no traslado de Turistas até Aguas Calientes e não mudaram nada em 2009 com a abertura de outras empresas fazerem a rota. A empresa encarregada além de transportar turistas até a cidade mais próxima de Machu Picchu também deve proporcionar o “trem social”, que transporta a população local e também nacional a preço diferenciado, a qual não tem sido revisada a qualidade do serviço e o contrato não é transparente e vem se prorrogando se consulta popular prévia.

A forma territorial, no turismo chama a atenção para o significado das relações tecidas com empresas transnacionais nos lugares subalternos, e as territorialidades com valores emancipatórios que podem ser encontrados. As mobilizações em Aguas Calientes, eram intituladas nas manchetes dos jornais como: “aqueles greves que atrapalham o desenvolvimento do país, e lhe dão imagem negativa enquanto acontece um evento importante como a APEC”. Muitas reservas e pacotes de viagem foram suspensos ou cancelados. Este momento pode ser interpretado como um processo de decadência na “utilização do fator espaço turístico e uso intensivo de áreas que põe em perigo a estabilidade dos ecossistemas nos que se localizam tais desenvolvimentos” (CUAMEA V., 1989, p. 37), que converge com o “custo necessário de uma ruptura bem-sucedida rumo ao desenvolvimento capitalista com o forte apoio dos poderes do Estado” (HARVEY, 2014, p. 128).

Deste modo os processos de constituição de normas socialmente construídas para o controle de interesses, e de conflito têm sido uma condição no turismo receptivo num cenário que sempre foi dos diferentes, que não tem a ideia de nação coletiva. Onde “a política como a ação das instituições públicas é social e territorialmente abrangente, enquanto a ação de qualquer outro ator social é restrita, ou seja, afeta apenas áreas e grupos diretamente vinculados” (CASTRO, 2014, p. 49-52). A autora complementa que,

Na realidade, o aparato institucional de Estado ainda não deixa de ser capaz de engendrar ações que afetam profundamente o espaço, para dentro e para fora dos seus limites territoriais. O que cabe indagar é, por tanto, de que modo o espaço organizado por outros atores define as condições para aquelas ações (CASTRO, 2014, p. 78)

³⁰ Povoado mais próximo ao acesso do Parque Machu Picchu. Localizado aproximadamente a 9 quilômetros. Nele está localizada a estação do trem que atua como transporte principal de turistas desde a cidade de Cusco ou de Ollantaytambo.

Nessa mesma lógica, na configuração geográfica e a política empresarial que promove e implanta o turismo, é o Estado quem garante do seu funcionamento de espera de divisas. O espaço organizado pelos outros atores neste setor de turismo, tem tido sua forma de resistência pelos residentes criando Turismo Comunitário (CORIOLANO, 2006, p. 367). Porém, a questão indígena é indissociável do território andino, uma vez que toda sociedade constitui o seu espaço, “porque é constituído por homens e mulheres de carne e osso que na sua materialidade corporal” e o Patrimônio Cultural conforma o seu território, assim como os recursos da natureza e o entorno geográfico, como elementos materiais e simbólicos. Porto-Gonçalves afirma que:

Sociedade e território, vê-se são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território. Ao contrário do pensamento disjuntivo que opera por dicotomias, como quer fazer crer o ainda hegemônico pensamento eurocêntrico moderno, não temos primeiro a sociedade (ou o espaço) e depois o espaço (ou a sociedade) – sociedade e espaço. **Na verdade, sociedade é espaço, antes de tudo, porque é constituído por homens e mulheres de carne e osso, que na sua materialidade corporal não podem prescindir da água, da terra, do ar e do fogo.** O fato de que os homens e mulheres sejam seres que fazem História e Cultura, animais simbólicos que são, não os faz deixar de ser matéria viva. **Toda apropriação material é, ao mesmo tempo, e não antes ou depois, simbólica. Afinal, não nos apropriamos de nada que não faça sentido, que não tenha sign-ificado.** O conceito de território pensado para além dos dualismos nos obriga a abandonar um dos pilares do pensamento eurocêntrico que é a separação da sociedade e natureza. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 152)³¹

Nessa perspectiva de Porto-Gonçalves, da apropriação no que faz sentido, interpretamos que em um país como o Peru que contém a convivência da cosmovisão andina (homem-natureza) e os restos arqueológicos – denominado patrimônio cultural – estes assumem um significado na cotidianidade dentro do território. Significa que na lógica ocidental de separação da sociedade e a natureza, a territorialidade vai conformando novas matrizes para continuar existindo e resistindo a todas as formas espoliativas do território. Se chega a naturalizar o uso do território com bens específicos, dependendo da conjuntura, e também gera ações categóricas que dependem dessas mesmas conjunturas. Agora, o turismo de base comunitária, como uma forma de resistência a instalação de grandes capitais na infraestrutura é um termo que reflete uma articulação de relações sociais num espaço determinado. O turismo comunitário é uma estratégia de sobrevivência daqueles que estão em último lugar na escala produtiva do turismo (CORIOLANO, 2006, p. 374)

Consequentemente, a luta pela posse do território foi e tem sido uma questão central na história de todos os Estados modernos. O nacionalismo fundamenta a construção de um imaginário nacional e, nesse contexto, o território tornou-se um patrimônio que a nação deve preservar como herança para outras gerações. Nessa colocação de Iná de Castro, revela-se a persistência do debate de Estado-nação e a rigidez da sua natureza territorial numa ordem mundial globalizada. Pois, a compreensão da forma Estado-Nação moderno, passa por essa noção do Estado-Nação possuir base territorial institucionalizada e isto não pode ser ignorado (CASTRO, 2014, p. 47).

Assim, os territórios comunais têm sido vetados até 2011, “por conta de que poderiam atrapalhar investimento”. Este veto carregava um antecedente violento de 2009 (massacre de Bagua, teve 34 mortes). Em Bagua, o motivo do conflito foi a presença de uma empresa madeireira no seu território sem consulta prévia. A lei de consulta prévia às comunidades

³¹

Destaque nosso.

indígenas, instituída só em 2011, está no Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENTUR), como uma forma de turismo nestes territórios com elementos culturais e de natureza para esta atividade, onde sujeito individual e também coletivo neste espaço específico andino na sua relação paisagem-habitat-território confronta a questão de que se perca a sua naturalidade num marco de política estatal no setor.

Diante do PENTUR e do Plano Estratégico Regional de Turismo (PERTUR), se projeta uma possível coerência estruturada entre o espaço e o capital. Uma espécie de projeção de políticas voltadas para as comunidades campesinas e indígenas com a alternativa de utilização de seu território para o turismo comunitário, turismo rural ou ecoturismo. É uma forma diferente de organizar o território, que não infere a uma ‘constância ou criação das culturas e de consciência nacional’. Ela acontece de maneira consultiva, e indiretamente, regulam a circulação do capital, a organização social e os padrões de vida.

No PENTUR, em um de seus indicadores do pilar na Institucionalidade do setor de Turismo³² (ANEXO D), é considerado no âmbito do turismo a discussão com a Prevenção da Exploração Sexual das crianças e Adolescentes – ESNNA. Ações de promoção da cultura turística nos locais, planos de gestão de risco implementadas pelos destinos turísticos e em conjunto com as escadas de governos regionais e também de municípios, são considerações maiores, na qual a sociedade local pode se sujeitar enquanto aos mecanismos estatais em favor de proteção dos recursos materiais, como o caso do arqueológico e sobretudo da sua integridade enquanto agentes que atuam e convivem no mesmo lugar que os turistas.

Tanto o Pentur a nível nacional e o Pertur em uma função mais regional, atuam em conjunto com a finalidade de canalizar objetivos comuns ao setor e as esferas administrativas de governos. Esses dois são mais relacionados com a gestão da atividade turística no país, porque “o recurso turístico por si não garante a atividade turística nem a sua sustentabilidade”. Por isso, “antes de começar a promoção desse recurso é preciso trabalhar vários aspectos”, e “a estratégia dessa gestão é a de coordenar de maneira articulada com os governos subnacionais, assim como com os setores vinculados aos ministérios”³³.

Por outro lado, o termo índio foi substituído pela palavra “campesino” no governo de Velasco Alvarado, e o fato de guerra interna com Sendero e de violência com o governo de Fujimori define o espaço andino central como aquele que não é substância histórica, que é sempre inventado e, como tal, realiza concretamente os sujeitos históricos que o instituíram. Há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes, o que quer dizer que uma releitura do espaço ao turismo é fundamental enquanto a transfiguração interna dos territórios mediante políticas sobre suas singularidades porque é indissociável separação do termo território e sociedade.

É talvez esse conflito, no processo dessa política do Estado e movimentos moleculares, aos que Harvey refere como elementos esquemáticos da dialética no espaço e no tempo. Alguns preferem a presença do Estado para regular esta dinâmica, já que sem Estado o capital encontra maiores riscos, e outros atores “criam suas próprias redes e estruturas de operação no espaço de inúmeras maneiras seja étnica ou cultural ou de direitos comuns da humanidade”, como formas de produzir atividades independentes.

É que naquele circuito de cenário político verticalizado de cima para baixo, e de baixo para cima conferem efeitos identificáveis não distintos na atividade da utilização do território

³² São quatro pilares estratégicos que o compõem os indicadores desse Plano: a Diversificação e consolidação de mercados, a Diversificação e consolidação da oferta, a Facilitação Turística, e a Institucionalidade do setor. Dados obtidos do Mincetur mediante a solicitude no marco da Lei N° 27806 – Lei de Transparência e acesso a informação Pública.

³³ Trechos traduzidos da carta N° 286-2016- Mincetur, obtida mediante solicitude a Lei N° 27806 – Lei de Transparência e acesso a informação Pública.

que contêm patrimônio cultural para o turismo. As instituições políticas são apoiadas por normas como formas de regulação da instância de vida social, e as forças instituintes ou essa massificação da política pelas populações dentre as populações andinas centrais derivada de demandas no limite do território legitimamente definido, podendo estender a escala do local ao global (CASTRO, 2014, P. 93)

Voltamos assim, a tônica que a expansão do capital se dá no âmbito de expansão geográfica e esta envolve investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longa duração. As formas pelas quais o Estado peruano tem reagido ao problema de identidade nacional e também às crises econômicas e de adaptação ao Estado neoliberal, tem oportunizado o turismo como qualquer outra atividade capitalista com práticas políticas e de resistências dos campesinos nos andes centrais. Ou seja, é necessário rever o cotidiano dos lugares. Lugares nos quais a política está como estratégia de negociação e que estão em constante debate pelo qual possam articular e guiar as leis de administração das instituições pois assim é que pode se identificar as consequências para o espaço.

As fricções, então no sentido de atuação do Estado no âmbito de uso do patrimônio cultural estão relacionadas também ao uso do território que contém esse patrimônio. É uma dicotomia aparente, quando comunidades indígenas como os Kaisaras no Brasil ou os Quilombolas, ou no mesmo Peru as comunidades indígenas aderem ao serviço de turismo. Elas que trabalham criativamente para sobreviver e isso se torna uma estratégia em meio de impactos constantes provocados pelo capital de mercantilizar os recursos e de tendência europeia.

Nesse sentido, assumimos as palavras de Porto-Gonçalves: “Compreendi, assim, que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram rationalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras epistémes” (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 157). Além, mobilizações ao respeito do patrimônio cultural e o turismo, engendram novas relações em diferentes escalas e se ensejam na ordem geopolítica também.

Contudo, para designar o papel principal de consenso de ação política, papel este contextualizado na utilização dos recursos do espaço físico e simbólico, tendo em vista a utilização dos espaços por parte da população em sua vida cotidiana, e suas adaptações ambiente de natureza e diferentes tipos de organização social, por essa razão que os primeiros indígenas foram classificados como pré-colombianos logo “coloniais” e de “capitalismo moderno”. São eles que aprovam e incentivam a “utilização” do espaço para o turismo, assumem oportunidades de discussão sobre a implementação de projetos de infraestrutura no território. Em ambas as posições e organismos que promovem a “representação coletiva do passado” [Decreto nº 1198]. Assim como forma “legitima do Estado” promovidas por relações de “menor escala”, envolvem os sujeitos que transitam diariamente no território.

Considerações Preliminares

Neste segundo capítulo do trabalho, a fim de projetar a discussão teórica de território e turismo aos espaços com singularidades transformados em atrativos turísticos temos tentado trazer a uma dimensão do Peru. De maneira geral foi delineado o panorama político peruano resgatando alguns momentos históricos trazidos pelos autores referenciados, não para construir uma história social ou política toda do Peru, e sim, a partir **da perspectiva da utilização de seus recursos específicos que remetem a herança colonial**, a falta de articulação territorial e as suas diferentes formas de organização social. **Portanto, não é simples concluir que o patrimônio cultural do país é uma espécie de novo recurso de**

exportação. Seu processo histórico, e uso de seus recursos ‘naturais’ dentro de seu território normativo atende então a uma retrospectiva de decisões políticas governamentais.

É discutível até que ponto os recursos arqueológicos entram neste debate de invenção de tradições, pois derivam de uma análise de reivindicação de identidades e ao mesmo tempo relacionam-se a uma espécie de emancipação social do reconhecimento dos monumentos específicos. Ao mesmo tempo, a partir do aspecto de política nacional nesses espaços com bem arqueológico, expõe-se uma diferenciação de espoliação do território e, mediante a ação do Estado (determinação territorial e administrativas), o capitalismo se apropria dessa forma particular de uso do território mediante a instalação de empresas transnacionais no lugar. A funcionalidade do território para o turismo, compreende as transversalidades das políticas estatais, na visão de "organização espacial" em sua complexidade de "produção do espaço" a partir da "penetração das relações sociais e arranjos institucionais". Estende a discussão sobre a importância do espaço como "acumulação flexível" em superar a "rigidez da indústria" e "mobilização de massa", com consequências de "giro de bens físicos" da indústria ao "fornecimento de serviços" como feito fenômeno no sentido da produção, como acontece com o "turismo de massa" com a venda de imagem do lugar, que têm consequências culturais no tempo e espaço.

Assim, quando falarmos de atuação estatal e o uso do território e do patrimônio material para o turismo, trata-se de uma conjunção de elementos que atende a uma imagem projetada de cenário que mediante mecanismos de gestão é lançado o legado ancestral herdado, pois em uma correlação entre a valorização do patrimônio e a promoção turística, aparecem como dicotômicas quando se refere a relação território e sociedade. Porque a imagem de país onde se desenvolveram civilidades e onde tem se declarado numerosos ícones materiais imóveis, se sustentam numa série de decisões políticas voltadas em um interesse econômico, que propriamente a da identidade de país. Mas também reflete na condição de produções iconográficas e de discurso, na construção do oriente desde oeste, e que mesmo essa promoção turística dos recursos ‘do passado andino’ (como primitivo) podem estar influenciados por esse pensamento.

Uma série de mecanismos institucionais são os responsáveis no processo de revalorização até a ação turística. Identificamos instituições articuladas a organismos internacionais como o Plano Copesco vinculada a Unesco, e a CST vinculada a OMT. **Isto é, a identificação dos recursos arqueológicos (assumidos aqui como bens territoriais), e o estudo de demanda que requer esses bens como recursos são parte de um circuito para a construção de imagens dos lugares que são ofertados para o turismo. Além disso, uma série de mecanismos internos são acionados para a gestão desse bem patrimonial com a intenção de que se torne um destino turístico.** Temos visto que o caráter institucional corresponde a uma forma de noção mercantilista desses destinos turísticos projetados como culturais, e de maneira mais recente tem trazido reflexões sobre as possibilidades de utilização desses mesmo bens, onde o território insiste em se identificar.

Os planos em níveis nacional, departamental e local, trazem consigo, a partir do nosso ponto de vista, uma relação contraditória. Seja porque servem para a articulação de objetivos escalares enquanto a administração vertical dos recursos e adequações internas para o funcionamento do setor de turismo, ou mesmo quando mediante esses planos a ideia de identidade adscrito ao bem patrimonial não necessariamente constitui um exercício do popular. Nota-se, que as mobilizações principalmente as campesinas e indígenas, **não só reivindicam os recursos ou a terra, como também elas reivindicam o simbólico das relações sociais que se constrói em torno desse território que contém um patrimônio.**

Concluímos, que o termo território está vinculado a uma série de decisões políticas que no setor turismo, o procedimento de reconhecimento dos bens patrimoniais e a sua

promoção, é dada a partir da significação econômica na arrecadação de divisas. É outro setor que garante a dinâmica capitalista e desde onde se podem projetar certas estabilidades para condições de negócios. Porém, a sociedade e o território, que são indissociáveis, também tendem a projetar formas alternativas de uso desses recursos territoriais, como Turismo Rural Comunitário, Ecoturismo, e outros mecanismos institucionais nas diferentes escalas favoráveis a essa forma moderna de consumo do território.

CAPITULO III

DESCRÍÇÃO DAS RUÍNAS E DO TERRITÓRIO PARA O ESTUDO DE CASO

Este capítulo tem como objetivo principal aproximar o objeto e o território específico o qual é abordado no trabalho como um todo. Na tentativa de apresentar Choquequirao, e San Pedro de Cachora como um dos principais povoados pelos que transitam os turistas e visitantes para chegar até as ruínas. Mostra-se a localização geográfica de Choquequirao e San Pedro de Cachora no Anexo E. Choquequirao, pensado como um espaço político e como recurso simbólico metodológico pretende identificar condições que o diferenciam de outros espaços, o que é necessário na medida de qualificá-lo como político no sentido de perspectiva territorial, onde os fenômenos políticos e o conjunto está estruturado de noções que indicam um espaço de ação ou de extensão do fenômeno de turismo, e um processo que o caracteriza na área de ação estatal enquanto o reaproveitamento do recurso arqueológico.

Algumas famílias de San Pedro de Cachora³⁴ e de Huanipaca³⁵, pertencentes ao departamento de Apurímac, têm aderido incondicionalmente ao serviço de turismo, de modo que a colocação na dinâmica do turismo no território tem se dado mediante a contraprestação do serviço de arrieraje³⁶. **É em San Pedro de Cachora que se mostra maior ênfase nesta atividade de arrieraje desde a década de oitenta.** Se deve observar este período porque a serranía peruana começava a vivenciar um tempo de violência, e, na década seguinte o processo de estabilidade acondicionava a uma nova forma de estado neoliberal no país. Entende-se nesta parte do trabalho, as reflexões dos dois capítulos anteriores como o marco histórico que não se separa de uma realidade mundializada a uma concreta.

Embora, seja radical determinar que há a extração do que há de mais valor no patrimônio arqueológico e o território, é relevante referir nisto as resistências e adaptabilidades das populações onde o capitalismo usufrui dos recursos, e aos que a população procura usar de distintas maneiras para subsistir. Não se pode deixar de considerar a estas populações como àquelas pertencentes a espaços periféricos do capitalismo, nos que os campesinos e indígenas resistem a novas formas que o capital utiliza o seu território. Resistências que acontecem na procura das alternativas que sugerem subsistência das famílias de San Pedro de Cachora.

³⁴ Seu nome composto é San Pedro de Cachora. Segundo as informações dadas pela população, o nome deste distrito provém da palavra quíchua "Hachulla", que significa forragem que pode referenciar a vegetação do lugar. Outros, argumentam que vem da palavra "Achora" que tem a ver com a beleza da paisagem e a harmonia dos elementos de um vale entre as montanhas. Na atualidade, compreende na sua condição de distrito ou unidade de administração política da Região Apurímac, com aproximadamente acima de 3 mil habitantes e quatro localidades no entorno do centro do distrito.

³⁵ A origem do nome provém de uma lenda de um 'inca que morava em Choquequirao' que teve que fugir e parou nesse lugar. Daí, que o nome possivelmente refere a esconderijo do inca. Atualmente é distrito da Região Apurímac, que aproximadamente tem 5400 habitantes incluindo as localidades do entorno que são cinco comunidades e 36 setores.

³⁶ Esta atividade se relaciona ao aluguel de mulas e guiado de visitantes ao Parque. É uma atividade que tem organizado especialmente a população de San Pedro de Cachora. Ainda que não seja uma atividade correlacionada a determinação do Parque como Patrimônio Cultural, as populações tem tentando se organizar em atividades mais relacionados (arrieros, guias e chef), desde muito antes.

Temos visto então, em um primeiro momento o recorte territorial dado enquanto reflexão histórica de totalidade para analisar múltiplos aspectos que relacionam “as ideias e as coisas”, ao mesmo tempo que se “compreende o universal e também o particular”, Lefebvre (1999). **Estudamos aqui com olhar a um lugar específico no qual o turismo com processos aparentemente banais atua sob um discurso nacional de identidade e de desenvolvimento.** Embora, tenhamos resgatado a afirmação de Woog (1989), de que o turismo “não é uma ciência e provavelmente nunca o será”, **mas são os fatos turísticos os que fundamentam sua epistemologia.** As explicações apoiadas na sociologia e na política, ou mesmo econômica ou antropológica, funcionam como campos de validação de conhecimento e dão enfoques diversos e condições formais que corroboram experiências, entre o sujeito e o objeto, e criam a partir daí um campo multidisciplinar para interpretar o fenômeno de turismo.

Assim, para que os marcos teóricos aqui empregados para a argumentação possam ter aparência ao caso em concreto, ou seja, reproduzi-los enquanto as funções e relações entre escalas que contraem a importância de turismo como setor econômico, a ação política em tempos de crise, e as estratégias de localização periférica para terceiro setor explicitamente no Peru, abrem-se várias contradições quando se trata de turismo e política. Seu processo histórico de país e de processo colonial, tem sido necessária para um reconhecimento ao objeto que protagoniza esta pesquisa. Este capítulo, trata de delinear as relações internacionais com o turismo local no “interdisciplinar” que abre a “possibilidade do específico” para a compreensão do “mundo”, porque não se pode dar a representação absoluta do mundo que se contempla, mas sim a de “especificar e situar os conhecimentos devidos a pesquisa e acumulação de dados”, como parte da definição da etnografia de James Clifford (1986).

Choquequirao, definido como potencialmente turística, e a necessidade de privilegiar sua publicidade para investimentos é uma premissa a compreensão desse território geográfico que contem outro território de dinâmicas adaptadas ao lugar. Vamos falar mais especificamente desta cidadela Inca em questão, a seus motivos de grande valor para promovê-lo, e do distrito de San Pedro de Cachora onde o turismo faz parte de uma atividade doméstica como resposta a frequência de turistas na rota.

3.1 - ‘Choquequirao’, Significado e Localização

Choquequirao significa *Berço de Oro*, cujo nome provém da língua quêchua³⁷. Este lugar faz parte do conjunto de monumentos históricos arqueológicos no território peruano que representa materialmente a memória da civilização incaica que se desenvolveu nos andes no período compreendido entre o fim do século XIV e início do século XVI. Ele faz parte da Região que abarca em seu território, valiosos conjuntos arqueológicos além de Machu Picchu. Para alguns a sua particular arquitetura e sobretudo a consideração de similares componentes de localização geográfica a Machu Picchu, tem contribuído a denominá-lo “o segundo Machu Picchu” ou a “irmã gêmea de Machu Picchu”.

A perspectiva paisagística de Choquequirao é muito parecida a de Machu Picchu. Ambos estão localizados no alto de um grande rio, o Urubamba no caso de Machu Picchu e o Apurímac em caso de Choquequirao. Por muitos, é considerado o “último refúgio inca”,

³⁷ O quêchua é a língua falada na Região andina. Segundo alguns estimativos nos países de América do Sul, existem entre sete e oito milhões de pessoas que falam a língua. No Peru, é considerada a segunda língua oficial do país. No Equador, denominado quíchua ou quichwa é também considerado a segunda língua oficial depois do castelhano. O quêchua na Bolívia é considerado como a terceira língua mais falada depois do Castelhano e o Aimara. Esta relevância linguística e geográfica se deve a presença do império incaico ou *Tahuantinsuyo*, que se estendia pelo território andino central durante o século XIV e XVI.

porque teria sido edificada no período de Túpac Inca Yupanqui ou talvez de Huayna Cápac, entre 1471 e 1493 até 1527, e também um “centro urbano inconcluso, parte de um projeto que ficou sem acabar” (LUMBRERAS, 2003, p. 28). Uma cidade inca difundida oficialmente em 1909 por Hiram Bingham, dois anos antes que Machu Picchu fosse descoberta, no marco das expedições pela procura da “Cidade Perdida dos Incas”³⁸.

Tem se feito descrições sobre o lugar em perspectivas de santuário e de seus elementos do entorno. Consequentemente as suposições do seu desenho arquitetônico abrange uma diversidade de funções: para uns, foi uma espécie de “culto aos ancestrais”, e para outros, um “reflexo da mesma organização da sociedade inca”. Tem sido definido treze setores no “casco urbano” das ruínas³⁹, todos eles apresentam desenhos das estruturas segundo a organização social incaica, e a sua cosmovisão esquematizando o *Hanan* ou superior, e o *Hurin* ou inferior (LECOQ, 2006, p. 80).

Hanan e Hurin, representam de maneira assimétrica e hierarquizada a função e significado das estruturas, os de cima e os de baixo, entanto a classificação social correlacionada a divindade ao *Sol*. “Choquequirao é uma *llacta* na Amazônia andina, uma mostra da complexidade, desenvolvimento e progresso da cultura Cusco do século XV, e uma lembrança de nosso grande legado, uma cultura viva em nossos espíritos, em nossa natureza” (ECHEVARRIA, VALENCIA, 2016, p. 37). Apresenta-se na parte inferior a foto tirada desde um dos ângulos mais difundidos de lugar.

³⁸ Chamou-se assim a expedição no sul da América Hispânica, pelo Arqueólogo norteamericano Hiram Binhgam. Foi a expedição entre 1906 e 1911, auspiciada pela Universidade de Yale e pela National Geographic Society.

³⁹ O complexo arqueológico está compreendido por treze sectores: Hanan, Olcas, Plaza principal - Talleres, Templo Hurin, Usnhu, Moradia para Sacerdotes, Andenes de Cultivo, Andenes das Lhamas, Pikiwasi, Paraqtepata, Phaqchayoq, Pinchaunuyoq e Pajonal. Cada um denominado de acordo as suas características arquitetônicas e de restos encontrados em cada setor.

Foto 1. Vista à praça principal de Choquequirao e setores.



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., outubro 2014.

Para esta cidadela inca, assim como Machu Picchu têm surgido suposições históricas de ter sido um centro religioso ou militar. Nas descrições diversas por aventureiros e pesquisadores ao monumento e também afirmações da população mais próxima, se trataria da última fortaleza e resistência dos incas, após o período da colonização espanhola na América. Pesquisadores e viajantes, nacionais e internacionais, atraídos pelas lendas de tesouros ocultos – relativos ao nome de denominação do lugar, conformam uma cronologia de explorações ao lugar desde inícios do século XVIII.

Segundo Lumbrales (2003, p. 34-36), entre os exploradores estariam: Juan Arias Diaz Topete (1710), Cosme Bueno (1768), Pablo José Oricain (1790), José María Tejada (1834), Léonce Angrand (1847), José B. Samanez Ocampo (1864), Emilio Colpaert (1865), Eugene de Sartiges (1834), Charlez Wiener (1880), **Hiram Bingham** e Clarence Hay (1909), Carlos A. Romero (1909), Justo Paliza Luna (1932), Cristian Bues (1936), Gustavo Alencastre e Fidel Ramos (1964), Gary Ziegler (1965), Fidel Ramos e Teodoro Portugal (1968), Lorenzo Huertas Vallejos (1973), Roberto Samanez e Julinho Zapata (1986), e Percy Paz e Eulogio Aucacondor (1993). Entre eles segundo Waisbard (1974, p. 22), a primeira expedição científica liga-se a Sartiges⁴⁰.

A Cidadela está situada no sul do Peru entre as regiões de Cusco e Apurímac a 3.104 m. s. n. m., pertence à jurisdição do distrito⁴¹ de *Santa Tereza*, província de La Convención no departamento de Cusco⁴². Sua localização dentre a cadeia montanhosa dos andes remete a

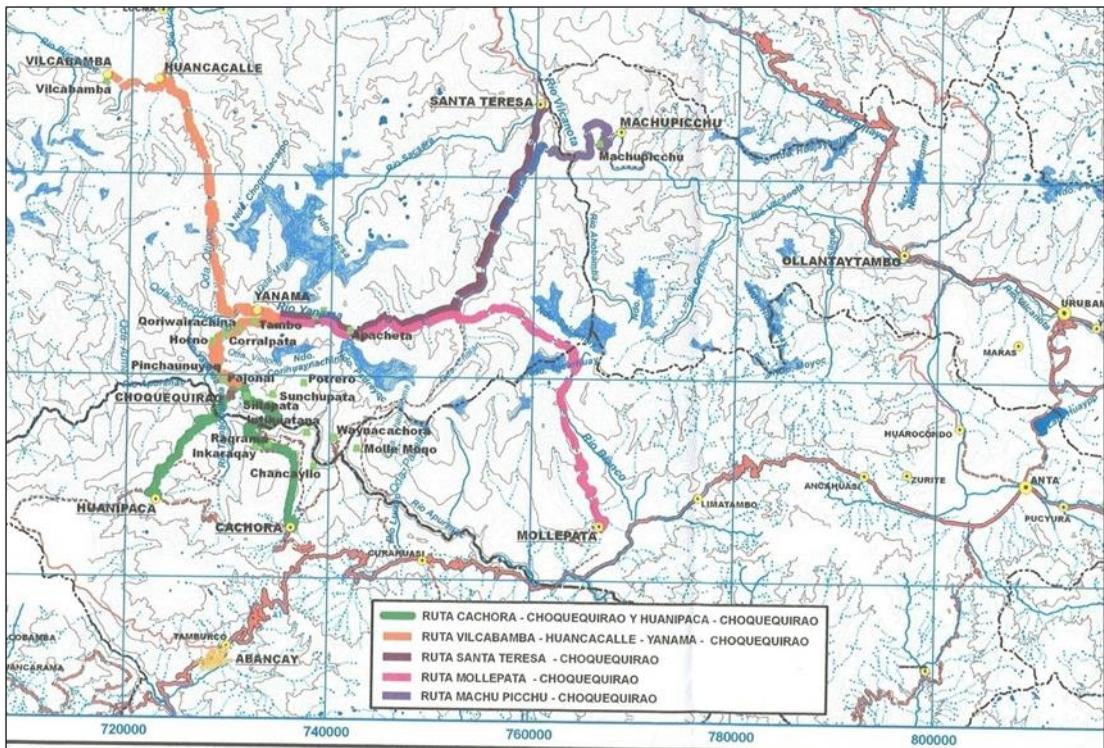
⁴⁰ Descreve de maneira detalhada a localização geográfica da ‘Fortaleza’, chamada assim por ele.

⁴¹ Unidade mínima de descentralização de administração política no Peru. A divisão administrativa no que concerne o país consiste em 24 departamentos e uma província constitucional (Callao), as províncias e os distritos.

⁴² Só no ano de 2015, mediante o ofício N° 147 do Conselho de Ministros – PCM, se determinou a jurisdição oficial de Choquequirao e de demarcação territorial entre províncias da mesma Região Cusco. A

uma posição perigosa ao lado de um dos desfiladeiros mais profundos do mundo, o que o faz o lugar como de difícil acesso e pouco explorado ao turismo comparado a Machu Picchu. “Ainda hoje é difícil chegar a Choquequirao, antes era muito mais, inclusive nos tempos que esteve em pleno funcionamento” (LUMBRERAS, 2006, p. 146). Para subir hoje ao lugar, a população e alguns projetos técnicos mencionam a possibilidade de acesso mediante seis rotas para conseguir chegar ao lugar, como se mostra no mapa a seguir.

Mapa 2. As seis rotas de acesso à Choquequirao.



Fonte: Projeto Especial Regional Plano Copesco, 2012, p. 60

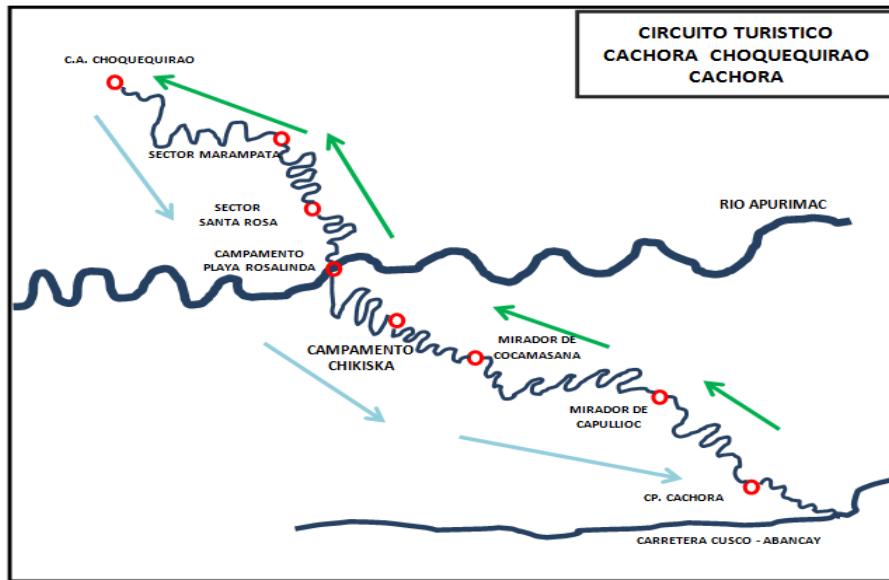
A rota Cachora – Choquequirao, e a Huanipaca – Choquequirao, indicadas no mapa, são acessos a pé desde o departamento de Apurímac, e as outras quatro rotas sendo do mesmo departamento Cusco, a qual pertence Choquequirao. As duas rotas a partir do departamento de Apurímac representam 32 e 17 quilômetros, respectivamente (traços da cor verde). Esses dois são atualmente os mais percorridos pela maioria dos turistas e visitantes, porque significam menor distância e tempo de deslocamento até as ruínas arqueológicas. O tempo previsto desde San Pedro de Cachora é de aproximadamente de dois dias ida e dois a volta; e, a partir de Huanipaca aproximadamente de dez horas ida e dez horas volta. Porém, entre estas duas, a rota a partir de Cachora é a mais transitada, a consequência de que o caminho se mantém em melhores condições e menos empinado no desfiladeiro do rio Apurímac, que a faz a rota mais segura de se andar.

O trajeto percorrido na rota de Cachora – Choquequirao, comprehende as paradas e miradores turísticos, como mostra a Figura 2. Esta rota é compreendida por alguns pontos considerados como pontos de parada ou lugares de descanso: Cachora – Capulyoc (Foto 2) – Cocamasana – Chiquiska (funciona como lugar de acampamento) – Playa Rosalina (Foto 3),

província de Anta e a província da La Convención reclamam a Choquequirao como ícone dentre de seu território administrativo. Porém ficou concluído que sua localização é imediatamente admitida a província de La Convención de distrito Santa Tereza.

também é um ponto de parada antes de atravessar o rio de Apurímac – Santa Rosa baixa – Santa Rosa Alta – Marampata (localidade de aproximadamente trinta famílias) – Choquequirao.

Figura 1. Rota principal de Acesso de San Pedro de Cachora-Choquequirao.



Fonte: Projeto especial regional plano Copesco. Estudo de pré - investimento do projeto. 2012.

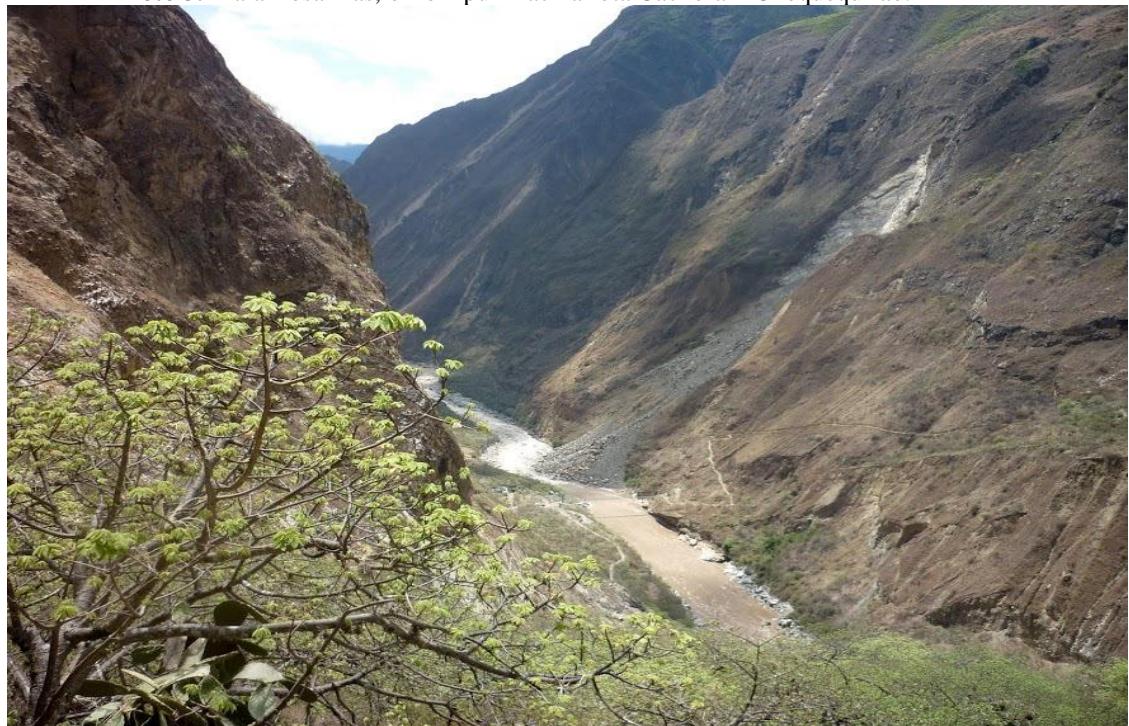
Foto 2. Capulyoc, parte do caminho na rota Cachora – Choquequirao



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., outubro 2014.

No ponto de parada que se mostra na Foto 2, é considerado referente do início da caminhada e ponto estratégico desde onde pode-se visualizar a descida ao desfiladeiro do Apurímac. Próximo até esse ponto existe uma estrada que reduz o trajeto em 2 horas saindo de San Pedro de Cachora. Na foto 3, mostra-se o desfiladeiro conformado pelo rio Apurímac. Para atravessar o Rio, e quando tem aumentado o caudal do rio a ‘oroya’ comumente chamada é atravessado por uma espécie de cesta cabeada.

Foto 3. Praia Rosalinas, o rio Apurímac na rota Cachora – Choquequirao.



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., outubro 2014.

É importante destacar esta rota até Choquequirao desde o departamento de Apurímac, não só pela frequência percorrida pelos turistas, e os serviços turísticos no entorno como também pelas iniciativas às alternativas de turismo, e atividades econômicas das famílias que têm se desenvolvido em função das dificuldades de acesso e a localização geográfica de Choquequirao. É importante fazer-lhe referência, até porque alguns autores consideram a San Pedro de Cachora como “o povo da redução de Choquequirao”. Na foto que segue, se mostra a guarita de entrada ao Parque Arqueológico de Choquequirao, aonde é cobrada o ingresso (Tarifa geral: aproximadamente 28 reais e estudantes 14 reais).

Foto 4. Guarita para o registro e entrada a Choquequirao desde San Pedro de Cachora (conhecido como Sunchupata)



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., outubro 2014.

Esta entrada é a mais frequente, do lado de San Pedro de Cachora (depois de percorrer a pé por dois dias). Atribui-se a frequência desta rota, que tem sido considerada nos livros dos que tentam correlacionar o surgimento de San Pedro de Cachora e Choquequirao, que a primeira seria uma redução da segunda. Esse processo teria acontecido durante o século XVI, e provavelmente Cachora teria sido criado na época do Virrey Garcia Hurtado de Mendoza, entre os anos de 1590 e 1596. Cachora, “não esquecerá Choquequirao e nasceu a lenda de que Choquequirao, localizado na cordilheira de Vilcabamba, é símbolo da resistência Inca frente aos espanhóis” (DUFFAIT, 2005). Então, olhar Choquequirao abre diversas frentes quanto ao processo histórico da civilização Inca e de sociedade peruana.

Assim, como outros recursos utilizados em determinados momentos de crise econômica, e de apogeu, Choquequirao e muitos outros restos arqueológicos pré-hispânicos são catalogados como recursos específicos do território, que no discurso político sua exploração ao turismo pode ser capaz de reduzir a pobreza dos territórios de localização geográfica, e seu entorno ser capaz de desenvolver-se. No plano de governo do Partido *Peruanos por el Cambio* (PPK), eleito por voto popular em 2016, as indústrias culturais que compreende todas aquelas formas que produzem e comercializam conteúdo imaterial e cultural como o patrimônio arquitetônico, “deve estar inserido como uma atividade socioeconômica, que no país tem importância singular a partir de 2002” e “que devemos reforçar sua competitividade”.

3.2 - As Lhamas do Sol, o motivo (s) para promover Choquequirao

Choquequirao e seus arredores, foi declarado Parque Arqueológico em 2003 com a Resolução Diretorial N° 050-2003-ED pela direção de Cultura de Cusco, cuja promulgação veio a ser aplicada em “virtude de conservar o cultural” e ‘constituído pela sua antiguidade e tenha valor arqueológico”, e a fortalecer a frequência de turistas (INC, INRENA, 2005, p. 28). No âmbito da Lei Geral do Patrimônio Cultural da Nação Lei N° 28296, onde consta em seu artigo IV: “Declare-se de interesse social e necessidade pública a identificação, registro, inventário, declaração, proteção, restauração, pesquisa, conservação, valorização e divulgação do patrimônio cultural da nação e sua restituição em casos pertinentes”. **Contextualiza o início da retomada do interesse pelo conjunto arqueológico, décadas após das intervenções com a limpeza parcial desde 1960 e, desde 1990 através de pesquisas exploratórias no lugar no marco do plano Copesco⁴³.**

Sobre Choquequirao, até muito recentemente sua carga simbólica não tinha sido objeto de estudo, proporcionada por sua representação dinâmica do espaço onde homens e mulheres atuam cotidianamente pela sua subsistência. E o que se conhece da sua história tem se baseado em estudos de pesquisa empírica do arqueológico, e especulações, lendas e mitos a sua associação ao incaico. Choquequirao, é associado ao “último refúgio Inca ou a capital de Manco Primeiro”, ao mesmo tempo o seu complexo sistema arquitetônico e decorativo, nas pesquisas arqueológicas não determinam na sua totalidade de que tenha sua relação cultural Inca. Também não tem estudos científicos que comprovem o contrário a essa intuição de relação cultural (ECHEVARRIA, 2008, p. 43).

Cabe mencionar também, a partir da leitura do prólogo do livro *Choquequirao: Um estudo arqueológico da sua arte figurativa* de Echevarría (2008), menciona o grandioso descobrimento das Lhamas em setembro de 2004 – relatório elaborado pelo arqueólogo Zenobio Valencia da Universidade de Santo Antônio de Abad⁴⁴. E que depois, o mesmo arqueólogo foi o diretor das escavações de pesquisas executadas para seu aprofundamento, em agosto de 2005, sob o ‘Projeto de Pesquisa Histórica Arqueológica Setor VIII, As Lhamas de Choquequirao’, no marco do Projeto de *Puesta en Valor* efetuados pelo Plano Copesco. Portanto, este descobrimento gerou desconfiança ao respeito da sua associação cultural.

“No obstante estos trabajos, aún entrada la primera década del siglo XXI no se habían cuestionado explícitamente los parámetros de comprensión del sitio (naturaleza, cultural y cronología), **hasta que en el año 2004 el Proyecto de Catastro y Delimitación del Parque Arqueológico de Choquequirao, auspiciado por COPESCO y aprobado por el INC (Instituto Nacional de Cultura / Hoy Ministerio de Cultura), condujo al hallazgo de los motivos figurados de llamas en los andenes del Sector VIII del monumento arqueológico, constituyendo el más formidable descubrimiento relacionado a la arqueología del Tahuantinsuyu en muchas décadas.** Este hallazgo permitió desarrollar nuevas investigaciones relacionadas, que incluyeron aspectos sustanciales sobre el

⁴³ A comissão Especial para Coordenar e Supervisar o Plano Turístico e Cultural Peru-Unesco, segundo na Lei 27790, se constitui uma unidade Executiva do Mincetur (<http://www.mincetur.gob.pe/newweb/Default.aspx?tabid=146>)

⁴⁴ O prólogo tem como propósito a de reafirmar a autoria do diretor e o grupo de pesquisa responsável das escavações, por conseguinte do descobrimento das Lhamas de Choquequirao. Esta menção se deve ao conflito jurídico pela autoria dos pesquisadores responsáveis (e equipes) que teria achado os desenhos. Sobre o caso, em setembro de 2009, foi feito o boletim de ocorrência sob a acusação de apropriação intelectual ilícita e apropriação de resultados das investigações do Setor VIII. A denúncia recaiu ao francês Patrice Lecoq, apontado como o responsável do descobrimento das *Lhamas* em publicações internacionais, e em Marcela Sepúlveda que publicou resultados em vários meios informações antes mesmo da publicação oficial e do tempo de sigilo das ponderações finais para os órgãos de tutela.

asentamiento, como la asociación cultural, la cronología, su naturaleza urbana y su posible función específica. Todos estos estudios han revisado explícitamente la historia cultural de Choquequirao y constituyen hoy por hoy la más actualizada información referente a este sitio.” (ECHEVARRIA, VALENCIA, 2016, p. 33)

As *Lhamas de Choquequirao* (Foto 4), levantou questionamentos entre os profissionais da área arqueológica e antropológica, a respeito dos desenhos encontrados com as características da arquitetura histórica que repercutiram na sua valorização em quanto recurso material e imaterial de patrimônio cultural. Na sua característica arquitetônica e possíveis significados dos desenhos e as cores das pedras que foram feitas, fazem parte do debate de pertencimento cultural. Deste fato, as posições convergem de acordo ao grau de valorização dos profissionais envolvidos, dos órgãos estatais (e parcerias) e mesmo das populações [principalmente os do departamento de Apurímac], em função a sua representação histórica e a sua utilização turística.

Neste sentido, Gori Echevarría (2008, p. 42), estabelece que ‘é basicamente um problema de apreciação porque até hoje não tem se confirmado cientificamente as variações de estilos e sub estilos da cultura tão complexa como a Cusquenha imperial’, e que é consequência das pesquisas, que aumentem também os descobrimentos deste tipo. Embora, as Lhamas não constituem um marco determinante enquanto a necessidade de repensar o suporte para conservação do lugar, pode ser um marco relevante que assume como monumento com características específicas e que o diferencia de outros sítios arqueológicos, e o cataloga como potencialmente turístico.

Foto 5. A arte figurativa nos murais no Setor VIII ou Setor das Lhamas.



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., outubro 2014.

Na retrospectiva do descobrimento das Lhamas, em outubro 2002, executou-se a recuperação do sítio arqueológico sob o “*Acordo para a Implementação de operações Conversão da Dívida para o desenvolvimento permanente*” entre governos de Peru e França.

O acordo teve o objetivo do “reconhecimento de vestígio histórico urbano do período pré-hispânico”, e “a sua constituição de recurso turístico”. Este acordo de recuperação da cidadela, especificamente, é uma operação de dimensão cultural que reduziu a dívida externa do Peru, em cerca de 5.700 milhões de dólares, e compreendeu para sua execução a uma rede de pesquisadores das universidades peruanas (*Universidad Nacional Mayor de San Marcos – UNMSM* em Lima, e a *Universidad Nacional de Santo Antônio de Abad de Cusco- UNSAC*, e outros pesquisadores da França. (FONDO CONTRAVALOR PERU-FRANCIA, 2006, p. 19-20)

O interesse de converter Choquequirao como produto turístico e promover o desenvolvimento do turismo no território que o compreende, também tem sido considerado na política no departamento Apurímac e, ainda, pelo Estado, com a proposta de construir infraestrutura de acesso como adequação urgente para incrementar o número de visitas, atualmente limitada pelo difícil acesso geográfico. Também as considerações de semelhança com Machu Picchu, complementam um valor intrínseco de comparação e de especificidade quando as Lhamas foram descobertas, o que “serve para descongestionar o fluxo turístico que vai para Machu Picchu” (KARP DE TOLEDO, 2006, p. 34).

Em 2011 foi proposta e ratificada em 2013 a construção de um teleférico na cidade de Kiuñalla para o sítio arqueológico, com uma distância de aproximadamente seis quilômetros de montanha a montanha. Surgiu como iniciativa do Governo Regional de Apurímac, pelo presidente regional Elias Segovia e foi adotada com resolução Suprema N° 068-2013 – EF, com a fundamentação de integrar os dois departamentos (Cusco e Apurímac), para fornecer infraestrutura de acesso as comunidades de seu entorno e visitantes do Parque Arqueológico e ampliar o circuito turístico. Este fato, abriu brecha para que paralelamente as regiões assinassem uma “Ata de Choquequirao” para proteção do patrimônio, e processos de desenvolvimento de “turismo responsável” atraindo nova oferta turística, no mesmo ano.

Estas ações reforçadas para a recuperação de Choquequirao, na sua condição material e mesmo a condição simbólica histórico-cultural, são reconhecidas em vários âmbitos (científico; organismos públicos, privados e internacionais e de sociedade civil). **A sua relevância vem a ser notada com o descobrimento das Lhamas em 2005, e o relatório das escavações mais profundas no setor VIII. Por isso, reforçamos aqui a importância marcante desse acontecimento porque mesmo que o sítio tenha sido descoberto antes que Machu Picchu, e a dificuldade até chegar no lugar seja visivelmente a sua condição de estar ao outro lado do rio Apurímac, as intervenções são notadamente rápidas para promovê-lo como destino turístico.**

3.3 - San Pedro de Cachora, “Uma Porta de Entrada para Choquequirao”

A partir das reflexões trazidas por Krippendorf (2009, p. 70), a respeito de que “turismo penetra em regiões rurais nas quais as condições de vida são piores e o grau de educação da maioria dos habitantes é mais baixo do que das cidades”, relacionamos neste contexto, também, que, a partir das características de San Pedro de Cachora temos a identificação com Choquequirao, seja pela sua proximidade geográfica, ou pelo serviço turístico vinculado as ruínas arqueológicas. Cachora é hoje, quase passagem obrigatória para os turistas independente de pagar ou não o serviço oferecido.

San Pedro de Cachora, também conhecida como Cachora é um distrito pertencente ao departamento de Abancay. Nos depoimentos de alguns, é descrita como a “Suíça de Apurímac”, e muitos a chamam de ‘Cruz Llaqta’ porque a sua forma que se percebe quando se olha de longe é a de uma cruz conformada pelas localidades do seu entorno: Asil, Pantipata e Marjupata, e Waqchaq. Estas localidades são chamadas de “caseríos”.

Foto 6. San Pedro de Cachora desde Waqchaq.



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., novembro 2016.

Existem várias versões ao respeito dos antecedentes de Cachora, algumas retratadas pelos mesmos povoadores na perspectiva dos entrevistados. São duas as versões da origem: a primeira, é que “dois mensageiros teriam vindo de Choquequirao, atravessando o rio Apurímac para formar um povoado dedicado a agricultura”, e numa segunda versão, “se diz que povoados de Konkacha e Saywite enviaram um campesino para expandir suas terras”. Na época inca, provavelmente esteve povoada com a população da mesma cultura e se relacionava diretamente com a cidade de Choquequirao. Na época colonial, o autor se refere a um processo de administração e repartição das terras, e durante o período republicano, final do século XIX, San Pedro de Cachora é compreendida como uma localidade de Curahuasi e seu intento de se tornar distrito iniciou em 1914, e só em 1943 é que funda como distrito mediante lei N 9857, durante o governo de Manuel Prado (1956-1962).

San Pedro de Cachora, segundo o INEI (2009) possui aproximadamente 3.851 habitantes. A pobreza deste distrito se atribui ao fato de que pelo menos 82,8% pessoas vivem na pobreza cuja renda per capita até 2007 era a de 184 (Nuevos Soles, na moeda nacional). Outros dados levantados de Cachora, é que a porcentagem de analfabetos oscila pela casa dos 34%, e a taxa de desnutrição (entre os 6-9 anos) é de 46%. No que diz respeito às atividades econômicas, por volta de 72% se dedica a agricultura e a criação de animais domésticos (CONSORCIO ECOTURISTICO CHOQUEQUIRAO, 2013, p. 51).

José Miranda Valenzuela em 2009, fez um trabalho de recompilação da história e de características próprias de cada um dos distritos da província de Abancay, jurisdição de San Pedro de Cachora. Este declarado distrito em 1943 mediante a Lei N° 9857, está localizado a 2330 m.s.n.m, e é considerado um dos distritos mais pobres do departamento de Apurímac. Dentre as descrições do autor, destaca a oralidade da população para compreender a história do próprio lugar que está apoiada propriamente a lendas, tem descrito ao distrito como

propriamente dedicado na agricultura e criação do gado, aparece também a atividade do turístico a um tipo de serviço de hospedagem e de alimentação.

‘..., gracias a la promoción de este nuevo punto turístico, los pobladores de la zona emperzaron a diversificar sus ingresos económicos, existiendo preocupación por ofrecer servicios de guías, hospedaje, alimentación, alquiler de acemilas, entre otros, elevando así los niveles de vida que redundará en beneficio de sus respectivas familias’ (REGION CUSCO, 2016, p. 26)

Em San Pedro de Cachora, existem em média onze associações e cooperativas familiares para o serviço turístico registradas na prefeitura do município até novembro 2016. Condor Andino; Serturchoch Eirl; Associação de Casas e Hospedagens turísticos; Choquequirao Trail; Casona Ocampos; Associação de Arrieros Tour Cachora; Associação de Artesãos Cachora; Choquequirao Trek, foi a primeira em funcionar; Asil Tour; Coosetour e a Associação de Comidas ao Paso ‘‘Sabor de minha terra’’ - Mulheres Organizadas. Mas segundo os depoimentos, estas estão só no papel, porque não funcionam de maneira formal.

Mostra-se, na foto 7 um dos vários locais com o logotipo de *Associação* ou mesmo de *Cooperativas* do serviço de arrieraje, todas fechadas. No entanto, Cachora se destaca pela prestação do serviço principalmente de aluguel de mulas para carregar os pertences e alimentos dos turistas, além do serviço de cozinha e de guia da rota – estes dois, enviados exclusivamente de agências de Cusco, para os cinco dias de caminhada. Esse serviço é chamado de Arrieraje por aqueles que oferecem esse serviço que na sua maioria tem vínculo direto com alguma agência de turismo localizadas em Cusco, que fica a 143 quilômetros de distância.

Foto 7. Uma Associação de Arrieros



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., novembro 2016.

O serviço de arrieraje, conta o senhor Penha, iniciou-se mais o menos em 1980. Tratava-se de um serviço esporádico, porque só iam os que decidiam se aventurar por

caminhos que já não são usados mais. Ele relembra ser o primeiro a ter trabalhado com o arrieraje, e com a atividade de serviço turístico no seu distrito.

“Me dedicaba al comercio, trabajaba con granos y después comencé trabajar con el turismo y desde que vino un italiano que es un amigo que viene cada año, y prometía mandar gente para llevar a santa teresa y Machu Picchu. [...] Hemos trabajado 12 años. Esta experiencia hizo que me dedicara al turismo, aunque sigo vendiendo granos. Después un amigo inglés también trajo más turistas. Antes nadie quería acompañarme porque a veces desaparecía 25 o 30 días. Después entraba con uno o dos al año, y después iba aumentando y después potencie entrar a Machu Picchu con otro amigo más. Hacia Yanama y Machu Picchu casi sin conocer.”. (ARRIERO 1, 2014)

Assim, como ele, que faz uma retrospectiva de como se inseriu nessa atividade e como ela foi se propagando entre a população. A atividade cresceu da necessidade de gerar uma renda extra para a família sem deixar a agricultura, para melhorar sua condição de vida. Outros problemas têm surgido nesse processo de mudança dos que tem aderido para oferecer o serviço do arrieraje. A ausência do pai de família por vários dias teria desestruturado a dinâmica de trabalho familiar anteriormente ligada mais à agricultura e criação de gado, pois pende agora mais para criação de mulas e cavalos.

Por outro lado, essa dinâmica cotidiana das populações de San Pedro de Cachora, não é isolada. Na rota, está Marampata. Este é mais que um lugar de descanso frequente para turistas e visitantes. É uma localidade onde aproximadamente moram 30 famílias – com o sobrenome de Cubarrubias. Esta localidade, pertence a sua jurisdição de administração política ao distrito de Santa Teresa, província La Convención e departamento de Cusco. As famílias que moram nessa localidade estão mais perto do complexo arqueológico e suas atividades são semelhantes às de Cachora.

Marampata, tem uma forte proximidade com San Pedro de Cachora, porque é mais próxima aos serviços públicos, como a escola para os filhos ou atendimento de saúde, por exemplo. Mesmo o turismo, é um vínculo cotidiano entre os arrieiros que frequentam a rota. Compreende-se a partir da atividade dos arrieiros, os de Cachora e os de Marampata, criam relações e superpõem os territórios a partir de práticas cotidianas. Desse modo superam as delimitações fronteiriças administrativas pelos departamentos, e sobretudo a delimitação geográfica acidentada pelo desfiladeiro que os separa, onde, a atividade do turismo tem construído uma forma de vínculo de atividade e de certa dependência em relação a um ícone do passado andino. A partir deste ponto de vista verificou-se uma forma de prática cotidiana que carrega elementos históricos de identidade que são aparentemente regressivas. Além disso, traz consigo formas espontâneas de organização para um suporte econômico das famílias desse distrito (SCOTT, 2002).

San Pedro de Cachora pela sua localização fronteiriça ao departamento de Apurímac e Cusco, e também da forma de como seus povoadores foram se aderindo na sua prática cotidiana o serviço de arrieraje até Choquequirao, tem criado um vínculo com o arqueológico principalmente ser quase a rota obrigatória. Por sua vez, cabe mencionar que é uma localidade que tem sido contexto de violência durante a década de oitenta e início dos anos noventa que o país vivenciava a guerra interna, e que depois a esse fato tem procurado formas de subsistência.

Foi em Ayacucho e Apurímac, que entre 1980 e 1982, a expansão militar de Sendero Luminoso se deu e contou com o apoio da população rural e urbana (BONILLA, 2003, p.62). Ambos departamentos – Ayacucho e Apurímac, são os departamentos mais pobres do país e tem sido alvo de vários estudos a respeito de serem cenários de conflito e de cenário de forças

de subversão e contrasubversão que se expandiram com violência na sociedade peruana. Não se pode minimizar este marco de tempo e não ignorar fatos relevantes, porém este marco merece ter um espaço de pesquisa mais aprofundado porque traz à tona memórias de tensões e de violência. Durante a pesquisa tem se manifestado em alguns momentos das entrevistas como memórias ainda sem cicatrizar nas recordações da população, porque teria sido este o motivo de tanta emigração rumo as cidades e configuraram a quantidade demográfica e as atividades nas que se dedicam.

Considerações Preliminares

Esta parte do trabalho teve como objetivo prático a de aproximar ao estudo de caso. Choquequirao e San Pedro de Cachora, fazem parte de nosso objeto de estudo. O primeiro é o referencial simbólico das relações de produtividade da população de San Pedro de Cachora. Nesse sentido, este ponto tem sido necessário para **aproximar a condição de ambos no contexto de território geográfico e também de território construído por conta das práticas de serviço turístico.**

Na forma mais descriptiva, tem se contextualizado geograficamente e simbolicamente o papel assumido pelo Parque Arqueológico de Choquequirao, mediante processos jurídicos de reconhecimento patrimonial e também como potencialmente turístico. Porém, o interesse de incrementá-lo para o turismo foi a partir do descobrimento das Lhamas, que numa série de discordâncias entre pesquisadores e mesmo pela população enquanto a sua relação cultural incaica, tem significado um motivo para promovê-lo.

Neste sentido, olhar para San Pedro de Cachora e sua vinculação com os restos arqueológicos têm um motivo: é porque além de ser uma ‘porta de entrada’ pela que os turistas passam, Choquequirao é um motivo de obter uma renda extra para as famílias. Começa-se a entender que o território é construído acima de delimitações jurisdicionais entre os departamentos de Cusco e Apurímac. **Porque para San Pedro de Cachora, o seu objeto de trabalho é Choquequirao, embora eles pratiquem a pequena agricultura, a sua atividade de criação de animais domésticos antes diversificada passou a ser mulas e cavalos para levar aos turistas nos 32 quilômetros até o sítio arqueológico.** Sua dinâmica cotidiana não é a mesma desde que Choquequirao, em razão das pesquisas, o fazem cada vez mais importante para ser mais e mais visitado, e também uma possibilidade de sair da pobreza.

Por fim, este capítulo tem ainda como seu propósito contextualizar Choquequirao numa realidade concreta enquanto a suas características de localização e de denominações ao respeito da sua vinculação de San Pedro de Cachora (Apurímac) e Choquequirao (Cusco). Isto mostra essa reaproximação como resultado da condição de vida da população e a sua espontaneidade organizativa para o serviço turístico. E ressalta ao mesmo tempo a escala de análises de território mais localizado no que concerne processos de existência das famílias num mundo mercantilizado.

CAPITULO IV

INTERPRETAÇÕES TERRITORIAIS DAS RUÍNAS E A POPULAÇÃO

Analisamos a relação entre a política e o turismo – como forma de atuação para o fortalecimento da atividade turística de massa e de integração das comunidades mais próximas ao lugar – compreendendo a transversalidade do setor em tempo e espaço, em uma área delimitada de recurso arqueológico. Para tal intento, citamos Hiernaux-Nicolas (2008, p. 83): “estudar o turismo só a partir de práticas e subjetividade ou mesmo dos objetos particulares, sem tomar em conta as determinações provenientes das grandes estruturas (...), é ignorar os grandes processos que marcam a mundo atual”, e o argumento de que “o global sucede localmente” de Boaventura Santos (2011, p. 74), ou que “o lugar é controlado remotamente pelo mundo” de Milton Santos (2005).

Se considera a transversalidade das atividades turísticas nas escalas políticas de atuação dos atores, identificando neste campo as potencialidades e os limites de funcionalidade turística em um território que contém patrimônio, e que vem sendo aproveitado pelas populações mais próximas e ao mesmo tempo são transfronteiriças entre regiões internas de um mesmo país. **Sendo assim, o objetivo deste capítulo, é de correlacionar as percepções sobre entrevistas realizadas aos arrieiros de San Pedro de Cachora, em outubro 2014 e novembro 2016.** Porque assim como se precisa de um espaço concreto para estudar o turismo, “nossas percepções de construção de realidade” estão vinculadas a pesquisa empírica, que conforma nossa construção de problema a qual não é isolada da totalidade.

Desta maneira, se argumenta metodologicamente a importância dos depoimentos dos que moram e realizam práticas no entorno de Choquequirao. Práticas que não só se apresentam como materializadas na sua relação econômica com Choquequirao, mas também na sua forma organizativa e de relevância simbólica que retoma por consequência um objeto do passado que é presente. O tempo e o espaço, interatuam entre si uma perspectiva materialista na que Harvey declara,

Considero importante contestar a ideia de um sentido único e objetivo de tempo e de espaço com base no qual possamos medir a diversidade de concepções e percepções humanas. **Não defendo uma dissolução total da distinção objetivo-subjetivo, mas insisto em que reconheçamos a multiplicidade das qualidades objetivas que o espaço e o tempo podem exprimir e o papel das práticas humanas em sua construção.** O tempo e o espaço, propõem hoje amplamente os físicos, não tinham existência (para não falar de significado) antes da matéria; em consequência, as qualidades objetivas do tempo-espacío físico não podem ser compreendidas sem que se levem em conta as qualidades dos processos materiais. Entretanto, não é de modo algum necessário subordinar todas as concepções objetivas do tempo e do espaço a essa concepção física particular, visto que também ela é uma construção baseada numa versão específica da constituição da matéria e da origem do universo. A história dos conceitos de tempo, espaço e tempo-espacío na física tem sido marcada, na verdade, por fortes rupturas e reconstruções epistemológicas. **A conclusão a que deveríamos chegar é simplesmente de que nem o tempo nem o espaço podem ter atribuídos significados objetivos sem se levar em conta os processos materiais e que somente pela investigação destes podemos fundamentar de maneira adequada os nossos conceitos daqueles.** Essa não é, com efeito, uma

conclusão nova. Ela confirma a ideia geral de vários pensadores anteriores, dentre os quais se destacam Dilthey e Durkheim. (HARVEY, 1992, p. 189)⁴⁵

Entretanto, para a realização de estudo de caso, serão considerados os dados coletados durante as duas visitas de campo realizadas em San Pedro de Cachora. Estas visitas também têm como objetivo a consulta aos documentos oficiais e da análise dos dados e informações publicadas pelas instituições encarregadas na gestão do turismo em Choquequirao, e o que atinge direta ou indiretamente as populações dedicadas ao serviço turístico na rota. Cabe ressaltar que, apesar de as entrevistas terem sido em momentos diferentes, e, ainda, o espaço de relações quanto ao tempo também não sejam as mesmas, elas revelaram informações semelhante e diferentes entre as duas visitas. Quer dizer, por exemplo, que mesmo fazendo entrevistas semiestruturadas aos mesmos sujeitos nas duas idas a Cachora, eles podem ou não revelar os mesmos problemas, e porque o processo material da intervenção do Estado no seu território também é percebido de maneira distinta nesses dois tempos.

A primeira visita de campo, em outubro de 2014, se realizou com o objetivo do reconhecimento das localidades e identificação dos atores e dos problemas que envolvem a política numa atividade que prevê crescimento no número de turistas, e de infraestruturas físicas de acesso ao lugar. Foram identificados os principais agentes que atuam no turismo em no distrito e as entidades públicas no planejamento para o teleférico a partir de 2011. Se realizaram entrevistas semiestruturadas, onde os entrevistados foram identificados como os que trabalham com arrieraje e que desempenham esta atividade na rota de Cachora-Choquequirao.

Já na segunda ida, em novembro 2016, o propósito era de arrecadar informações sobre a própria dinâmica que os arrieiros criam nessas idas e vindas ao recurso arqueológico que não está dentro da sua jurisdição, mas que lhes proporciona uma renda extra. Em um objetivo maior, era interpretar a verticalidade da prática turística sobre esse território que contém patrimônio, e que conforma um território construído pela população de Cachora que se superpõe ao território administrativo departamental, por conta das relações de produção de sociedade como a do arrieraje.

Em seguida, relata-se um pouco das informações obtidas, nas entrevistas e observações durante as duas visitas. As falas dos arrieiros citados, tem sido selecionada aleatoriamente para dar corpo ao texto, e não necessariamente com a intenção de excluir outras falas. As entrevistas na primeira visita, foram gravadas em sua maioria. Na segunda visita, a maioria das falas foram anotadas no caderno de campo, pois por ser uma temporada de maior frequência de turistas, alguns deles não preferiram gravar por conta de tempo ou simplesmente porque não quiseram que fossem gravados.

4.1 - Ressurge a “Herança” como Oportunidade

Uma das primeiras atribuições simbólicas da população de San Pedro de Cachora à Choquequirao como de monumento histórico, consiste na via de renda extra que ele gera. Trata-se cronologicamente de uma apropriação a favor da sua subsistência mediante a exposição do monumento arqueológico, iniciada no final da década do oitenta que era ainda o período de conflito interno na serranía peruana. Só após a renúncia de Fujimori em 2000, foi que muitos dos povoadores empreenderam com maior ênfase o aluguel de mulas, e o serviço do arrieraje pelo único acesso trabalhado por eles mesmos em 1994. As condições de

⁴⁵

Destaque nosso.

violência, mudanças políticas nacionais e de acesso, influenciaram no retardo e viabilização na sua nova forma de obter renda e a de troca de atividades,

“El turismo creció aquí hace tres años, pero después de que el río se llevó el puente disminuyó. Llegue a tener cincuenta acémilas entre caballos y mulas hasta con doscientas mulas he trasladado grupos. Ya no podía solo y por eso **empezamos a crear asociaciones de pequeños empresarios**, que no pude constituir; asociación de arrieros, tampoco lo pude hacer; después apareció una ONG *Contac*, ese amigo nos ayudó y pudimos constituir una asociación. Porque antes era difícil por la economía, y la misma gente que no estaba siempre de acuerdo y **otras trabas en el camino como el mismo registro público** que a veces rebotaban por algún documento. La mayoría es arriero, y **aquí nos faltan otras actividades para complementar el servicio turístico**. Muchos están educando a sus hijos, que están siendo profesionales. [...] se puede aprovechar con lo que es turismo y hacer algo por el bien de la familia” (ARRIERO 1, 2014).

Este depoimento, coletado em 2014, relata uma troca de atividades pelas do turismo. Uma experiência própria enquanto a prioridades de exercício de atividade que puderam dar condições de vida melhor para as suas famílias. A atividade de aluguel de mulas que foi aumentando por recomendações desses visitantes, e, em consequência disso, vieram as tentativas de formalizar a atividade. Porém, questões burocráticas e sobretudo as diferenças de opiniões entre os mesmos arrieros tornaram-se entraves para a conformação coletiva do serviço. As atividades de arrieraje, segundo pode se depreender dos depoimentos, acontecem de maneira espontânea, ainda que as tentativas de se organizar tragam consigo nova lógica de se adaptarem as formas necessárias para exercer suas atividades, no que diz respeito ao aluguel de mulas para os turistas carregarem suas bagagens até as ruínas. A foto que segue foi tirada a caminho de Choquequirao.

Foto 8. Mulas de um arriero voltando de Choquequirao.



Fonte: Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., outubro 2014.

Portanto, a tentativa de se organizar que tem sido apoiada por uma ONG – segundo o depoimento anterior, também não tem dado certo; o que se destaca é que apesar das dificuldades de se organizar o turismo, dentro dessa perspectiva, ainda é uma oportunidade para os que se dedicam a esta atividade, porque tem se tornado um apoio econômico das famílias, que mediante a renda gerada podem dar educação superior dos filhos. Então para os que moram em San Pedro de Cachora, Choquequirao é uma potencialidade que se vai redescobrindo,

“Hace treinta y tres años comencé a trabajar con turismo, por eso de 1983 o 1985. Pasábamos por el Padreyoc para ir a Santa Teresa y llegar hasta Machu Picchu. Eran como dieciocho pasajeros, [...]. después que comencé a comprar mis propias mulas. [...] En 1994 hemos trabajado yo y mis Hermanos, hemos trabajado con nuestra gente parte del camino hasta Playa Rosalinas, y para al frente la gente que vive más cerca de Choquequirao y después el Estado amplió. [...] lo que hemos trabajado a santa Teresa por esta ruta, **sabíamos de Choquequirao, pero no sabíamos que era centro arqueológico, no sabíamos si había una potencialidad**, sabíamos el nombre de ese cerro que se llama Fajchajata, Padreyoc, Huauco y Chiquis, igual pensábamos que era Choquequirao decíamos, **porque nadie decía que era una ciudadela inca. Los que hemos trabajado, los arqueólogos nunca nos dijeron que era un beneficio para nosotros que podíamos usufrutuar nosotros mismos, lo que hemos trabajado ha sido a voluntad y empleando nuestras energías con comida y sin comida, [...] hemos sufrido, pero nos ha dado respuesta Choquequirao** nos ha parado bien y sacados hijos profesionales, realmente el turismo nos dio dinero” (ARRIERO 2, 2016)

Choquequirao tinha sido inicialmente considerado como qualquer outra montanha do entorno, sem muita relevância enquanto aos descobrimentos arqueológicos que tinha no desfiladeiro. Neste âmbito, de que o lugar seja natural do espaço, demonstra na verdade que o monumento arqueológico, que denota antiguidade, tem sido socialmente transformado. Este resultado bastante complexo, a partir do ponto de vista de sociedade, no *Poder Simbólico* de Bourdieu (1989), denota um processo de intervenção e de comportamentos dos sujeitos que foram pouco a pouco interagindo com o ícone, elemento este que atua como unificador de relações na procura de melhores condições de vida.

Trata-se de um caminho que teve antecedentes nas ações de conservação do patrimônio. A aposta em valor com o apoio da Unesco na década de oitenta e as atribuições de valor simbólico ao monumento teve um processo lento para sua aceitação e, após, de “empoderamento da população”, que não sabia de que se tratava o lugar, pois para o caso de Choquequirao acontece só a partir dos constantes projetos de investigação e de restauração que se fizeram no lugar das ruínas. “A população foi percebendo que poderia significar um progresso ao entorno do monumento arqueológico e também mudar sua situação econômica, e talvez, por isso, começou a apreciá-lo”, diz Zenobio Valencia numa entrevista obtida em outubro de 2014.

Forma-se a partir da perspectiva do arqueólogo, relações intrínsecas ao ícone cada vez mais rápidas, especialmente nas populações de San Pedro de Cachora e também de Marampata, porque quanto mais se pesquisa no lugar das ruínas, mais essas populações insistem em se identificar com elas. **Entendemos que Choquequirao então funciona aqui como uma espécie de um instrumento simbólico enquanto a seu valor de representação, e que funciona como instrumento integrador na sua condição de gerador de renda para estas duas populações que fazem parte da rota mais frequentada.** O redescobrimento das ruínas contribui para refletir sobre o consenso de mundo social andino, até porque as suposições de que Cachora seja uma redução dessa cidade Inca e as pressões de que

Marampata apareça no relato histórico do agora Parque Arqueológico, não aparecendo também nos depoimentos.

“Lucas Cubarrubias⁴⁶, vivía en las mismas ruinas, y sus hermanos aquí en Marampata. Rosendo y Valentín, más o menos en 1835. [...] y **no estamos incluidos en la historia que se escribe de Choquequirao**, porque se han basado únicamente en lo que han encontrado y no necesariamente se la menciona a la familia. No han preguntado al viejito, ni como fue como encontró la ruina. Ellos [investigadores] **se basan solo en lo que encontraron después**”. (ARRIEIRO 3, 2016)

Após esta afirmação, adotou-se a estratégia de trabalhar com esse recurso via a apropriação simbólica de que seriam a redução de Choquequirao. **Trata-se de uma apropriação de significados por intermédio da configuração de uma linha histórica baseada em mitos e de interesse econômico de parte da população e do Estado.** Por esta via, os povoadores e povoadoras pretendem a sua identificação, em favor do município de San Pedro de Cachora e os que estão na rota, tanto os de Marampata, que com intuito de regulações de terra para fins de moradia e de uso social na década de sessenta obtiveram a sua posse.

A importância simbólica de Choquequirao para seu aproveitamento econômico também se deve ao fato de que, enquanto às antigas referências de identidade nacional e aos antigos padrões imediatos de propriedade da terra, e também as de acesso como a construção da estrada depois de 1995, que atualmente leva até Capulyoc. Conforme exposto no capítulo anterior, torna-se público que “Choquequirao estaria na jurisdição errada” porque tem sido parte da dinâmica cotidiana da população de San Pedro de Cachora. Dessa maneira, se entende que a **relevância de sítio arqueológico tem configurado uma construção de um território sobreposto ao conjunto de ações de estudos nas ruínas, e garantiria para alguns uma renda de subsistência e para outras possíveis condições melhores para que os filhos e filhas estudem**: “pois aqui moro tranquila, temos batata, milho, tudo natural (...) tenho oito filhos que estão estudando em Abancay e Cusco, eles sempre vêm”, disse uma moradora da rota a Choquequirao.

Choquequirao é um instrumento de poder simbólico, na medida que tem construído uma classificação social diferenciada entre os que trabalham com o arrieraje e os que não. **Sobretudo na reestruturação do espaço na utilização do ícone arqueológico, que constrói uma nova realidade neste território onde não se tinha uma presença estatal para a pesquisa e a promoção turística.** As mudanças nos diversos parâmetros culturais, aparece nos depoimentos nos que se prevê a importância de identidade local que se resiste a deixar as práticas agrícolas que as identifica frente ao turismo. Alguns deles expuseram como era,

“Antes la gente vestía las vestimentas tradicionales, y después dejaron lo típico. Porque hay ropa más baratas. **Hacemos fotos con los turistas con esos trajes.** Cambiamos nuestros propios utensilios que eran de maderas y las ollas de barro. [...] **por las mulas, ya no se cría lo mismo que antes.** Inclusive la propia agricultura también ha cambiado. La agricultura es apoyo para la familia, pero ya lo dejan porque el turismo da plata. (ARRIEIRO 4, 2016)

⁴⁶ Teria sido ele que morou nos restos arqueológicos de Choquequirao. Ele teria chegado ate ai, na procura de terras. Atualmente, a família Cubarrubias compõe a população da localidade de Marampata que esta dentro dos limites geográficos do Parque Arqueológico.

O interesse econômico das famílias em obter renda pelo turismo tem significado mudanças de práticas naturalizadas do espaço. Isto é, as vestimentas e outros modos relativizados a uma prática cotidiana da população andina é utilizado também para venda de fotografias com os turistas. A criação de animais domésticos é substituída principalmente pelas mulas e os cavalos. Então, é **uma dinâmica social que se baseia nos preceitos de subsistência, onde as formas de vida social atendem a práticas alternativas com elementos do entorno geográfico que possam gerar lucro imediato**. Ao mesmo tempo, são práticas que dão apropriação prevista como a necessidade de redescobrir a identidade de populações que tentam fazer o caminho cronológico de sua origem relatando sua história desde a colonização espanhola, e que suas memórias revelam antecedência.

Voltemos a essa importância do espaço de interesse econômico, que na nossa compreensão, cada elemento deste de organização social de Cachora, é importante para formação produtiva maior de territórios com carga ancestral andina na ideia do nacional. A lei de patrimônio Nº 28296 que discorre sobre as culturas vivas, contempla a necessidade de tutela de um determinado objeto ou monumento e que este traga a si formas de vida específicas. As condições deste objeto além de proximidade geográfica afirmam a relação simbólica desse objeto no cotidiano da população. Só que no nosso caso, essas condições têm sido reivindicadas indiretamente por ações concretas de estudo arqueológico no sítio das ruínas, e que a partir de descobrimentos específicos, como por exemplo as *Lhamas* de Choquequirao, se torna produtivo e paralelamente um monumento de afirmação da identidade do país.

Cabe ser dito, que a ressignificação de Choquequirao para Cachora, mediante a assimilação como uma oportunidade de renda extra para as famílias, é feita a partir de consecutivas ações estatais no lugar, mas, sobretudo, de uma construção de imagem mais recente na qual afirma-se que seria uma irmã gêmea de Machu Picchu. **Esta virtude de lugar, tem reaberto posições de enfatizar sua proximidade mais do que geográfica, é uma necessidade de subsistência e de possibilidades para diminuir a pobreza pela que é classificada segundo os dados do INEI.** A visita da ex-primeira dama Eliane Karp a Cachora, em 2003 – que chegou em helicóptero até Choquequirao, fez com que as atenções se voltassem para o local, pois a partir disso ‘as pessoas começaram ainda mais olhar as ruínas’, disse o arriero 1.

A proposta das entidades públicas para a utilização das ruínas na forma produtiva de divisas, com o turismo receptivo, caminha a passos largos desde 2005. Inicialmente porque as *Direção Geral de Pesquisa e Estudos sobre Turismo e Artesanato*, conseguiu arrecadar bastantes fundos para o local e porque também é um sítio que prevê uma receptividade maior dos turistas estrangeiros do que nacionais, e, na sua virtude histórica de sociedade Inca tem sido reconhecido como um potencial recurso arqueológico. Assim, as pesquisas científicas realizadas no lugar, foram possíveis com ajuda financeira da França em troca da dívida externa do país. Isto significa, **que as atuações estatais assim como tem integrado os territórios das regiões que envolvem a localização e sua utilização como subsistência, projetam uma outra relação binacional de países pelo interesse de pesquisa em espaços culturais como este.**

Além disso, deve-se salientar que estas relações de escala internacional exercem interesses que reestrutura o campo onde este se concretiza. Constitui a importância de desvelar “os efeitos desse poder invisível”, que tem contribuído fundamentalmente para promover Choquequirao em essas escalas maiores, e a sua transcendência nas práticas dos sujeitos para “aproveitamento” de um símbolo do passado. **O enfoque da escala internacional e a de cotidiano dos nativos de Cachora, gera essa dialética do recurso simbólico enquanto ao turismo.** O primeiro objetiva maior quantidade de turistas como

diretamente proporcional a maior arrecadação de divisas, e a segunda visa uma oportunidade de obter dinheiro “cash” através desses estrangeiros, e ainda, mudanças mais imediatas que se fazem notar a partir da presença dos estrangeiros

“Era una novedad, ver la cara de los extranjeros. Más o menos desde el ochenta para delante aquí [todavía] no se conocía a los extranjeros, solo en Lima. Había turismo, gringos solo por el centro histórico. Los turistas como serranos, porque traen carpas [para dormir] en la intemperie, amanecen por donde sea. [...] **Cuando aparece el turismo, no teníamos servicios higiénicos públicos. Aún no hay del todo, [pero] hay en algunas calles o zonas.** [...] Posiblemente [las autoridades locales] no tuvieron la idea [del incremento de los turistas]. Porque antes también yo no podría decir que es lo que faltaba; un nieto, conoce su pueblo como es. Pero **un extranjero tiene otras necesidades.** He visto, que los que llegan entran a los lugares que tienen servicios únicamente” (ARRIEIRO 3, 2016)

A chegada dos turistas internacionais com o motivo de conhecer a ‘irmã gêmea de Machu Picchu’, coloca em vista também o processo de reestabelecer os lugares na sua infraestrutura e de adaptações de compreensão de mundo, pois, os turistas estrangeiros dão outro sentido de necessidade as infraestruturas básicas para recebê-los e diferencia-os deles mesmos. Isto é socialmente determinante pois revela uma forma de auto-identificação dos sujeitos, que não é isolada dessa grande infraestrutura e superestrutura da que nos falava Marx⁴⁷. E que em Cachora, entram em conflito enquanto a produção de vida material em Choquequirao, e as formas sociais com aqueles que eles se utilizam para chegarem ao monumento arqueológico.

A forma de interesse de promover Choquequirao, aparece novamente quando se fala do acesso as ruínas e da proposta de Construção do teleférico, em 2011, iniciada pelo governo de Apurímac. Segundo o documento do projeto – que foi reformulado em 2013, foram realizadas reuniões com as populações do entorno, incluindo as autoridades locais e regionais envolvidas. Segundo o projeto, em Cachora, o encontro teria sido realizado em 02 de fevereiro de 2013 sob a Equipe técnica do Plano Copesco e com 54 participantes. O objetivo, era a de ‘informar os alcances do projeto e recolher aportes e sugestões’.

Portanto, a conformação da população – percebida durante as entrevistas, aponta que não foi pleiteado um projeto alternativo para eles, que já trabalham com turismo, que percebem as mudanças com essa atividade que proporciona a presença do Estado, promotor do projeto: “Com o turismo vai mudando tudo. Aqui tem a presença do Estado com Copesco, nos demais não têm apoio”, disse o Arrieiro 5.

Trazemos este projeto de instalação do teleférico como uma proposta que apesar de não ter sido efetivada, desde 2011 tem composto um campo simbólico de contradições nos termos de estudo técnico e social. O projeto não foi executado até novembro 2016, pois as críticas de impacto na natureza e sobretudo o interesse econômico entre as populações do entorno (incluída San Pedro de Cachora), permite observar a luta principalmente pelo ganho econômico a nível local, ou melhor, pela renda que permite subsistir. Observa-se ainda, a sobreposição dos interesses das empresas de concessão aos dos arrieiros.

“Está un poco difícil hacer acceso a Choquequirao con eso del Teleférico desde Kiuñalla. Pero parece que nos van a ganar otra línea desde Cusco, creo va ser más

⁴⁷ Se faz necessário clarificar estes dois termos trazidos pela sociologia em Marx. A infraestrutura seria composta pelos meios materiais de produção que inclui a força de trabalho, e a superestrutura estaria relacionada aos âmbitos que influenciam as formas de produção econômica: a esfera política, religiosa e jurídica.

rápido, desde Mollepata, lo quieren sacar de al frente del cerro [...] serian tres pasos, **igual una empresa lo hace a concesión por veinte años**. [...] esperemos que vean desde aquí, porque sería solo un tramo. [...] y **porque parece que realmente Choquequirao pertenece a las jurisdicciones de Mollepata y no a Santa Teresa, ellos pelean**. Porque en su creación más antigua, fue en época del presidente Odría⁴⁸. (ARRIEIRO 1, 2016)

Ainda há a luta simbólica de pertencimento jurisdiccional de Choquequirao apesar da delimitação definitiva pelo Conselho de Ministros - PCM. Ao final, envolve uma série de documentos que reconhecem a localização. Outra coisa que observamos a partir desse depoimento, é que a presença das empresas para a concessão de projetos de acesso ao Parque é “normal”. Vislumbra, segundo as considerações de Carolina Crespo (2011, p. 19-20), no que se refere à interceptação de fenômenos da macropolítica, que seja relacionada a condição neoliberal de país, e que estes fenômenos sejam projetados como efeitos que se inscrevem no local em concreto. ‘Isto é, como as relações, comportamentos e mecanismos complexos de poder na localidade vão desviando e/ou contradizendo o proclamado’.

Também foi observado em Cachora que a função dos arrieiros está submetida ao serviço de empresas prestadoras de serviço ao turista – essas empresas têm localização na cidade de Cusco, e “muitos dos que dedicavam seu tempo e cansaço em anos passados começaram a deixar esse trabalho porque as empresas turísticas que enviam turistas de Cusco ficam com grande parte do pago”, disse o arrieiro 4. É muito comum nas falas este descontentamento, pois preferem esperar que os turistas cheguem eventualmente a Cachora. “Porque os que trabalham com arrieraje, preferem trabalhar aleatoriamente do que depender de uma associação nas que se tem que seguir determinados requisitos e também não parece muita diferença na rentabilidade com uma empresa que manda turistas de Cusco”, comentava um senhor num bar popular quando falávamos a respeito da atividade do arrieraje⁴⁹.

O serviço de arrieraje, antes compreendido no conjunto do serviço de alimentação e de guia durante o tempo todo de travessia, desde novembro de 2016 não são mais atividades possíveis de serem prestados normalmente pelos arrieiros de San Pedro de Cachora, pois “eles já vêm com cozinheiros e guias de Cusco”. Eles, os arrieiros, alugam as mulas, e as vezes eles vão juntos para arriar. Outros preferem reservar o cansaço das suas mulas para ser alugadas para outros arrieiros, ou para quando tenham uma boa negociação com as empresas ou mesmo encontrar turistas na rota a quem possa alugá-las. Em síntese, pelos depoimentos progressivos que colhemos nas idas na rota Cachora- Choquequirao, percebemos que a apropriação simbólica e aceitação do patrimônio como uma renda extra que poderia ajudar a dar melhores condições de vida às famílias têm variado de rumo conforme as dinâmicas externas e pelo número não crescente de turistas, o que diminuir a possibilidade de conseguir maior renda:

“Cachora, es un punto de partida, [y los] arrieros que hemos operado estamos dejando ese servicio. [...] mis hijos ya no quieren que trabaje [...]. **Necesitamos una entidad que recupere, y darle ese manejo al turismo, que haya cursos continuados**. Porque se necesita ‘trato al turista’, autoestima [...]. Falta prepararnos, como tratar, como llevar la carga, cumplir, y los que sabemos estamos dejando. [...] pues al pasajero hay que cuidarlo y tomar amistad [...]. **Es importante, tomar cartas en el asunto las autoridades locales, regionales y nacionales** [...]. Aquí, los turistas pasan, y no se quedan. [...] las campañas hablan de turista, pero poco son

⁴⁸ Seu período de governo foi entre os anos de 1948-1953.

⁴⁹ São anotações do caderno de campo. Em espaços como os bares populares onde vendem a bebida artesanal feita de milho (ou Chicherías) não tivemos autorização de gravar, e sim de fazer anotações das falas diversas.

los que se benefician [...], porque **se tiene que ver que contribuya a nuestro territorio** [...] porque cuesta nuestro sacrificio de trabajo por el camino, el puente [...] quieran o no quieran es necesario que paguen esta ruta, para que quede a su gente o alguna obra, [...] porque estamos de bajada parece". (ARRIERO 2, 2016)

Por fim, esta reapropriação que tinha começado com as pesquisas do Estado no mesmo sítio arqueológico, e, ainda a publicidade que o transformou em “segundo Machu Picchu”; têm significado uma tentativa de transferência de valor simbólico a um local que tem suas próprias características e não são o mesmo que o Machu Picchu. E a **interceptação das formas que promovem Choquequirao como destino, mostra a diferença das condições de trabalho de arrieraje nestes anos entre o tempo das visitas realizadas e a demanda dos mesmos que têm vínculo com a atividade, e que é necessário rever as condições de utilização de seu território**. Ao mesmo tempo, essa mesma interceptação da macropolítica que anteriormente Crespo (2011, p. 7), comprehende que “é uma complexa interrelação de ambiguidades que aparecem na esfera “pública e privada” podem levar a gestão do espaço conjunto com o monumento arqueológico.

A transformação constante das atividades do turismo e especificamente na de arrieraje, vem projetada com a mistificação de lugar arqueológico Inca. **San Pedro de Cachora, depreende uma realidade relacional, porque Choquequirao como “objeto” tem desempenhado um papel importante nesta fração do território físico, e sobretudo porque tem adquirido novos papéis, valor de caráter produtivo e a esperança de melhores condições de vida**. Então além de Choquequirao ter se inserido a partir das próprias ações estatais de pesquisa e de promoção do arqueológico, ele também aparece como oportunidade de reivindicar uma identidade territorial, enquanto as práticas cotidianas relacionais, fundamentadas na obtenção da renda extra e, porque também, as novas perspectivas de cosmovisão andina começaram a ser retomadas.

Afirmar que as ruínas prometem ter igual ou maior a circulação turística que Machu Picchu, é uma afirmação precoce. Mas consideramos que o sentido de valorização do histórico e também do ambiente de natureza, vem trazendo consigo novas perspectivas de utilização do recurso que esteve adormecido por séculos após a colonização hispânica. Assim, a afirmação de que os lugares mais recônditos do planeta são fetiches, conforme afirmamos no primeiro capítulo, traz a reflexão no seu sentido mais específico e concreto de espaço, onde **a troca consegue se sobrepor os modos de utilização dos territórios porque são valorizados pelas suas características materiais, ignorando a vida social**.

Choquequirao e diverge na articulação de decisões políticas e de participação. Primeiro, a ligação San Pedro de Cachora e Choquequirao explica as transformações que dependem das variáveis que compõem os territórios, seja pelo lado simples de atividades de arrieraje e de outras do cotidiano, porque o simbólico e as atividades de trabalho determinam o movimento social. Reafirma em todo caso, a colocação de Marx, trazida pelo Milton Santos na *Metamorfose do espaço habitado* (1996. p. 62), de que “a produção do espaço é resultado da ação dos homens, por meio dos objetos naturais e artificiais”.

Segundo, também nessa perspectiva de Milton Santos, “a medida das exigências do espaço e os processos próprios de produção em nível de capital, tecnologia e organização correspondente”, são demandas que geram disputas. Choquequirao é um instrumento do qual deriva novas formas de fazer a articulação de interesse econômico, pois a sua posição fronteiriça de regiões e de distritos, efetiva exigências enquanto a amplitude de articulação de mais beneficiários nas propostas colocadas para chegadas dos turistas.

Por tudo isso, a herança dos ancestrais depende ainda de negociações entre departamentos (Cusco e Apurímac), que atuam mediante uma série de considerações da política nacional, assim como com “os setores vinculados com a atividade turística como o Ministério de Cultura, Ministério do Ambiente, Ministério de Moradia, Construção e Saneamento, Ministério de Transportes e Comunicações e o Ministério do Interior, pelos quais a partir de suas competências contribuíram com ações específicas ao desenvolvimento da oferta turística do Parque Arqueológico de Choquequirao”⁵⁰.

Também no documento de projeto de *instalação do teleférico* – atualizado em 2013, o Distrito de Cachora é considerado como distrito inadequado para a recepção de turistas. A sua infraestrutura e equipamento são dados como insuficientes e a contaminação de seus recursos hídricos são considerados um risco para o turismo. Ao mesmo tempo, a possibilidade de repensar em estratégias práticas como a capacitação de turismo vivencial, a implementação de equipes básicas e a articulação com a esfera local de governo, são formas alternativas de recomeçar a planejar melhor a utilização de Choquequirao e o espaço na sua totalidade (2013, p. 35-36).

Finalizamos este ponto com a compreensão de que aquilo que “começou como uma experiência de levar turistas”, na década de 1980 e, sobretudo, a partir da intensificação das atividades em Choquequirao que correm paralelas às pesquisas no lugar das ruínas, dão conta das mudanças e transformações cada vez mais intensas conforme as necessidades de lucro de um objeto material específico, e **compreende as ambiguidades de sua utilização do território, pois sua função é amarrada principalmente a mediações do Estado Nacional, mediante as instituições e agentes econômicos**. Vemos também que enveredar nesta especificidade de aproveitamento social composta por força de trabalho e identidade, para o serviço turístico, manifesta uma espécie de resistência pela subsistência e por melhores condições de vida.

4.2 - Simbolismos de convivência e de ações estatais

Compreender o espaço em concreto implica em entender o funcionamento no marco de tarefas cotidianas combinadas com as ações do Estado para este pedaço de território relacional com as ruínas de Choquequirao. Principalmente porque a declaração de interesse nacional enquanto a valorização de patrimônio e de promoção turística de Choquequirao, remetem à necessidade de constituir um monumento com valor histórico em um destino turístico. Ao mesmo tempo “constitui um recurso turístico que pode ser explorado pelas populações herdeiras desse patrimônio”. Estas colocações de relação entre arqueologia e atividade turística são apontadas como “uma alternativa de desenvolvimento que implica um esforço mancomunado” (FONDO CONTRAVALOR PERU-FRANÇA, 2006, p. 19-20)

A interação de intenções de caráter político, “fizeram com que os povos fossem enganados e se acharem em promessas logo não cumpridas, acabando severamente castigados devido a sua excessiva ingenuidade” (SOSA DE LA CRUZ, 2004. p. 107). As intenções de oportunidades revelam consequências rumo ao desequilíbrio no intercambio de produtos, pois ainda que uns produzam e outros se dediquem a consumir, abre-se a brecha para que outros se beneficiem de decisões tomadas no âmbito político. Uma consequência disso é a perda de credibilidade e confiança nos líderes políticos e em seguida do mesmo aparato estatal.

⁵⁰ Trecho traduzido da carta N° 286-2016- MINCETUR, obtida mediante solicitude a Lei N° 27806 – Lei de Transparência e acesso a informação Pública. Nessa carta se solicitou as estratégias de políticas integradas para promover o turismo em Choquequirao.

Cabe mencionar aqui o projeto de investimento público de 2013, para a *Instalação de serviços de acesso por cabo para o trânsito da população e os visitantes a Choquequirao*. Este documento expõe que mediante os lineamentos da política tanto para a proteção de patrimônio como para o fomento ao turismo é preciso que seja incentivada a participação das populações, porque já se tem uma série de planos e programas que envolvem àquelas localizadas na periferia de Choquequirao, entre elas San Pedro de Cachora. Nele aparece um estudo de diagnóstico, pois se tratam de populações eminentemente rurais, e nele se definem basicamente pela inexistência de serviços básicos como de água e de saneamento e a sua acessibilidade as mesmas ruínas em época de chuva é quase impossível a partir de qualquer rota.

As características gerais dos locais atrativos do terceiro mundo, tanto de possibilidade turística de acordo as férias das regiões do Norte e a sua sensibilidade atmosférica política é o que ocasiona a redireção de fluxos. Também a vulnerabilidade nos erros de prestação de serviço e a universalidade turística porque existe um “atrativo físico”, **repercute diretamente e indiretamente em muitos aspectos sociais, porque se ostenta um caráter ideológico de abertura de espaços para circulação em grandes quantidades de pessoas e o fato de ostentar outro setor produtivo provocam impactos incontroláveis**. Assim mesmo, o destaque nestas características de espaço turístico segundo Sosa de la Cruz, de soluções para promover o turismo no Peru implica em impulsionar a identidade e ao mesmo tempo uma educação que apoie esse objetivo (2004. p. 114-115).

Talvez estas tenham sido motivo de enfatizar um projeto da magnitude do teleférico. No entanto, o conceito de recurso excepcional, traz consigo outro que traduz aos elementos espirituais os bens baseados em suas características materiais. Assim, o lugar imaginário para o turismo cultural relacionado ao coletivo mundial deriva, principalmente do resultado de valores inscritos e avaliados como específicos de seu território, e, pode propiciar integração se este estiver delimitado por fronteiras (caso do Caminho de Santiago de Compostela, ou mesmo o Capaq Ñan). Em razão disto, quando se descobriram as Lhamas, em 2005, no marco de projetos binacional entre Peru e a França, tem se enfatizado a promoção do lugar. Em 2006, o PROMPERU fez um vídeo, com duração de aproximadamente 12 minutos, promovendo Choquequirao.

Consequentemente, a criação de mulas e a ideia de associações também se foi dando na medida que permitisse atuar na rota. Sabemos, por outro lado que no projeto para a *Ampliação e melhoramento dos serviços turísticos no Parque* do Plano Copesco de 2012, a promoção de Choquequirao não tinha sido um posicionamento formal de ação estatal nacional, mas sim estariam compreendidos nos planos gerais de condição de infraestrutura como condição básica. Para Choquequirao não se tinha um plano de marketing, e, talvez as mesmas municipalidades direcionavam a um atrativo acompanhado pelas empresas prestadoras de serviço turístico, e seriam estas as primeiras fomentadoras do nome de “Segundo Machu Picchu” ou de “irmã gêmea”, mas que ainda falta consolidá-lo como um atrativo importante da região sul do país.

A rota tem sido alvo de diversas atuações como instalações de camping pelo Ministério de Cultura, como por exemplo, Parador Playa Rosalinas e no interior do Parque Arqueológico com a capacidade de aproximadamente 40 barracas, assim como as dos povoadores com a extração de madeira, ou mesmo a queima, ou habilitação de caminhos para adequações das atividades domésticas como a construção de casas, habilitação de espaços para agricultura, ou as de criação de gado. Também as atividades envolvidas com turismo, como os serviços de alimentação, camping e a mobilidade das “mulas vão mudando a paisagem de natureza da rota”, disse o arqueólogo que trabalhou em 2004 durante o cadastro arqueológico de Choquequirao

“[...] veo como problema la gran cantidad de acémilas que llegan al parque. Los que ocupan la parte alta de Marampata y Santa Rosa, como alternativa económica también han visto conveniente ampliar por ejemplo las áreas de cultivo, con el cual muchas veces usan la técnica “quema y rosa” que es la técnica ancestral, a veces esos incendios se expanden más allá de los límites que podrían ser controlables, pero crean un caos en el medio ambiente y también matando especies que son vulnerables en la zona.” (ARQUEOLOGO 1, 2014)

As práticas cotidianas tradicionais na agricultura e na criação de animais se prolongam em um conflito de convivência sob as normas de conservação das áreas naturais e sobretudo paisagísticas como o caso das mulas, e também as de suporte de infraestrutura para o tempo de estadia do turista. Segundo os depoimentos de alguns povoadores, **existe uma desarticulação nas mesmas intervenções das instituições que atuam na rota e que intervém indiretamente nas atividades de serviço ao turista, um deles “é que não existe um planejamento para recolher o lixo no caminho todo”** – durante o trabalho de campo em novembro 2016. Essas instituições também não têm recebido apoio para uma categorização dos diversos serviços que podem garantir o fluxo de turistas pela rota de aproximadamente de 64 quilômetros.

O serviço de trekking, o registro dos operadores de transporte, as hospedagens e os restaurantes não tem regulamentações de acordo a normas de segurança, nem de salubridade, mencionava um outro povoador numa conversa coletiva. **Mais do que conflitos de presença estatal neste espaço é a insatisfação da forma operativa do setor.** As coalizões são específicas aos efeitos que não ampara na prática aos agentes localizados para o mercado de serviço turístico (hospedagens, transporte, alimentação), e reafirma uma proteção do específico inclusive da população porque não precedem “comportamentos propícios a uma imagem para serviço ao turista”.

Dentre a conversa com alguns povoadores – num dos bares populares saltaram várias das preocupações enquanto a infraestrutura que mostra o caminho para San Pedro de Cachora, “ainda bem que é uma das melhores”, porém não tem se feito uma manutenção adequada, menos ainda no próprio distrito. “Aqui em Cachora, ainda que seja um lugar de passagem pelo turista, ela não tem condições mínimas, sequer de saúde”, e nem agricultura e nem o turismo parecem render bem. O arrieraje, “serve para uma renda imediata”, mas que não é constante e depende de muitas variáveis que não se controlam, por isso elas vendem *Chicha de jora*, e a agricultura funciona para o consumo.

O assunto segurança, também surgiu porque andar seguro pela rota só se depende da “disposição aos Apus”, e em Cachora está bem mais presente na única avenida principal por onde transitam os turistas e onde funciona o comércio “onde eles compram algumas coisas para o caminho”, e pouco tem se feito na infraestrutura,

“Entonces fue cambiando poco a poco, en 1993 entra el Plan Copesco de la oficina hacer restauración a Choquequirao con el doctor Percy Paz. [...] Hemos entrado a trabajar al lugar, cinco personas. He trabajado por tres años, y también en 1993 se empieza el puente en playa Rosalinas, y terminó en 1994. Duró casi un año. [...] Y pues, los caminos que eran antes angostos se ampliaron, con el Plan Copesco y los comuneros. [...] A nivel de Apurímac se ampliaron los caminos, que desde Cachora acá hubo tres tramos y se ampliaron en el año 1999 y en 2000 se entregó el trabajo, y en época del presidente Toledo hubo otra ampliación, entonces con el fondo contravalor donde se hizo los servicios higiénicos en diferentes partes [del camino] y el mantenimiento del camino. [Pero] el gobierno no proporciona un presupuesto mayor ni en esta ruta que es la que se usa más, ni en la entrada de Cachora. Y la falta de mantenimiento de caminos y que ahora están deteriorando-

se, y bueno las faenas comunales a veces no es suficiente. [...] el Ministerio de Cultura claro también están al tanto, pero no es como tener un mantenimiento rutinario que pueda mejorar el tránsito o viabilidad para el turista, porque ellos casi no están acostumbrados a andar así, con tropiezos de piedras que hay en el camino". (ARRIERO 6, 2014)

A ação estatal dá origem a uma ação diretamente de condições de acesso (até porque significam 64 quilômetros de trajeto). A adaptação do caminho mais transitado durante o período de governo peruano de Alberto Fujimori, para as restaurações e pesquisas significaram um início de presença de Estado, seguindo depois, com gestão de Alejandro Toledo, que implantou outras infraestruturas como banheiros e paradores turísticos na rota. Portanto, o Ministério de Cultura – constituído neste governo de Toledo, é quem está mais presente, mas ele não se apresenta suficiente para melhorar as condições do caminho e nem mesmo com a ajuda da população com a organização de *faenas* ou trabalho comunitário.

Nos depoimentos, em novembro de 2016, para a atividade turística, segundo os arrieiros “falta muito para ser pensado”. **Uma das preocupações é que o turista que chega é “um sujeito que não se localiza”** porque ele também não recebe um material que indique a rota que ele vai percorrer, “menos ainda para quem mora aqui” – para saber exatamente que áreas podemos usar, e “porque também falta capacitação” e o arrieiro só funciona “como renda pessoal” sem nenhuma especialização ou forma organizada. Na rota, existe uma única placa que indica a rota (foto 9), e de improvisações de desenho da rota até Choquequirao, nas laterais em algumas casas (foto 10).

Foto 9. A única placa sobre a rota San Pedro de Cachora-Choquequirao.



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., novembro 2016.

Foto 10. A rota San Pedro de Cachora-Choquequirao desenhada na parede de uma casa na via principal.



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., novembro 2016.

4.3 - Perspectivas de uso do território com Choquequirao

Nas entrevistas concedidas durante a ida de campo em 2014 e 2016, a população de San Pedro de Cachora em depoimentos gravados e outros anotados no caderno de campo abordou a necessidade de falar do território delimitado na formalidade, e no território construído pelas mesmas relações sociais compreendidas pela atividade doméstica de serviço de turismo, de maneira coletiva, a atividade de arrieraje. Tudo isto é considerado patrimônio em Choquequirao. O Parque arqueológico, ao que nos referimos como cidadela ou monumento, liga essas duas considerações de território porque através da atividade que vem exercendo a população de Cachora na rota até Choquequirao não tem como ser separados e apresentam uma forte ligação com a atividade do turismo.

Os trabalhos de reparação e de pesquisa como ação estatal desenvolvidos em Choqueirao desde a década de 1980 têm contribuído para a importância que tem agora como “lugar potencialmente turístico”. Essas ações foram intervenções diretas para sua valorização arquitetônica como patrimônio cultural, não isolada das pequenas populações que se dedicam a agricultura, atividade essa, própria das culturas passadas na região andina. Há também a necessidade constante de recorrer ao seu patrimônio para exercer uma outra atividade pela qual conseguem uma renda extra e a forma de adquiri-la de maneira mais rápida, ainda que não seja constante.

Então esse território que falamos e que compreende um patrimônio essencialmente material histórico, compreende também na sua condição geográfica acidentada ao lado do desfiladeiro do Apurímac, as práticas de uso desses recursos herdados. Porque ainda que Choquequirao estivesse por muito tempo em “abandono”, agora há uma razão de atuar da população que está do outro lado do rio, porque de certo modo são ocupantes de Cusco

cada vez que caminham arreando as mulas ou mesmo de suas casas em Cachora, porque sobrevivem e melhoram suas condições de vida através da renda extra que deixa “a herança dos nossos ancestrais”, dizia dona Conceição, que nasceu em San Pedro de Cachora e agora mora em Marampata.

Após a exposição nos capítulos anteriores de “Generalidade do turismo no território” (Primeiro Capítulo) e “A política nacional de turismo para espaço (s) específico (s)” (Segundo Capítulo), que são os marcos mais amplos onde se expõe colocações teóricas ao respeito do turismo para fundamento do sentido metodológico, e depois a caracterização geral de Estado-Nação de realidade peruana podemos reunir elementos necessários para argumentar a questão que norteia nosso trabalho, que até o momento é: Em que medida o uso do território com o recurso arqueológico de Choquequirao para o turismo se relaciona a uma condição política nas atividades cotidianas da população de San Pedro de Cachora?

Ao entender, na “Descrição das ruínas e do território para o estudo de caso” (Terceiro Capítulo), baseada na perspectiva, para Lakatos e Marconi (1992), que olhar o específico em relação ao todo é porque se coadunam e se transformam entre si, pois assim como o quantitativo pode virar qualitativo não se nega que a luta dos contrários é constante. **Onde Choquequirao e as localidades de Apurímac, e ainda mais San Pedro de Cachora não estão isoladas na compreensão histórica, e das ações políticas dos atores que tem interesse de promover e de preservar o “segundo Machu Picchu”** Uma vez mais, a dialética radica no argumento de que para preservá-lo é preciso um orçamento e esse financiamento advém principalmente da atividade do turismo. Mas, a luta dos contrários no território delimitado na formalidade para sua administração política (Cusco e Apurímac), e o território construído a partir do empoderamento simbólico da população de Cachora com as ruínas dá-se pelas ações estatais de pesquisa e de reconstrução do lugar.

A questão da presença dos turistas, ainda implica mudanças graduadas na relação de tempo e espaço. **Os turistas são motivo de renda para a população, representando mudanças físicas para o seu acesso a Choquequirao e na sua comodidade o quanto permanecer em San Pedro de Cachora, na rota e nas ruínas. Os turistas representam também mudanças simbólicas, porque sua presença transforma as relações familiares e também a organização social da produção do território.** Mas ao mesmo tempo há formas de cotidiano que resistem a ser apagadas mesmo na dedicação exclusiva ao turista. A prática de cultivar a quinoa, a batata e mesmo a língua quêchua está bastante presente nas relações cotidianas. Eles falam espanhol e aprendem inglês para os turistas, criam mulas para levar as malas dos turistas, mas falam quêchua e plantam elementos agrícolas para seu consumo próprio, como podemos observar nas fotos seguintes.

Foto 11. Limpando Quinoa



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., outubro 2014.

A foto mostra a prática da agricultura de produtos tradicionais que a população cultiva. Sendo dona de mulas para o serviço do arriero para garantir a renda extra, tendo o objetivo de “mandar os filhos e/ou filhas a escola”, pratica a cultura de subsistência agrícola para garantir o alimento. Portanto, quando falamos do uso do território para o turismo pressupõe ações contraditórias inerentes ao fenômeno social de turismo que ocorre no território, isto é, as ações políticas que promovem o uso dos recursos desse território (ou mesmo a paisagem que ele representa) para o turismo com a pretensão de volta-lo ao mundo como tem acontecido com Machu Picchu. **O sítio arqueológico, quando mistificado pelo significado histórico e cultural que representa, e que ao mesmo tempo se torna fetiche quando o motivo das viagens é promovido para esse bem material e prescinde aos moradores que estiveram aí antes dele ser potencialmente turístico. Ou, ainda, os categoriza como elementos de “costumes” agregados a esse mesmo bem material para recepcionar turistas em massa.**

Ao mesmo tempo, San Pedro de Cachora reivindica a atividade de turismo como uma possibilidade de obter renda extra para a família. Na foto abaixo, mostra-se algumas das atividades (geralmente funções atribuídas as mulheres) adicionais para os da pequena urbanidade que apresenta este distrito. A foto tirada numas das avenidas principais, reflete as relações de consumo da Chicha de Jora depois das atividades do campo.

Foto 12. Em uma das ruas principais de San Pedro de Cachora.



Fonte: GONZA, E. Lisbet. J., novembro 2016.

Sob o nosso ponto de vista é projetada uma imagem de atividade econômica e também de ações muito sutis enquanto a essa relação que existe na nossa realidade latino-americana dos andes, que são adequadas a atividades de consumo interno e ao mesmo tempo predominam características de identidade nas vestimentas, e mesmo no que se intercambia. Aqui parece oportuno tentar o termo de identidade territorial enquanto a espaço vivido, que segundo Pollice (2010), reflete ao mesmo tempo toda essa complexidade da identidade e as suas descontinuidades territoriais. Ou seja, mesmo que remeta a formas relacionais a relação de identidade “instaura uma forma de apropriação desse espaço”. Temos visto que San Pedro de Cachora, se apropria dos significados de Choquequirao paralelamente às pesquisas arqueológicas realizadas no mesmo sítio, que com sua forma relacional se entende desde a perspectiva de Pollice, em que “o território pode ser entendido como aquela porção geográfica onde a comunidade se reconhece e se relaciona no seu agir individual e coletivo”, e uma relação cumulativa “enquanto orienta processos de identificação e de espaço vivido” (POLLICE, 2010, p. 9)

Nesse sentido, primeiro a rota até Choquequirao tem fornecido condições e vinculações de acesso e de ações sucessivas de arrieraje. E um segundo aspecto, que destacamos o elemento “Lhamas do Sol” é uma característica que fortalece essa imagem de lugar “enigmático” a partir de 2005, e constitui-se “em base angular da herança cultural deixada pelos ancestrais” a efeitos do interesse de promovê-lo como potencial ao turismo aderido à categoria de turismo cultural- histórico de pais andino. Também “uma ferramenta eficaz de desenvolvimento para os povos” (TUCKER, 2006, p. 25). São argumentos que no livro *Choquequirao: El misterio de las llamas del Sol y el culto a los Apus*, aparecem como suficientes para se tratar de um lugar importante para a atividade de turismo e descongestionar o fluxo de visitantes a Machu Picchu, e de que os povoadores de Cachora, por exemplo “se

apresentam como empreendedores e pujantes símbolos da resistência incaica” (KARP, 2006, p.34).

Essa referência que os povoadores sejam elementos pujantes simbólicos da resistência incaica é um elemento-chave para identificar que o território nestes limites de regiões, e mesmo as brigas de jurisdições das ruínas abre a uma oportunidade para repensar as metamorfoses do espaço habitado de que falava Milton Santos (1996). Milton dizia, “que é capaz de habitar e explorar lugares mais recônditos do planeta”, porque nele se “constrói novas maneiras de fazer as coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais” (1996, p. 65). A respeito de todas atividades da população, disse um arrieiro,

‘Trabajamos en un poco de todo, en la agricultura, tengo mi hospedaje, mis mulas. [...] Mi esposa trabaja también, nos dedicamos a criar pollos, cuyes, chanchos para que alcance a nuestra familia [...] a Choquequirao ya no voy siempre, mando cuando llegan los turistas solo para el servicio de mula y de arriero, también alquilo equipos de camping’ (ARRIEIRO 1, 2016)

Entender o funcionamento desta fração do espaço é entender a sua posição no contexto de função global, cuja característica é sua heterogeneidade nas atividades de turismo que a população realiza. Primeiro, porque trata da convivência de práticas que não se sobrepõem uma a outra e sim que convivem na dinâmica cotidiana da população. Outra característica é que essas práticas acarretam uma mudança na frequência dos turistas e Choquequirao aparece como elemento material da composição qualitativa do território.

Essa dinâmica de utilização do território, sobretudo nos períodos de tempo de reconhecimento de potencialidade do “Berço de Ouro”, conforme pode se identificar na fala de um arrieiro em novembro 2016: “nossa renda imediata é o arrieraje, e outras que tem surgido como a venda da Chicha de jora, porque a agricultura é para o consumo próprio” (ARRIEIRO, 2). Desse modo as populações têm construído o espaço em torno de Choquequirao, porque praticam atividades ao turismo e outras que possam obter uma renda extra.

Em, Milton Santos, “a produção do espaço é resultado da ação dos homens que atuam sobre o próprio espaço, através dos objetos naturais e artificiais, o material e o imaterial” e abarca a compreensão de que a utilização dos recursos compreendidos no território em que os homens atuam é percebida como um fenômeno de caráter de sobrevivência na medida das exigências e das características do mesmo espaço. Segundo o autor,

‘El espacio sería un conjunto de objetos y relaciones que se ejercen sobre estos objetos; no entre estos específicamente, sino para los cuales ellos sirven de intermediarios. Los objetos ayudan a concretar una serie de relaciones. El espacio es resultado de la acción de los hombres sobre el propio espacio, por medio de los objetos, naturales y artificiales’. (SANTOS, 1996, p. 68)

E a concentração de monumentos pré-hispânicos do lado de Cusco condensa também uma história urbana, e também um ponto de condensação dos símbolos políticos do império incaico nos monumentos como Machu Picchu, e agora no cenário Choquequirao. Não obstante a proximidade geográfica dos habitantes de San Pedro de Cachora (e Marampata) tem contribuído a uma estruturação simbólica da oferta de serviço turístico mediante o arrieraje. O uso deste monumento, em uso médio digamos legitima essa utilização do recurso e ao espaço, seja pela mesma hierarquização do monumento a respeito aos outros dentro do território do Estado-nação.

Atendendo ao que falaram os entrevistados, **Choquequirao constitui um elemento do espaço que é fundamental para eles para obterem uma renda extra, e, ao mesmo tempo, um elemento de se reconhecer na história pré-hispânica.** Uma observação, que parece não acontecer necessariamente com Machu Picchu, que funciona mais como um ícone orgulhosamente ao exterior como elemento de um espaço cultural do passado na sua organização de civilidade, mas não necessariamente de sociabilização com o cotidiano da população. **Choquequirao, aparece ainda nos depoimentos, como a esperança de espaço com possibilidade de desempenho cotidiano das famílias com o caráter de melhorar sua condição de vida, ao que é preciso um viés de planejamento com os demais artefatos arqueológicos do lado de Apurímac, como atrativos em rede e de melhorias nas condições de acesso e de condições de trabalho diversificado das populações dos dois departamentos.**

Então, o patrimônio monumental considerado potencialmente turístico, constituído na sua relevância arquitetônica Inca e de desenhos em seus muros, aparece neste território com a função – do nosso ponto de vista, de reestruturação da identidade de aspecto pré-hispânico. Reivindica um pertencimento cultural de aspecto Inca, que tem se centralizado nas delimitações formais do território no departamento de Cusco para o turismo receptivo, para uma pertença comum histórica com Apurímac. Ele serve também, como um “equipamento” cujo uso frequente pela população de San Pedro de Cachora (e Marampata), paralelo a um processo de valorização como lugar emblemático a partir de ações de pesquisa, que se enraíza quando ele entra em negociações para ser fomentado ao turismo.

Choquequirao foi reconhecido praticamente por todos nas entrevistas nas duas etapas, como uma oportunidade de melhores condições de vida e dentre eles alguns arrieiros, especialmente para os mais velhos que não tinham ido até as ruínas. **Em alguns casos a sacralização do monumento se reconhece como a associação do patrimônio deixado pelos ancestrais e as funções de proteção e respeito.** Pois, o arriero reconhece que necessita deixar sua oferta aos Apus, e pedir sua proteção durante sua caminhada até Choquequirao, assim como a proteção aos turistas que ele leva, e também seus instrumentos de trabalho que são as mulas e cavalos.

É relevante, esse contraste de território usado com as crenças que se relacionam com as práticas cotidianas. Na rota não existe atendimento médico, nem para os turistas que se aventuram a pé no caminho de 32 quilômetros, nem para os que moram na rota, o que para turistas, moradores e trabalhadores se faz necessário. Para que Choquequirao se torne um mais frequentado pelo turista é importante que tenha mais infraestrutura básica para eles e para a população, é o que se revela em alguns dos depoimentos acima citados. Porque, dessa perspectiva evita que a população fique isolada, como tem acontecido com outras populações na serranía peruana, porque até agora disse, um outro arriero (3): “O Estado está presente aqui, ainda que, tão só para cobrar o ingresso ao Parque”.

O uso desejável do monumento, projeta-se ao do território com o da agricultura por exemplo. Todas as quintas-feiras, alguns dos povoadores vendem o que produzem e trazem da capital do departamento (Abancay) para serem vendidos tanto para o resto da população quanto para aos turistas que iniciam a rota (frutas, legumes, enlatados, agua mineral, etc.), o comércio de rua torna-se movimentado na via principal do distrito. Além disso, que na tentativa de alçá-lo ao lugar de segundo Machu Picchu, a associação do passado de que Cachora seria uma redução Inca, abre **o paradoxo de que sua aproximação e reapropriação cultural tenha acontecido com as pesquisas e escavações no monumento. Isto é ao mesmo tempo um obstáculo de identificação e como referente para desfrute exclusivo das ruínas de parte de San Pedro de Cachora.**

Um outro paradoxo, é que no marco de construção de teleférico para acesso as ruínas, San Pedro Cachora como um dos distritos mais próximos ao lugar e que tem construído uma atividade doméstica de turismo e de aproximação com Choquequirao não pode usá-lo como alternativa de renda. Isto não é uma afirmação de que San Pedro de Cachora tenha sido excluída da proposta, mas sim que não houve consulta da população para esse projeto do ponto de vista dos entrevistados.

‘El resto de ruinas a las instituciones no le interesa [al Estado]. Incarahay por ejemplo no se le reconoce, era un lugar de descanso de los Incas [...]. Pueden hacer el teleférico, el problema va hacer, conversando con muchos turistas, y ya está han venido para ver y hacernos firmar papeles, pero no lo hemos hecho. En Huanipaca [Distrito], si están de acuerdo, porque ellos dicen que van a sacar provecho. [...] Nosotros pensábamos llevar una carretera por acá llevándolo por el tambo, que funciona como mirador y de ahí llevar un teleférico hasta Santa Rosa Alta; y muchos turistas dicen que eso estaría bien, pero ya está, el gobierno ya decidió. [...] Profesionales que conversan con la población dicen: “no conozco, pero he participado en la elaboración del proyecto”. [Otras personas de fuera] nos dicen: “porque no se oponen”, “porque no se levanta el pueblo” [...] Porque en Machu Picchu iban hacer uno, [e no sucedió]. [...] El teleférico va a llegar a las ruinas, ahí se va hacer hotel, restaurantes. [...] Estamos con pena, porque van a malograr el panorama cultural. Lo digo porque lo van hacer llegar al mismo lugar. La población cree que se va a beneficiar, pero no. [...] El turista va a venir en carro hasta punta carretera, de ahí de frente va a pasar en ‘canastilla’, bueno nunca he visto uno [teleférico]. Va a pasear las ruinas unas tres horas y de ahí regresará, sube al carro y de frente se irá a Cusco. Así va ser. [...] Claro, la gente del lugar [Kiuñalla] están felices, pero a nosotros llegaron, que “se va hacer el teleférico, y tienen que firmar los pueblos alrededor”. [...] Nosotros nos damos cuenta, pero otros sumidos en la ignorancia y no se ponen a pensar para cuestionar si nos están engañando. Por eso no [todos] firmamos’⁵¹

A ação estatal, desde 2003 paulatinamente tem se dado na declaração de parque Arqueológico e de delimitação dele mesmo, em 2005 quando foram descobertas as Lhamas, e quando em 2011 foi votado no congresso a aprovação da construção do Teleférico⁵². O espaço com essa proposta virou um território em disputa se começou a avaliar o grau de aproveitamento do recurso, tanto de Cachora e Huanipaca do lado de Apurímac, e de Santa Teresa e Mollepata. Em 2014 e 2016, o projeto é paralisado e dentre os depoimentos descobre-se que não irá diante “porque tem a se pensar em outras possibilidades de acesso”.

Dentre as possibilidades que não sejam danificadas a visão da paisagem natural compreendida pelas montanhas, o rio e os nevados; e que Wust (2003, p. 48-49), define como o território do ‘Cóndor andino, y de la taruca, el zorro andino, de las vizcachas, del puma, del oso andino, el tucán de las alturas, del gallito de las rocas y otras especies únicas’, ‘y los árboles son pequeños y los musgos gigantes, los venados como el pudú o sachacabra, alcanzan apenas los 20 centímetros, y los pica-flores como la bomarea o sullun sullu son del tamaño de una paloma’.

Portanto, um cenário de múltiplos recursos para reaproveitamento e também de atores interessados em explorá-lo para o turismo nas variadas perspectivas a partir dos lugares geográfico e histórico de acompanhamento das atividades de pesquisa neste lugar recôndito

⁵¹ Depoimento gravado em abril de 2013, durante uma primeira visita como turista nacional na caminhada de volta de Choquequirao a San Pedro de Cachora.

⁵² A votação (109 congressistas presentes aprovaram por unanimidade), expressa a importância da distância como o avanço na proposta de "acesso aberto" para o legado histórico como "valorização" de interesse nacional. ([Https://www.youtube.com/watch?v=-dIJ9BXG4QE](https://www.youtube.com/watch?v=-dIJ9BXG4QE))

nos andes peruanos, renova questionamentos dessa noção forjada para seu uso que envolve o território que atravessa “esse libro conformado pelo rio”.

Em tanto, a utilização do território com destaque de possuidor de recurso arqueológico na fronteira de duas regiões ao sul do país: Apurímac, qualificada como uma das mais pobres do país, e Cusco, catalogada como a concentração de monumentos pré-hispânicos e coloniais, revela a falta de articulação política nacional – colocada em debate na literatura de Mariátegui, sobre a economia de país, remonta a essas marcas de projetos alheios e a realidade do índio, e que a apreciação pelos recursos fornecidos pela natureza ou recursos deixados pela passagem de civilizações no território nacional são apreciados como foram o guano e o salitre no final do século XIX.

Considerações Preliminares

Esta quarta e última parte do trabalho teve como objetivo apresentar o cotidiano da população de San Pedro de Cachora em relação a Choquequirao. Mostra como a prática da arrieraje é uma das atividades inseridas e propagadas entre a população, paralelamente aos estudos arqueológicos no sitio das ruínas. Seguindo essa lógica, o papel estatal tem sido inerente nessa relação da população e restos arqueológicos, ao mesmo tempo revela que a população insiste em se identificar com esse recurso fora do território do departamento jurisdicional, mas o reivindica com as práticas cotidianas que tem os reaproximando de Choquequirao.

Desse modo, as entrevistas obtidas para a elaboração do trabalho projetam uma diversidade de elementos que ligam as diversas escalas de decisão política, e ao mesmo tempo sua condição social como reflexo dela. Isto é, a prática de arrieraje, que começou dentre as duas últimas décadas do século passado e se fortaleceu no início deste século XX, dependeram das condições sócio-políticas na qual o país e sua localização regional projetavam. Foram um pouco mais de uma década de violência interna, entre Sendero Luminoso, o Exército, e a população da serranía peruana; mas também foram décadas que traçaram intervenções internacionais na economia de país – como a receita de Washington, implementada no projeto político de Alberto Fujimori (1990-2001).

Portanto, é evidente que não é um território isolado da totalidade e demonstra que mediante as políticas de reconhecimento e de promoção turística, transformam rapidamente o seu território de convivência, mudam as práticas e muda a estrutura física do entorno. Porque mesmo que tenha sido um bem que “estive sempre aí” ele é mais conhecido com as pesquisas, e como recurso aproveitado para obter uma renda extra, até porque os turistas (‘os gringos’) começaram a chegar com mais frequência.

Cabe destacar novamente, que existem fricções enquanto a relação estatal e a população, nos assuntos de preservação da natureza e do histórico – durante as entrevistas, na primeira ida a campo, era demonstrar que não tinha vínculo nenhum com alguma instituição do Estado. Mas que não tem sido determinante para um confrontamento, mas bem de oportunidade, porque segundo os mesmos entrevistados: “Choquequirao, é uma esperança para melhor qualidade de vida e sobretudo uma esperança para sair da pobreza, e também para não ficar isolados” na dinâmica sociopolítica do departamento, de país, de continente e de contexto global.

Por fim, as interpretações realizadas acima dos depoimentos expostos neste capítulo configura um olhar geral sobre essa identificação da população de San Pedro de Cachora - e mais especificamente da perspectiva de alguns dos arrieiros entrevistados, comprova-se a relação com Choquequirao ao respeito da necessidade econômica, mas não descarta a possível

vinculação histórica da origem da localidade com respeito de ser a redução inca de Choquequirao. A rota e mesmo os significados de Choquequirao representam um cotidiano modificado pelo uso do ícone como uma outra alternativa de gerar renda para os filhos estudarem nas cidades, uma atividade ainda que seja espontânea desde 1980 significa nos depoimentos uma forma de resistência de permanência na área rural.

CONCLUSÕES

Pensar nos termos de Território e o de Turismo, no âmbito acadêmico, configura um debate possivelmente eterno no que diz respeito à aderência de outros termos a eles relacionados. No caso do território, o termo de poder tem sido amplamente relacionado nos estudos das ciências sociais, e também nas divergências paradoxais entre localização e a totalidade de vida social em movimento. O fenômeno migratório de massas e a indústria recreativa constituem mais que termos aderidos ao turismo, são pautas para uma posição crítica, porque desvendam processos de transformação dos territórios no seu sentido abstrato e concreto das relações sociais e políticas, e como outro processo de acumulação capitalista que torna ao território específico e mundializante ao mesmo tempo.

Nosso olhar a San Pedro de Cachora, dada pela relação de identificação da população com o sitio arqueológico, e não necessariamente pela proximidade de localização com Choquequirao, sugere uma relevância no seu modo de organização social dado pela atividade de *arrieraje*, nessa dinâmica mundializante como a do turismo, na qual se manifestam contradições profundas no que concerne ao valor de troca e o valor de uso do território com recurso arqueológico inca e que está localizado ao outro lado do rio. Ao mesmo tempo, demonstra a projeção de eventos mundiais e seus efeitos em lugares periféricos na lógica de industrialização sob o processo de acumulação de capital, ao que Harvey caracteriza como processo fordista e pós-fordista.

Assim, através da conjugação de análise de relacionar a intervenção concreta na realidade e de uma crítica a utilização do território foi possível identificar a **universalização do espaço e dos homens pela lei do valor em função a heranças históricas para o turismo**. Possivelmente, esta seja a contribuição deste trabalho, que buscou compreender e demonstrar que as ações estatais são a porta de entrada de influências exógenas, mesmo na promoção de turismo de determinados artefatos históricos. Onde o Estado, que afirma a delimitação de fronteiras, engendra ações políticas que transformam os territórios tornando-os produtivos gerando um novo valor. Esta forma de atuar dos Estados, reestruturam o território, seja dentro ou fora dos seus limites fronteiriços.

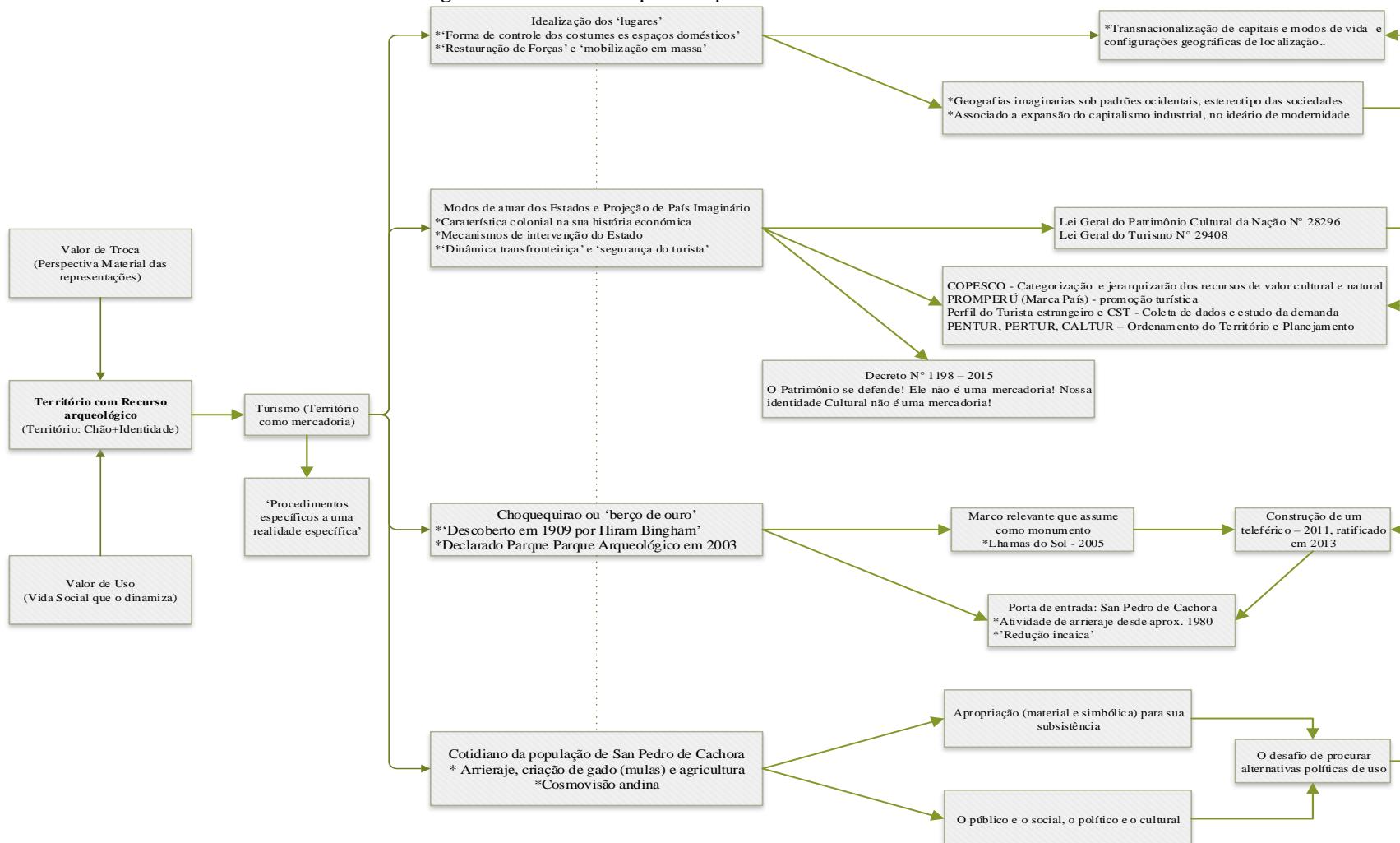
Para uma melhor interpretação do processo mundializante das acentuações de turismo e a utilidade do território no entorno de Choquequirao para acumulação capitalista e, ainda, a transformação das práticas cotidianas num lugar específico como San Pedro de Cachora, tudo isso é demonstrado no diagrama que segue a fim de sintetizar trabalho todo. Porque afinal, a relação do mundializante e o específico é projetada nas formas políticas de intervenção dos Estados nos territórios delimitados por estes mediante mecanismos que dão o caráter de turístico, e porque San Pedro de Cachora, tem manifestado uma apropriação simbólica do material arqueológico paralelamente às intervenções estatais, que toma sentido porque é considerado ao mesmo tempo uma oportunidade de renda extra, e não, como um elemento apartado.

O diagrama que segue expõe os quatro capítulos tratados nesta dissertação com o intuito de responder a grande questão: de que modo Choquequirao é inserido nos marcos de mundialização dos espaços para o capitalismo, processos institucionais e de práticas de arrieraje do uso do território para a atividade turística? No processo de análise bibliográfica, dos documentos e das entrevistas realizadas são reveladas contradições constantes no uso do território para o turismo como um local periférico. Pois o turismo, quando associado ao conceito de indústria, traz como resultado complexo de intervenções nos territórios a

espoliação capitalista destes, que, anteriormente eram periféricos e tornam-se exóticos, seja pelo exercício do poder sobre o território da periferia e o comportamento dos visitantes do norte ao sul, ou no seu sentido de localização simbólica e não só geográfica.

Desta forma, ao lidar com o termo turismo neste processo de investigação, lida-se também com os comportamentos dos atores das diferentes escalas. A partir das condições estruturais e geopolíticas as quais as relações têm se configurado historicamente de conflito entorno da ideia de território, **porque nem todo território para o turismo tem o mesmo valor de troca, e obviamente nem o mesmo valor de uso**. Cabe observar que as condições não são as mesmas exigidas aos países de ocidente e aos pertencentes às regiões periféricas como de América Latina, Ásia e África. Onde não há como ignorar a hegemonia sobre as sociedades, a fim de propiciar a exportação das mercadorias e incorporando destinos emergentes. Explicita também que o capital domina todos os espaços sob o padrão de acumulação, e sobretudo sob “a concepção moderna de soberania do Estado” que “é atuante sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado” (ANDERSON, 1993, p. 39), que mediante o turismo exposto como alternativa de desenvolvimento econômico em vários países periféricos torna-se uma eterna condição de especialista primária, até porque o turismo não promove o desenvolvimento de nenhuma indústria. Porque o que se produz é a imagem de especialização de recepção aos turistas do Norte para seus lugares naturais e culturais específicos. Para tanto, devem ser confiáveis sob condições sociais e políticas internas, como vimos no primeiro capítulo.

Diagrama 4. Síntese dos quatro capítulos desenvolvidos sobre o uso do Território



Fonte: Elaboração própria, 2017.

A partir do anterior, as ações do Estado e especificamente as do Estado peruano, são destacadas para a promoção do turismo relacionada a fatores de ilusão naturalista da exploração dos recursos dentro do território, e a projeção da ilusão do étnico como país andino e onde se desenvolveu o centro de organização sócio-política da cultura Inca. A posição do Peru, a partir das ações políticas para promover a atividade do turismo receptivo se apoia na estruturação da legislação ao patrimônio cultural e a de promovê-los como produtos geradores de divisas, sob o papel das instituições encarregadas de “organizar e hierarquizar os bens naturais e culturais”, “o ordenamento do território”, “promoção turística” e “estudo da demanda turística”.

A essas formas estatais de intervenção do território devemos acrescentar as formas políticas contestatárias dentro do limite territorial de nação, onde o processo de padronizar os recursos arqueológicos para o turismo manifesta limitações de ser inserido completamente, como por exemplo as manifestações e mobilizações contrárias ao Decreto N°1198, que pregava a possibilidade de privatização desses recursos herdados pelas culturas pré-hispânicas. Assim, nesta esfera nacional manifesta conflito de posturas de subordinação administrativas desses recursos histórico-culturais, e também da utilização deles no marco de inserção de sociedade andinas à forma moderna sob padrões ocidentais.

Entretanto, a utilidade do território específico para o turismo, convida a debater os eixos estruturantes da posição do território na sua relação com a demanda mundializante, e os de índole de ações estatais para promover a receptividade de turistas do Norte. Deste modo, todo território é estruturado por eixos de espoliação extrema dos recursos culturais como o arqueológico. O exercício do Estado, não tem deixado de gerar transformações profundas em função a dinâmica do capital, mesmo na sua contradição posição de gerar identidade nacional com esses artefatos culturais e a procura de alternativas de colocar seu valor arquitetônico e simbólico cultural como potenciáveis colocações produtivas.

No caso de San Pedro de Cachora e Choquequirao, que coincidentemente tratam de uma relação de condição física, é sobretudo uma relação abstrata. A condição cotidiana de prática de serviço de turismo se torna simbólica nessa apropriação de significados que foi adquirindo durante as investigações no lugar, e talvez os elementos de cosmovisão andina também foram se aderindo para dar mais sentido de se identificar cada vez mais com os restos pré-hispânicos que se localizam em um departamento diferente ao da sua jurisdição. Isto, **não quer dizer que sua menor distância geográfica seja proporcional a sua proximidade simbólica enquanto monumento histórico e cultural.** Pelo contrário demonstra a superposição dos territórios dado e o construído, pela prática cotidiana de algumas famílias de San Pedro de Cachora.

Nesse sentido, se deixa em aberto que provavelmente para as famílias de San Pedro de Cachora – de aproximação concreta, **revela-se o desafio de procura de alternativas produtivas de subsistência, e de superação de condições de exclusão num país que personifica contradições históricas de experiências comunitárias (como a incaica) e experiências apoiadas na lógica neoliberal de exploração dos recursos, mais concretamente desde a última década do século passado.** Também, as práticas de subsistência pelo arriero, a criação de gado e a agricultura inseridas no cotidiano da população, ampliam a reflexão de que um espaço com símbolo histórico-cultural e a lógica de ação de Estado para acondicioná-lo ao turismo de massa. As formas políticas dos atores projetadas na utilização do território com Choquequirao, tem alterado as relações políticas entre os diferentes atores sociais das diferentes escalas que se projetam ao lugar em específico, e, se contextualiza basicamente na luta pela posse dos recursos públicos da nação peruana e o modo de vida dos sujeitos de San Pedro de Cachora que se identificam com Choquequirao.

Contudo, se faz necessária essa reflexão de utilização destes territórios com recursos de característica histórico-cultural e do estético-cultural no âmbito acadêmico, porque ainda que Choquequirao não tenha ainda a afluência que Machu Picchu ou mesmo outro destino turístico, ele revela um processo de inserção no catálogo de turismo para serem visitados de outra forma. Choquequirao, exibe uma possibilidade de estudo da forma de como é projetada o evento mundial como o turismo de massa e seus efeitos em paralelo a intervenções de acondicionamento do território para a recepção dos turistas em quantidade. Ao mesmo tempo, a luta diária pela subsistência das populações no entorno do “Berço de ouro” e a sua valorização como produto turístico, adequa a forma histórica de luta das sociedades periférica como formas de luta contra hegemonias do modelo ocidental de Estado.

No marco do mestrado em “desenvolvimento territorial e políticas públicas”, considero que este trabalho serve para aprofundar condições particulares dos territórios no seu sentido material e abstrato, para repensar na categoria de políticas de desenvolvimento ou melhor, de construção de políticas em base na compreensão da subalternidade social. Isto é, a compreensão multidisciplinar de determinados espaços com relações sociais específicas e com recursos específicos, gerando a perspectiva de debater condições de espaços em construção pelas experiências comunitárias e de subsistência dos territórios que compreendidos na América andina, onde a questão das políticas pelo uso dos recursos públicos, permitem repensar o conceito do político não restrito ao Estado, e também no âmbito da vida social dos que moram em territórios catalogados como potencialmente turísticos.

Finalmente, é difícil determinar a relação marxista com a realidade totalizante sobre o turismo uma vez que, não leva à conclusão de que se trata de uma nova forma de controle dos sujeitos. Porém, no setor de turismo assim como nos outros setores da economia dos Estados, não se pode ignorar sua dinâmica de metamorfosear os territórios sob o jugo da acumulação do capital. A partir da exposição dos quatro capítulos desenvolvidos, a referência a autores diversos e o estudo de caso, onde é demonstrada a apropriação do público (o arqueológico) da abertura e desvincula os fenômenos mundializantes ao específico dos territórios, mas também se reconsidera novas formas de rever os âmbitos de vida social aonde o capitalismo tem limitações. Essas práticas geram condições e posições de luta cotidiana pela subsistência de lugares recônditos de nosso continente latino-americano, e ainda, questionamentos sobre as possibilidades de ampliar o conceito do político nessas práticas do dia a dia para caminhos de políticas alternativas de desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, P.R.R. **Espaço, território e religião: uma tentativa de conceituação.** 2000. p. 7-37

ALIANZA DEL PACIFICO. **4 naciones: Uma experiência infinita.** Lima: Impresso Grafico, 2016. Disponível em: <https://alianzapacifco.net/?wpdmld=8023>, Acesso em 20-01-2017

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo.** Tradução de Eduardo Suarez. México: Fondo de Cultura Económica. 1993.

ARRIGHI, G. **A ilusão do desenvolvimento.** Tradução: Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 137-252

ASAD, Talal. Introduction. In: Talal, Asad (org.), **Anthropology and the Colonial Encounter.** New York: Humanities. 1973. p.9-19.

BARREDA, A. M. El espacio geográfico como fuerza productiva estratégica en El capital de Marx. In: CECEÑA, A. E. (Coord.). **La internacionalización del capital y sus fronteras tecnológicas.** Ed. El Caballito, S.A. México DF. 1995

BERTONCELLO, R. Turismo, territorio y sociedad. El “mapa turístico de la Argentina”. In: GERAIGES DE LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (CLACSO). **América Latina: cidade, campo e turismo.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo. Dezembro 2006.

BONILLA, Heraclio. Sendero Luminoso en la encrucijada política del Perú. In: **Revista Nómadas.** Num. 19. Bogotá: Universidade Central, 2003. p, 58-65

BOULLÓN, R. Precisiones sobre el turismo y su evolución. BOULLÓN, R. & BULLÓN, D. (Org.) **Turismo Rural: um enfoque global.** – México: Trillas, 2012. p. 9-24.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico.** Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Oitava edição. BertrandBrasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: sobre a teoria da ação.** Tradução: Mariza Corrêa. Campinas- SP: Novena edição. Papirus, 2008. p. 91-136.

BRACCO, M. G. El patrimonio histórico como espacio en Pugna: El caso del palacio Duhau. In: HERNÁNDEZ LÓPEZ, J. J.; ROTMAN, M. B.; GONZÁLEZ DE CASTELLS, A. N. **Patrimonio y cultura en América Latina: Nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales.** Primera edición. México: Acento Editores, 2010. p. 59-74.

BRANDÃO, C. A. **O Modo Trans-escalar de Análise e de Intervenção Pública: notas para um manifesto anti-localista.** X Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, maio, 2003.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global.** Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2007.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: BERNO DE ALMEIDA, A. W. *et al.* **Capitalismo globalizado e recursos territoriais.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, P. 39-69.

BRENES LEIVA, R. El turismo en la globalización. In: **CoRis. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades** vol. 4, 2006, p. 21-30

CASTRO, I. E. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições.** 6^a Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

CECEÑA, A. E. **Derivas del mundo en el que caben todos los mundos.** (CLACSO), Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 1995 p. 1-6. Disponível em: (<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/becas/cecena.pdf>)

CLIFFORD, J. Introduction: Partial Truths. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G. (Orgs.). **Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography.** Berkeley: University of California Press, 1986. p.1-26.

COLI, J. Materialidade e imaterialidade. (IPAN). In: CHUVA, M. (Orgs). **Revista do Patrimônio, nº 34/2012.** Brasília – DF. 2012. 450p.

CONSORCIO ECOTURISMO CHOQUEQUIRAO. **Proyecto de inversión Pública:** “Instalación de Servicios de acceso por cable para el tránsito de la población y los visitantes a Choquequirao, localidad de Kiuñalla, distrito de Huanipaca, provincia de Abancay, departamento de Apurímac, localidad de Yanama, distrito de Santa Teresa, Provincia de la Convención, departamento de Cusco”. Apurímac: Gobierno Regional de Apurímac, Ministerio de vivienda construcción y saneamiento. 2013.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: GERAIGES DE LEMOS, A.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. (CLACSO). **América Latina: cidade, campo e turismo.** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo. Dezembro 2006.

CORIOLANO, L. N. O turismo comunitário no contexto da globalização. In: CORIOLANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. **Turismo, território e conflitos imobiliários.** Fortaleza: EdUECE, 2012, p. 11-25

COTLER, J. **Peru: Classes, Estado e Nação.** Tradução: Sérgio Bath, Brasília: Funag, 2006.

CRESPO, C. “Qué pertenece a quién: procesos de patrimonialización y pueblos originarios en Patagonia”. **Cuadernos de Antropología Social.** No. 21, FFyL UBA, 2005

CRESPO, C. Entre lo público y lo privado: derechos y tensiones en torno al “patrimonio arqueológico” en Patagonia In: SURES. **Revista do Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História**. Universidade Federal da Integração Latino-Americana – Unila. 2011

CRESPO, C. Patrimonio arqueológico, memoria y territorio. procesos de autoctonización entre los mapuches de Lago Puelo, Chubut (Patagonia, Argentina). In: **Frontera Norte**, Vol. 23, Núm. 45, enero-junio 2011, p. 231-256

CUAMEA VELASQUEZ, F. El modelo industria turística: Características generales. HIERNAUX NICOLÁS, D. (Org.). **Teoría y praxis del espacio turístico**. Universidad Autónoma Metropolitana. 1^a Ed. México. 1989. p. 29-38.

DAHER, A. Objeto cultural e bem patrimonial, representações e práticas. (IPAN). In: CHUVA, M. (Orgs). **Revista do Patrimônio, nº 34/2012**. Brasília – DF. 2012. 450p.

DE RATI Y FIGAREDO, R. La incidencia del turismo en la economía nacional, en **Estudios turístico** nº. 141. Instituto de Estudios Turísticos Secretaria de Estado de Comercio, Turismo y Pymes, 1999, p. 3-7.

DEMO, P. **Introdução à metodologia da ciência**. 2^a Ed. São Paulo: Atlas. 1985. p. 13-22.

DEMO, P. **Saber pensar**. 7^a Ed. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2011, p. 11-47.

DUFFAIT, E. Choquequirao en el siglo XVI: etnohistoria e implicaciones arqueológicas. In: **Bulletin de l'Institut Francais d'Études Andines**, Institut Français d'Études Andines. vol. 34 nº. 2, 2005, p. 185-196.

ECHEVARRÍA LÓPEZ, G. T. **Choquequirao Un estudio arqueológico de su arte figurativo**. 1^a Ed comunicación. Hipocampo Editores, sello editorial de El Hipocampo Publicistas SAC, Jr. La Victoria, Lima–Perú, 2008.

ECHEVARRÍA LÓPEZ, G. T.; GARCÍA, Z. V. Choquequirao, un asentamiento imperial cusqueño del siglo XV en la Amazonía andina. In: **Revista Hauçaypata. Investigaciones arqueológicas del Tahuantinsuyo**, 2016. p. 32 – 43.

ECHEVARRÍA LÓPEZ, G. T.; GARCÍA, Z. V. Las llamas de Choquequirao, arte imperial cusqueño en roca del siglo XV. **Investigaciones sociales** Vol.14 N°24. UNMSM/IIHS, Lima, Perú, 2010, p.67-88.

ESCARZAGA, F. Comunidades Indígenas y Contraresistentes. In: GUTIERREZ, R.; ESCARZAGA, F. (Coeds.) **Movimiento Indígena en América Latina: Resistencia y proyecto alternativo**. Volumen II p. 242-257

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Bogotá: Norma, 1998.

FONDO CONTRAVALOR. **Choquequirao: El misterio de Las Llamas del Sol y el culto de los Apus**, 2006. [Introducción] p. 25-27

FORTUNATO, N. El territorio y sus representaciones como recurso turístico. Valores fundacionales del concepto de “parque nacional”. **Revista Estudios y Perspectivas en Turismo**. Argentina, Vol. 14, 2005. p. 314-348.

FULLER, N. **Turismo y Cultura - Entre el entusiasmo y el recelo**. 1^a. Edición: Marzo. Fondo Editorial, Pontificia Universidad Católica del Perú.2008.

GALEANO, Eduardo. **El libro de los abrazos**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 1989, p. 27

GARCIA CANCLINI, N. "Los usos sociales del Patrimonio Cultural". In: AGUILAR CRIADO, Encarnación. **Cuadernos Patrimonio Etnológico**. Nuevas perspectivas de estudio Consejería de Cultura. Junta de Andalucía, 1999. p. 16–33.

GARCÍA, M. O. Hacia la construcción del objeto de estudio del turismo desde una perspectiva materialista crítica. Universidad Autónoma del Estado de Morelos (Toluca, México). **Pasos - Revista de Turismo e Patrimonio Cultural**. Vol, 3. N° 1, 2005. p. 41-61.

GASCÓN, J. (2005b) **Gringos como en sueños: Diferenciación y conflicto campesino en los Andes Peruanos ante el desarrollo del turismo**. IEP, Instituto de Estudios Peruanos. Lima, 2005.

GASCÓN, J. Turismo rural comunitario y diferenciación campesina. Consideraciones a partir de un caso andino. **Mundo Agrario**. vol. 11, n° 22, primer semestre de 2011.

GOBIERNO REGIONAL DE CUSCO. **Proyecto especial regional plan Copesco**. Estudio de Pre inversión a nivel de perfil del proyecto. Cusco, 2012.

GONZÁLEZ DE CASTELLS, A. N. La inmaterialidad del mundo de los sectores subalternos. In: HERNÁNDEZ, J. J.; ROTMAN, M. B.; GONZÁLEZ DE CASTELLS, A. N. **Patrimonio y cultura en América Latina: Nuevas vinculaciones con el estado, el mercado y el turismo y sus perspectivas actuales**. Acento Editores, Primera edición, México. Septiembre 2010. p. 75-92.

GONZÁLEZ DE OLARTE, E. **Neocentralismo y neoliberalismo en el Perú**. Lima, IEP, 2000.

GORDON, B. El turismo de masas: un concepto problemático en la historia del siglo XX. **Revista Historia Contemporánea**. n° 25. California, 2002. p. 125-156.

GRUNER, E. Sobre el estado-bifurcación y otras perplejidades dialogantes. In: BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri CH. **¿Quién le canta al estado-nación?** Buenos aires: Paidos, 2009. p. 13-42.

HARVEY, D. **A compressão do Tempo-espacó e a condição pós-moderna**. In: A condição pós-Moderna. Loyola, Rio de Janeiro, 1992.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo.** Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 8va edição. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HIERNAUX NICOLÁS, D. **El giro cultural y las nuevas interpretaciones geográficas del turismo.** GEOUSP –São Paulo: Espacio e Tiempo, 2008, vol. 23, p. 177-187.

HIERNAUX NICOLÁS, D. La dimensión territorial de las actividades turísticas. (Org.). HIERNAUX NICOLÁS, D. **Teoría y praxis del espacio turístico.** Universidad Autónoma Metropolitana. 1^a Ed. México. 1989. p. 51-71.

HOBSBAWN, Eric, RANGER, Terence (Orgs). **A invenção das Tradições.** Traduzido por Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1984. P. 9-23, 271-316.

INEI, **Instituto Nacional de Estadística e Informática.** Disponível em <<https://www.inei.gob.pe/estadisticas/indice-tematico/tourism1/>>. Acesso em 18 de maio de 2016.

INRENA INC. **Plan Maestro del Santuario Histórico de Machu Picchu (2005-2010),** 2005. p. 234

KARP DE TOLEDO, E. Choquequirao: Historia, identidad cultural y patrimonio arqueológico. In: **Choquequirao. El misterio de las llamas del sol y el culto a los Apus=Le mystère des lamas du soleil et le culte aux Apus.** 2^a Ed. [Francia], Fondos Contravalor Perú/Graph & Consult, 2006.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo: Para uma nova compreensão do Lazer e das viagens.** 3ra edição, São Paulo: Aleph, 2009.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas.** 5^a Ed, Editora Perspectiva. São Paulo, 1998. p. 9-18.

LANDER, E. Ciencias sociales: Saberes coloniales y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Comp.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Buenos Aires, 2000.

LECOQ, P. Redescubriendo Choquequirao. In: FONDO CONTRAVALOR. **Choquequirao: El misterio de Las Llamas del Sol y el culto de los Apus,** 2006.

LUMBRERAS, L. El Santuario. In: LUMBRERAS, L; UCCELLI, R.; WUST, W. **Choquequirao: santuario histórico y ecológico.** 2^a Ed. Perú. Servicios Editoriales del Perú S.A.C. 2003. pp. 12-33

LUMBRERAS, L. G. La Arqueología de Choquequirao. In: FONDO CONTRAVALOR. **Choquequirao: El misterio de Las Llamas del Sol y el culto de los Apus,** 2006. p. 127-146

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana.** Fundación Biblioteca Ayacucho. 3^a Ed. Lima, 2007. p. 26-38

MARTORELL, A. Primera Parte: La evolución jurídica y teórica del Patrimonio Cultural y del Patrimonio Mundial. In: **Itinerarios Culturales y Patrimonio Mundial.** 1^a Edición. Lima: Universidad San Martín de Porres, 2010. p. 41-134.

MARX, K. **El Capital tomo I - PROLOGO DE MARX A LA PRIMERA EDICION.** Disponível em: <<http://aristobulo.psuv.org.ve/wp-content/uploads/2008/10/marx-karl-el-capital-tomo-i1.pdf>> Acesso em 15 de maio de 2016.

MIGNOLO, W. Desobediencia Epistémica (II), Pensamiento Independiente y Libertad De-Colonial. **Revista de estudios Críticos, Otros Logros, Centro de Estudios y Actualización en Pensamiento Político.** Tradução: Iván Jacobo Herrera (Cideci - Unitierra Chiapas) Decolonialidad e Interculturalidad. Universidad Nacional del Comahue, 2009.

MIGNOLO, W. **Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Colección Razón Política. Ediciones del Signo. Buenos Aires, 2010. p.8-45.

MINCETUR. **Plan estratégico Nacional de Turismo 2025 - PENTUR.** Lima: Mincetur - Ministerio de Comercio Exterior y Turismo, 2016.

MINCETUR. Resolución ministerial nº 367 - 2016 – **Visto, el memorando nº 1335-2016-MINCETUR/VMT del Viceministerio de Turismo del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo.** Lima, noviembre, 2016.

MONJE ALVAREZ, C. A. **Metodología de la investigación cuantitativa y cualitativa /** Guia didáctica. Universidad Surcolombiana, Facultad de Ciencias Sociales y humanas, Programa de Comunicación Social y Periodismo. Neiva, 2011. p.7-18; 31-48.

MONTOYA R., Rodrigo. Por qué no hay em Perú um movimento político indígena como en Ecuador y Bolivia?. In: GUTIERREZ, R.; ESCARZAGA, F. (Coords.). **Movimiento Indígena en América Latina: Resistencia y Proyecto Alternativo.** Volume II. 1ra Edição. Mexico: 2006, p. 237-241.

MORÈRE, N.; PERELLÓ, S. **Turismo Cultural: patrimonio, museos y empleabilidad.** Madrid: Fundación EOI, 2013, p. 19-40.

ORTIZ, M.; BORJAS, B. La Investigación Acción Participativa: aporte de Fals Borda a la educación popular. **Espacio Abierto**, vol. 17, nº. 4, octubre-diciembre, 2008. p. 615-627.

ORTNER, Sherry B. Teoria na Antropologia Desde os Anos 60. **Revista Mana. Estudos de Antropologia Social** Vol. 17 nº (2) – Rio de Janeiro. 2011.

PEREIRA, M. A.; CARVALHO, E. Boaventura de Sousa Santos: Por uma nova gramática do político e do social. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, 2008. p. 45-58.

POLLICE, Fabio. **O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local.** Tradução OLIVEIRA, Andrea Galhardi et al. In: Espaço e Cultura, UERJ, RJ, n. 27, p. 7-23, jan./jun., 2010.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, A. E. (Org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado.** Tradução de Cecilia Marta Botana. 1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 141-185.

POULOT, D. História, memória e patrimônio. In: **Uma história do patrimônio no Ocidente: Séculos XVIII- XXI.** 1ª Ed. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 2009. p. 9-32.

PROMPERU. **Perfil del Turismo Extranjero 2014.** Disponível em <<http://media.peru.info/IMPP/2014/Perfil-Turista-Extranjero/Perfil-del-Turista-Extranjero-2014.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2016.

PROMPERU. **Perfil del Turista Extranjero 2014. El Turismo en cifras.** Lima, Peru, septiembre, 2015.

PUREZA, J. M. Para um internacionalismo pós-vestefaliano. (Org.). SANTOS, B. De Sousa. **A globalização e as ciências sociais.** 4ª Edição. - São Paulo: Cortez, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (Comp.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas.** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2000.

QUIJANO, A. **Colonialidad del poder, globalización y democracia.** Lima, diciembre, 2000.

RAMÍREZ VELÁZQUEZ, B. R. De la escala al espacio en la construcción del desarrollo regional. In: FERNÁNDEZ, R.; BRANDÃO, C. (Dir.). **Escalas políticas del desarrollo regional.** Argentina: Miño y Dávila, Universidad del Litoral, 2010.

REIS, J. C. O tempo histórico como “representação intelectual”. (IPAN). In: CHUVA, M. (Orgs.). **Revista do Patrimônio, nº 34/2012.** Brasília – DF. 2012. 450p.

SAID, Edward. **O Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** Tomás Rosa Bueno (Trad.). Companhia das Letras: São Paulo. 1990.

SANTOS, B. S. **Democratizar a Democracia: Os caminhos da democracia participativa.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2002. p. 13-28.

SANTOS, B. S. Os processos da Globalização. (Org.) SANTOS, B. S. **A globalização e as ciências sociais.** 4ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

SANTOS, M. Espacio y Método. **Revista Geo Crítica, nº 65,** 1985. p. 5-53

SANTOS, M. O retorno do território. In: **OSAL: Observatório Social de América Latina**. Ano 6 nº 16 jun. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.; SOUZA, M. A. (orgs.). **Território –. Globalização e Fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 4ta edição, 1998.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o Território. In: **Revista Geographia**. Vol. 1, N, 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999.

SANZ, A. S. El gran viaje de Ibn Battuta. In: **Revista de Claseshistoria**. Publicación digital de Historia y Ciencias Sociales. Articulo nº 312, agosto, 2012.

SOSA DE LA CRUZ, C. **Identidad cultural y conciencia turística, pilares del desarrollo**. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2004.

TRIGAL, Lorenzo L. et Al. (Org.) . **Diccionario de Geografía Aplicada y Profesional. Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio**. 1. ed. León: Universidad de León, 2015. v. 1. p. 228-229.

TURNER, L.; ASH, J. Thomas Cook: El turismo y el beneficio del progreso humano. TURNER, L; ASH, J. **La horda dorada: el turismo internacional y la periferia del placer**. Madrid: Endymion, 1991. p. 73-86.

UNWTO. **Panorama OMT del turismo internacional**. Edición 2015. Organización Mundial del Turismo - UNWTO. 2015.

UNWTO. **Panorama OMT del turismo internacional**. Edición 2016. Organización Mundial del Turismo - UNWTO. 2016.

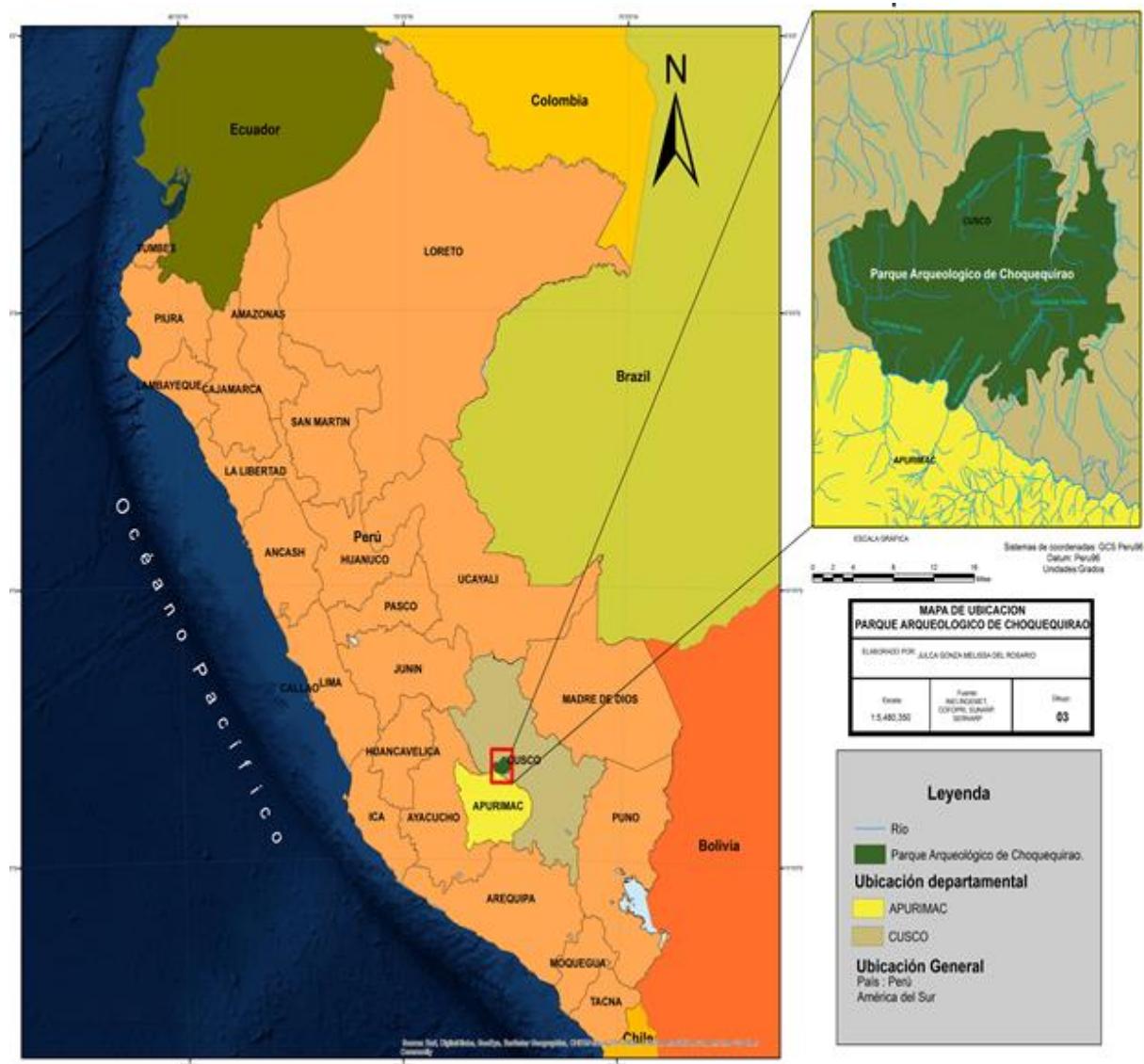
VELOSO, T. P. G.; CAVALCANTI, J. E. A. O turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do patrimônio arqueológico. **Revista de Arqueología**, nº 20. 2007. p. 155-168.

WAISBARD, S. **Machu Picchu Cidade perdida dos Incas**. Hemus – Livraria Editora Ltda. São Paulo, 1974.

WOOG, M. R. El conocimiento científico del turismo. In: HIERNAUX NICOLÁS, D. (Org.). **Teoría y praxis del espacio turístico**. Universidad Autónoma Metropolitana. 1ª Ed. México, 1989. p. 15-27.

ANEXOS

ANEXO A - Mapa de localização do Parque Arqueológico de Choquequirao.



Fonte: Elaboração própria. Informações obtidas no Plan Maestro 2014-2018 área de conservação Regional Choquequirao.

ANEXO B - Quadro dos melhores e piores países de destino turístico, segundo a WOF (2015).

1.1: The Travel & Tourism Competitiveness Index 2015

Table 1: The Travel & Tourism Competitiveness Index 2015 Ranking

Rank	Country/Economy	Value	Rank	Country/Economy	Value
1	Spain	5.31	72	Israel	3.66
2	France	5.24	73	Uruguay	3.65
3	Germany	5.22	74	Philippines	3.63
4	United States	5.12	75	Vietnam	3.60
5	United Kingdom	5.12	76	Jamaica	3.59
6	Switzerland	4.99	77	Jordan	3.59
7	Australia	4.98	78	Kenya	3.58
8	Italy	4.98	79	Tunisia	3.54
9	Japan	4.94	80	Guatemala	3.51
10	Canada	4.92	81	Dominican Republic	3.50
11	Singapore	4.86	82	Macedonia, FYR	3.50
12	Austria	4.82	83	Egypt	3.49
13	Hong Kong SAR	4.68	84	Azerbaijan	3.48
14	Netherlands	4.67	85	Kazakhstan	3.48
15	Portugal	4.64	86	Cape Verde	3.46
16	New Zealand	4.64	87	Bhutan	3.44
17	China	4.54	88	Botswana	3.42
18	Iceland	4.54	89	Armenia	3.42
19	Ireland	4.53	90	Honduras	3.41
20	Norway	4.52	91	El Salvador	3.41
21	Belgium	4.51	92	Nicaragua	3.37
22	Finland	4.47	93	Tanzania	3.35
23	Sweden	4.45	94	Lebanon	3.35
24	United Arab Emirates	4.43	95	Serbia	3.34
25	Malaysia	4.41	96	Lao PDR	3.33
26	Luxembourg	4.38	97	Iran, Islamic Rep.	3.32
27	Denmark	4.38	98	Rwanda	3.32
28	Brazil	4.37	99	Mongolia	3.31
29	Korea, Rep.	4.37	100	Bolivia	3.29
30	Mexico	4.36	101	Suriname	3.28
31	Greece	4.36	102	Nepal	3.27
32	Taiwan, China	4.35	103	Kuwait	3.26
33	Croatia	4.30	104	Guyana	3.26
34	Panama	4.28	105	Cambodia	3.24
35	Thailand	4.26	106	Albania	3.22
36	Cyprus	4.25	107	Zambia	3.22
37	Czech Republic	4.22	108	Swaziland	3.20
38	Estonia	4.22	109	Gambia, The	3.20
39	Slovenia	4.17	110	Venezuela	3.18
40	Malta	4.16	111	Moldova	3.16
41	Hungary	4.14	112	Senegal	3.14
42	Costa Rica	4.10	113	Paraguay	3.11
43	Qatar	4.09	114	Uganda	3.11
44	Turkey	4.08	115	Zimbabwe	3.09
45	Russian Federation	4.08	116	Kyrgyz Republic	3.08
46	Barbados	4.08	117	Côte d'Ivoire	3.05
47	Poland	4.08	118	Ethiopia	3.03
48	South Africa	4.08	119	Tajikistan	3.03
49	Bulgaria	4.05	120	Ghana	3.01
50	Indonesia	4.04	121	Madagascar	2.99
51	Chile	4.04	122	Cameroon	2.95
52	India	4.02	123	Algeria	2.93
53	Latvia	4.01	124	Gabon	2.92
54	Seychelles	4.00	125	Pakistan	2.92
55	Puerto Rico	3.91	126	Malawi	2.90
56	Mauritius	3.90	127	Bangladesh	2.90
57	Argentina	3.90	128	Mali	2.87
58	Peru	3.88	129	Lesotho	2.82
59	Lithuania	3.88	130	Mozambique	2.81
60	Bahrain	3.85	131	Nigeria	2.79
61	Slovak Republic	3.84	132	Sierra Leone	2.77
62	Morocco	3.81	133	Haiti	2.75
63	Sri Lanka	3.80	134	Myanmar	2.72
64	Saudi Arabia	3.80	135	Burundi	2.70
65	Oman	3.79	136	Burkina Faso	2.67
66	Romania	3.78	137	Mauritania	2.64
67	Montenegro	3.75	138	Yemen	2.62
68	Colombia	3.73	139	Angola	2.60
69	Trinidad and Tobago	3.71	140	Guinea	2.58
70	Namibia	3.69	141	Chad	2.43
71	Georgia	3.68			

The Travel & Tourism Competitiveness Report 2015 | 5

ANEXO C. Decreto N° 1198. Que visa a concessão e privatização dos sítios arqueológicos como mecanismo de Gestão.

561918	NORMAS LEGALES	Martes 22 de setiembre de 2015 /  El Peruano
	DECRETO LEGISLATIVO Nº 1198	
	EL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA	
	POR CUANTO:	
	Que, el Congreso de la República, al amparo de lo dispuesto en el artículo 104 de la Constitución Política del Perú, ha emitido la Ley N° 30335 a través de la cual delega en el Poder Ejecutivo la facultad de legislar en materia administrativa, económica y financiera, por el término de noventa (90) días calendario;	
	Que, en ese sentido, el literal a) del artículo 2 del citado dispositivo legal, establece la facultad de legislar a fin de promover, fomentar y agilizar la inversión pública y privada, las asociaciones público-privadas y la modalidad de obras por impuestos, así como facilitar y optimizar los procedimientos en todos los sectores y materias involucradas, incluyendo mecanismos de incentivos y reorientación de recursos, que garanticen su ejecución en los tres niveles de gobierno, y en las distintas actividades económicas y/o sociales;	
	Que, el artículo 21 de la Constitución Política del Perú, señala que los yacimientos y restos arqueológicos expresamente declarados bienes culturales, y provisionalmente los que se presumen como tales, son Patrimonio Cultural de la Nación y están protegidos por el Estado y fomenta, conforme a ley, la participación privada en la conservación, restauración, exhibición y difusión de los mismos;	
	Que, mediante Ley N° 28296, Ley General del Patrimonio Cultural de la Nación, se establecen las políticas nacionales de defensa, protección, promoción, propiedad y régimen legal y el destino de los bienes que constituyen el Patrimonio Cultural de la Nación;	
	Que, el artículo V del Título Preliminar de la citada Ley señala que el Estado promoverá la participación activa del sector privado en la conservación, restauración, exhibición y difusión de los bienes integrantes del Patrimonio Cultural de la Nación;	
	Que, asimismo, el artículo 6 de la referida Ley N° 28296 establece en su numeral 6.1 que todo bien inmueble integrante del Patrimonio Cultural de la Nación de carácter prehispánico es de propiedad del Estado, independientemente de que se encuentre ubicado en predio de propiedad pública o privada; teniendo la condición de intangible, inalienable e imprescriptible, siendo administrado únicamente por el Estado;	
	Que, actualmente se han identificado diecinueve mil novecientos tres (19,903) monumentos arqueológicos en todo el territorio nacional, cuya gestión debe comprometer y promover la inversión pública y privada como un vehículo efectivo para su protección sostenible, a la vez de brindar servicios complementarios a la comunidad y al turista, respetando, en todos los casos el significado cultural del monumento y su acceso y uso social;	
	Que, en ese sentido, corresponde la implementación de medidas orientadas a promover, fomentar y agilizar la inversión pública y privada mediante la ejecución de inversiones en proyectos culturales, las mismas que se darán a través de Convenios de Gestión Cultural, observando lo dispuesto en la Ley N° 29408, Ley General de Turismo para los aspectos técnicos que correspondan ser regulados;	
	De conformidad con lo establecido en el inciso a) del artículo 2 de la Ley N° 30335 y el artículo 104 de la Constitución Política del Perú;	
	Con el voto aprobatorio del Consejo de Ministros;	
	Con cargo a dar cuenta al Congreso de la República;	
	Ha dado el Decreto Legislativo siguiente:	
	DECRETO LEGISLATIVO QUE MODIFICA EL ARTÍCULO 6 DE LA LEY N° 28296, LEY GENERAL DEL PATRIMONIO CULTURAL DE LA NACIÓN	
	Artículo Único.- MODIFICACIÓN DEL NUMERAL 6.1 DEL ARTÍCULO 6 DE LA LEY N° 28296, LEY GENERAL DEL PATRIMONIO CULTURAL DE LA NACIÓN.	
	Modifíquese el numeral 6.1 del artículo 6 de la Ley N° 28296, Ley General del Patrimonio Cultural de la Nación, en los siguientes términos:	
		"Artículo 6.- Propiedad de bien cultural inmueble integrante del Patrimonio Cultural de la Nación
		6.1 Todo bien inmueble integrante del Patrimonio Cultural de la Nación de carácter prehispánico, es de propiedad del Estado, así como sus partes integrantes y/o accesorias y sus componentes descubiertos o por descubrir, independientemente de que se encuentre ubicado en predio de propiedad pública o privada. Dicho bien inmueble integrante del Patrimonio Cultural de la Nación tiene la condición de intangible, inalienable e imprescriptible, siendo administrado por el Estado.
		El Ministerio de Cultura podrá otorgar a entidades públicas y/o privadas, mediante Convenios de Gestión Cultural, la administración de determinados componentes de dichos bienes inmuebles, para coadyuvar a su protección, investigación, conservación, restauración, exhibición, difusión y/o puesta en valor sostenible, pudiendo incluir la administración de servicios complementarios según los alcances que determine el Ministerio de Cultura en los respectivos Convenios de Gestión Cultural a suscribirse.
		Todo Convenio de Gestión Cultural deberá conservar el significado cultural del inmueble objeto del Convenio y promover el acceso y uso social del mismo. Dicho Convenio se otorga bajo la modalidad de concurso de proyectos y su vigencia no podrá ser superior al plazo de diez (10) años. Los Convenios de Gestión Cultural no incluirán a los sitios del Patrimonio Mundial, ni eximirán el cumplimiento de los procedimientos establecidos en el Reglamento de Intervenciones Arqueológicas, ni conllevarán el uso de garantías del Estado o transferencia de recursos públicos a entidades privadas, con la sola excepción de los recursos recaudados por el boleto de ingreso.
		(...)"
		DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS FINALES
		PRIMERA.- Convenios de Gestión Cultural
		Mediante Decreto Supremo en un plazo que no excederá de noventa (90) días, el Ministerio de Cultura establecerá el procedimiento para el otorgamiento, ejecución y supervisión de los Convenios de Gestión Cultural, aprobándose el modelo de dicho Convenio, así como los principios y criterios técnicos que informan la Gestión Cultural del Patrimonio Prehispánico Inmueble.
		Los aspectos técnicos materia del mencionado Decreto Supremo, que sean de competencia del Ministerio de Comercio Exterior y Turismo, deberán contar con opinión previa del referido Sector, de acuerdo a lo establecido en el artículo 5 de la Ley N° 29408, Ley General de Turismo.
		SEGUNDA.- Financiamiento
		La aplicación del presente Decreto Legislativo se financiará con cargo al presupuesto del Ministerio de Cultura, sin demandar recursos adicionales al Tesoro Público.
		POR TANTO:
		Mando se publique y cumpla, dando cuenta al Congreso de la República.
		Dado en la Casa de Gobierno, en Lima, a los veintiún días del mes de setiembre del año dos mil quince.
		OLLANTA HUMALA TASSO Presidente de la República
		PEDRO CATERIANO BELLIDO Presidente del Consejo de Ministros
		DIANA ALVAREZ-CALDERÓN GALLO Ministra de Cultura
		MAGALI SILVA VELARDE-ÁLVAREZ Ministra de Comercio Exterior y Turismo
		1290436-2

ANEXO D - Carta de resposta. Lei de Transparéncia



PERÚ

Ministerio
de Comercio Exterior
y Turismo.

Secretaría
General

Dirección General
de Administración

"Decenio de las Personas con Discapacidad en el Perú"

"Año de la Consolidación del Mar de Grau"

Lima, 28 de diciembre de 2016

CARTA N° 286-2016-MINCETUR/SG/OGA-LEY N° 27806

Señorita

EDITHA LISBET JULCA GONZA

Jr. Cuatro de Julio N° 120 Ur. José Galvez Independencia
LIMA.-

Asunto : Solicitud de acceso a la información

De mi consideración:

Tengo el agrado de dirigirme a usted, con relación a la solicitud recibida por esta Oficina General el 20 de diciembre del 2016, mediante la cual solicita, vía correo electrónico, información sobre:

1. Cuantos son y porqué son necesarios los indicadores generales y específicos del PENTUR, para evaluar el desempeño del Sector y de imagen país como destino
2. Cuáles son los recursos arqueológicos considerados productos turísticos potenciales, todavía sin flujo turístico relevante, pero se presentaran como estratégicos para el desarrollo del sector turismo
3. Cuáles estrategias políticas integradas con los Gobiernos Regionales (Cusco – Apurímac) se han direccionado para promocionar y aumentar la oferta turística al Parque Arqueológico de Choquequirao

Al respecto, hago de su conocimiento que la información proporcionada por la Dirección General de Estrategia Turística, mediante el Memorándum N° 1896-2016-MINCETUR/VMT/DGET, consta de 07 folios, los cuales se le está remitiendo, vía correo electrónico, de acuerdo a su solicitud.

Sea propicia la ocasión para reiterarle nuestros lazos de amistad.

Atentamente,

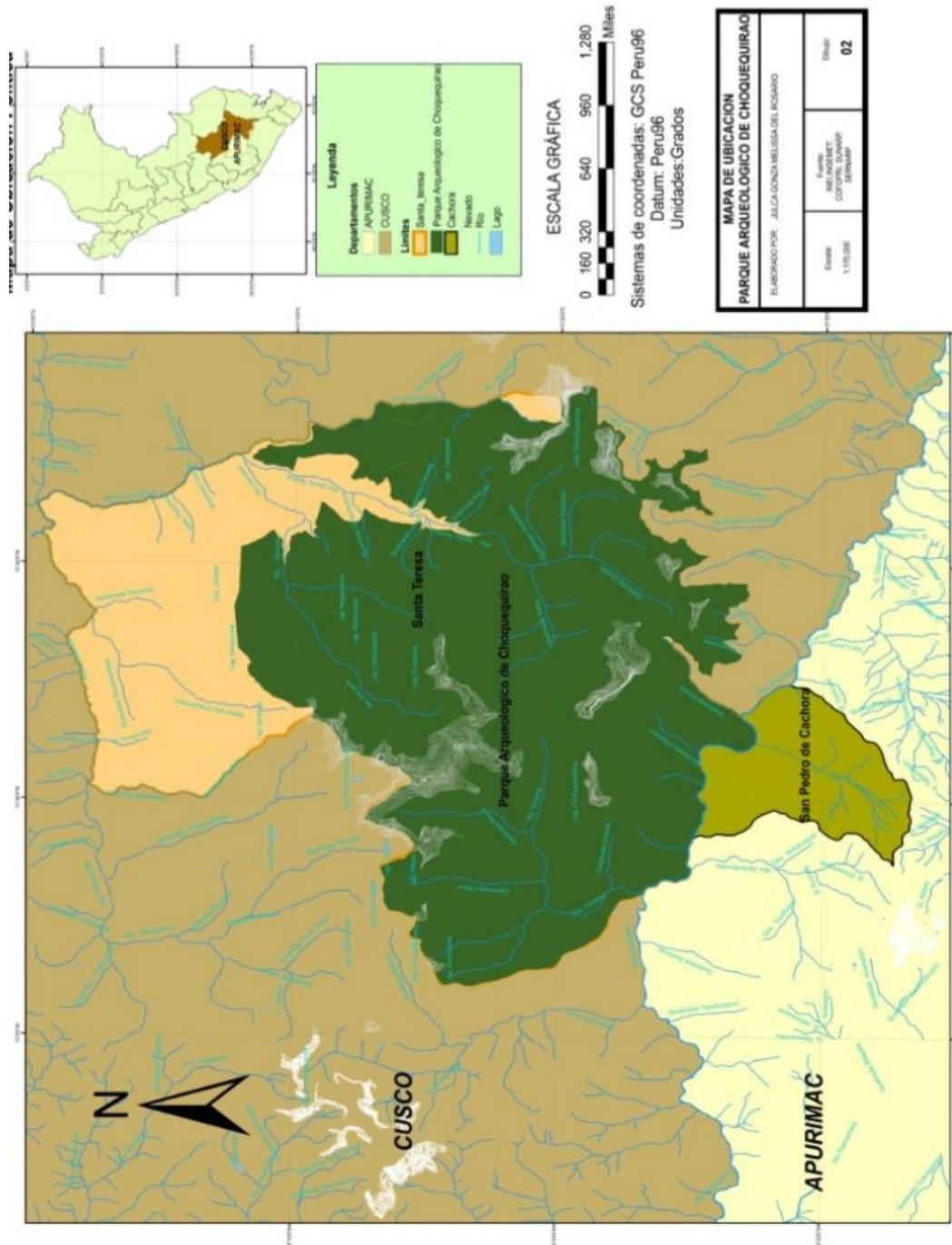
GIANNINA E. AZURIN GONZALES
Directora General de Administración (e)
Funcionaria Responsable
Ley N° 27806 "Ley de Transparencia y
Acceso a la Información Pública"
MINCETUR

GAG/mam
Exp. 1016769

www.mincetur.gob.pe

Ca. Uno Oeste 50, Urb. Córpac
San Isidro, Lima 27, Perú
T: (511) 5136100

ANEXO E - Mapa de localização do Parque Arqueológico de Choquequirao e o distrito de San Pedro de Cachora.



Fonte: Elaboração própria. Informações obtidas no Plan Maestro 2014-2018 área de conservação Regional Choquequirao.